

Luciana Campos de Oliveira Dias

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE JOVENS
ESTUDANTES E O PROGRAMA AGENTE JOVEM**

**Universidade Católica de Goiás
Mestrado em Educação
Goiânia — 2005**

Luciana Campos de Oliveira Dias

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DE JOVENS
ESTUDANTES E O PROGRAMA AGENTE JOVEM**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Dra. Maria Teresa Canesin Guimarães.

Banca Examinadora

Dra. Maria Teresa Canesin Guimarães
Orientadora (presidente)

Dr. José Maria Baldino/UCG

Dra. Marília Pontes Sposito/USP

Data: _____

A minha mãe.

*Mulher que fez do riso a maior de
suas estratégias para sobreviver.
Queria muito que estivesse comigo!*

Agradecimentos

Ao Nivaldo, marido, amigo, amado amante, cúmplice.

À minha pequena Hannah, minha filha, querida, amada.

À professora orientadora Maria Tereza Canesin Guimarães, pela presença,
interesse e cuidado.

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um processo de pesquisa com jovens estudantes pertencentes a camadas populares, situados, pois, em uma condição de classe que os identifica, em termos de posições econômicas, *habitus* e estilo de vida (Bourdieu, 1987). Os jovens pesquisados são estudantes de escolas públicas e estão vinculados ao Programa Agente Jovem localizado em um bairro de Goiânia-GO – Goiânia Viva, cujo objetivo manifesto consiste em desenvolver atividades educativas, visando inseri-los na lógica da organização vigente da sociedade. Interessa, em especial, examinar quem são estes jovens, quais são as estratégias criadas por eles ao vivenciarem a condição juvenil. O Programa Agente Jovem apresenta-se no cenário das políticas públicas como política voltada para jovens classificados de risco ou de vulnerabilidade. A pesquisa foi realizada tendo por base o seguinte equacionamento: quais concepções de juventude e de atividade educativa são sustentadas pelo Programa Agente Jovem? Como os referidos jovens vivenciam a condição juvenil? Quais estratégias eles criam para garantir sua sobrevivência no espaço social urbano? Como percebem a escola, a família, a religião e o Programa Agente jovem em que estão inseridos? Na perspectiva das questões propostas, é pertinente destacar dois movimentos que a pesquisa fez no sentido de dar conta do objeto de estudo. O primeiro refere-se ao formato do programa – suas finalidades, propósitos, metodologia, concepções – como um espaço institucional de natureza pública, no qual os jovens de camadas populares transitam. O segundo, foca sua atenção no modo de ser jovem, nos significados diversos que os jovens produzem acerca da condição juvenil. A pesquisa propõe-se a contribuir para que sejam ampliados os estudos sobre juventude e educação no Brasil e fornecidos subsídios para políticas públicas voltadas para juventude.

ABSTRACT

This work is a result of a research process with young students that belong to a popular class identified because of their economic conditions, customs and life style (Bourdieu, 1987). These students study at public schools and they are bound to the “Agent Program” localized in a Goiânia quarter – Goiânia Viva -, whose goal is to develop educative activities that can be inserted in the actual organization logic of the society. It is extremely important to examine who are these students and what are their raised strategies when they lived youth time. The young Agent Program is sited at the public politics means, whose politics is turned to vulnerable youth and of risk.

The research was achieved based on the follow: what are the youth and educative activities conceptions sustained by the young Agent Program? How the mentioned youths live their young time? What strategies they make in order to certify their survival on the urban social place? How they notice school, family, religion and the young Agent Program in which they are inserted?

In the perspective of the purposed questions it is necessary to emphasize two movements of this research to display the study object. The first conceptions while an institutional space of public nature where the popular class youths transit. The second one focalizes its attention on the young way of being, on the several meanings that the youths have about their young time. This research aims to amplify the studies about youth and education in Brazil, and to supply subsidies for public politics turned to the youth.

LISTA DE SIGLAS

Anped – Associação Nacional de Pesquisadores em Educação

BCC – Brasil Criança Cidadã

Cemas – Centro Municipal de Assistência Social

COOPHG – Cooperativa Habitacional de Goiânia

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

Febem – Fundação do Bem-estar do Menor

Fegip – Federação dos Inquilinos e Posseiros

Fumdec – Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

ONGs – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

Peti – Erradicação do Trabalho Infantil

Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Seas – Secretaria de Estado de Assistência Social

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

RESUMO	2
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	17
JUVENTUDE: CONCEPÇÕES EM DISPUTA	17
1.1 JOVENS E MUNDO DO TRABALHO	17
1.2. PANORAMA DAS DISCUSSÕES CONCEITUAIS	24
1.3. CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	27
1.4 JUVENTUDE E TENDÊNCIAS GLOBAIS.....	33
1.5 JUVENTUDE A LONGADA. QUAL JUVENTUDE?	36
1.5 JUVENTUDE, UMA CATEGORIA DESINSTITUCIONALIZADA?.....	39
1.6 JUVENTUDE E INSTITUIÇÕES SOCIAIS	41
CAPÍTULO II	44
CONCEPÇÃO DE SER JOVEM E AÇÃO EDUCATIVA NO PROGRAMA AGENTE JOVEM	44
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS	44
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE: JOVENS COMO PROBLEMA SOCIAL.....	49
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: MEDIADORAS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA?	52
2.3.1 O PROGRAMA AGENTE JOVEM: CONCEPÇÃO E BASES DE IMPLEMENTAÇÃO	56
2.3.2 O MUNICÍPIO DE GOIÂNIA E O PROGRAMA AGENTE JOVEM.....	62
2.3.2.1 <i>Residencial Goiânia Viva e o Programa Agente Jovem</i>	67
2.3.2.2 <i>As gestoras públicas e suas diferentes concepções acerca do Programa Agente Jovem</i>	70
CAPÍTULO III	79
CONDIÇÃO JUVENIL E ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DOS JOVENS VINCULADOS AO PROGRAMA AGENTE JOVEM	79

3.1 RENATA: “EU JÁ FALEI PRA TODO MUNDO QUE EU VOU CRESCER NA VIDA, VOU SER FELIZ, VOU SER ALGUÉM NA VIDA”	79
3.2 JÚLIA. ELA CLASSIFICA A SUA COR COMO INFERIOR À BRANCA.	86
3.3 PAULO: “SE PAGASSE DIREITINHO, JÁ DAVA PRA QUEBRAR UM GALHO”	92
3.4 CARLOS: “É PRECISO DE MAIS LEIS PARA QUE NÃO FIQUE PASSANDO A MÃO NA CABEÇA DOS JOVENS”	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo uma parcela dos jovens que transitam no espaço urbano de Goiânia-GO em condições precárias de sobrevivência e que participam de um programa de transferência de renda do governo federal denominado Agente Jovem¹. São jovens pertencentes a camadas populares, situados, pois, em uma condição de classe que os identifica, em termos de posições econômicas, *habitus* e estilo de vida (Bourdieu, 1987). Os jovens pesquisados são estudantes de escolas públicas e estão vinculados a um programa no âmbito da assistência social, cujo objetivo manifesto consiste em desenvolver atividades educativas, visando inseri-los na lógica da organização vigente da sociedade. Interessa, em especial, examinar quem são estes jovens, quais são as estratégias criadas e recriadas por eles ao vivenciarem a condição juvenil .

O Programa Agente Jovem apresenta-se no cenário das políticas públicas voltadas para jovens classificados de risco ou de vulnerabilidade. De acordo com o documento preliminar da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), esse programa consiste em uma proposta de intervenção desenhada de forma específica para jovens entre 15 e 17 anos, que vivem em condições de extrema pobreza e risco social (Brasil, 2000). O programa vem sendo desenvolvido em todo o território nacional, contemplando as capitais e vários municípios, em todas as regiões brasileiras.

Especificamente, em Goiânia, de acordo com o documento síntese Goiânia (2001), o programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano acontece em uma parceria do

¹ O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado Juventude, Escolarização e Poder Local nacionalmente coordenado pela Professora Doutora Marília Sposito e pelo professor Sergio Haddad. O grupo Juventude e Educação da UCG, coordenado pela professora Maria Tereza Canesin Guimarães, participa do projeto, investigando a Região Metropolitana de Goiânia.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome com o poder municipal, ou mais precisamente, com a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec), por meio da Diretoria de Emprego e Renda.

A proposta do projeto sustenta-se, segundo o documento analisado, na concepção de que o jovem é elemento fundamental na realização de ações capazes de contribuir para o fortalecimento de uma política de assistência social voltada para a inclusão social.

Em Goiânia, o programa tem seis anos de duração. Ele é territorialmente distribuído no espaço urbano da cidade em 22 pólos, localizados em bairros habitados pela população considerada *carente*. Para efeito deste estudo, foi escolhido um dos pólos – Goiânia Viva – para efetuar entrevistas com jovens vinculados ao programa.

O referido pólo – Residencial Goiânia Viva – constitui um dos espaços onde os jovens de camadas populares são absorvidos com base em de um traço característico: são classificados como de risco e vulnerabilidade, portanto entendidos, de acordo com os parâmetros institucionais das políticas públicas, como aqueles que estão no limiar da marginalidade, requerendo intervenções assistenciais e educativas para reintegra-los à sociedade.

Portanto, o *lócus* escolhido para a escolha dos jovens estudados foi uma unidade dentre o universo dos 22 pólos existentes. Nela encontram-se jovens representativos de segmentos das camadas populares vinculados a políticas que expressam ações do poder público destinadas a juventude .

O presente trabalho é resultado de um processo de pesquisa com jovens estudantes vinculados ao Programa Agente Jovem com base nos seguintes equacionamentos: Quais concepções de juventude e de atividade educativa são sustentadas pelo Programa Agente Jovem? Como os referidos jovens vivenciam a condição juvenil? Quais estratégias eles criam para garantir sua sobrevivência no espaço social urbano? Como percebem a escola, a família e a religião e o Programa Agente jovem em que estão inseridos?

Na perspectiva das questões propostas, é pertinente destacar dois movimentos que a pesquisa fez no sentido de dar conta do objeto de estudo. O primeiro refere-se ao formato do programa – suas finalidades, propósitos, metodologia, concepções como um espaço institucional de natureza pública pelo qual os jovens de camadas populares transitam. O segundo, foca sua atenção no modo de ser jovem, nos significados diversos que os jovens produzem acerca da condição juvenil .

Uma das contribuições conceituais significativas dos estudiosos da temática juventude foi produzir distinções entre condição juvenil e situação juvenil. Abramo (2005) sistematizando reflexões de Abad e Sposito, considera,

condição (o modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência maior, referida a uma dimensão histórico geracional) e situação, que revela o modo como tal situação é vivida a partir dos diversos recortes referidos as diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. (p. 42)

Os estudos recentemente produzidos (Sposito (1998,2003,2005); Abramo(2000, 2003, 2005); Carrano (2000, 2003, 2005); Abad (1994, 2003, 2004)) sobre os jovens nas sociedades contemporâneas tem chamado a atenção sobre a diversidade das condições materiais e simbólicas vividas pelos diferentes agrupamentos juvenis. A composição da juventude é diversificada em face de uma pluralidade de recortes de classe social, etnia, gênero, religião, local de moradia e outros, o que sinaliza a necessidade de falar em juventude no plural. Esta constatação requer pesquisas que investiguem o que significa ser jovem na atualidade ou que apreenda as múltiplas facetas do modo de viver, agir e sentir dos diferentes segmentos juvenis (Canesin, 2003).

Compreender quem são os jovens na multiplicidade de dimensões da vida social implica examinar como eles se relacionam com as diferentes instâncias socializadoras. Como afirma Canesin et al. (2003),

Os jovens constituem – se em contextos sociais, culturais e políticos diversos, englobando espaços de formação diferenciados que vão desde o círculo restrito da família até as redes mais complexas de relações. As suas trajetórias de vida estão permeadas pelas posições que ocupam no espaço social ou em instituições sociais e políticas em que se inserem. (p. 01)

Os jovens constroem modos singulares de viver essa fase da vida e produzem diferentes estratégias de sobrevivência à medida que se inserem em rede de relações de campos sociais diversos (família, Igreja, escola, etc.). O objeto de estudo da pesquisa exige incursão na literatura especializada que tem sido produzida sobre juventude e outras referências do campo das ciências sociais.

A presente pesquisa concebe, portanto, juventude sob a ótica da diversidade, o que implica não se ater a critérios rígidos e pré-estabelecidos, mas orientar-se para procurar apreender os diferentes modos de ser jovem, relevando aspectos específicos das experiências vivenciadas em seu contexto social. Significa, de acordo com Dayrel (2002), não entender juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que é superado quando o jovem entra na vida adulta.

Os estudos de Pierre Bourdieu (1980, 1987, 1989, 1996, 1999) tornaram-se relevantes também para a presente pesquisa. O autor propõe uma das mais estimulantes e complexas orientações sociológicas contemporâneas, pois fornece referências conceituais para a compreensão de sociedades fortemente diferenciadas, em que os agentes precisam constantemente elaborar estratégias de reprodução e de sobrevivência. Ele aponta a necessidade de conceber a diferenciação com base em categorias e conceitos densamente férteis para apreender a dinâmica das sociedades contemporâneas.

O conceito de estratégia é fundamental para a compreensão da teoria dos campos. Segundo a teoria de Bourdieu, os campos são entendidos como espaços de produção e de circulação de bens culturais e simbólicos, permeados por relações de poder expressas em conflitos, lutas, consensos entre os diversos agentes, os quais, dispostos hierarquicamente, utilizam diferentes estratégias para apropriação e/ou domínio desses bens como formas de autoridade, legitimidade e prestígio (Canesin, 2002).

Bourdieu (1996) compreende que os agentes estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, de posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, etc.). Para o agente social tentar ocupar um espaço, é necessário que conheça as regras do jogo do campo e que esteja disposto a lutar (jogar), ou seja, elaborar estratégias de preservação (reprodução).

Segundo Bourdieu (1996), o campo é um *locus* em que se trava uma luta concorrencial entre os agentes em torno de interesses específicos. Cada campo possui estratégias e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo, portanto, se constitui em um sistema ou um *espaço* estruturado de posições, que pode ser entendido como um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições.

A categoria poder é extremamente relevante para a compreensão da dinâmica do campo, pois é com base na distribuição desigual de um *quantum* social que se determina a posição dos agentes. Portanto, as lutas dão-se em torno da apropriação de um capital

específico do campo (o monopólio do capital específico legítimo) e/ou da redefinição daquele capital. Conclui-se que esse capital desigualmente distribuído no interior do campo determina a estrutura do campo.

As estratégias de conservação e de transformação devem ser elaboradas na dinâmica de acúmulo de capital. O campo configura-se dessa forma: em uma posição privilegiada, estão os agentes que, uma vez tendo posse de um *quantum* maior de capital², lutam para conservar sua posição dominante, e, em uma outra posição, os dominados, que detêm um *quantum* menor de capital e, então, lutam para possuir mais capital..

A luta no interior do campo e as estratégias elaboradas pelos agentes acontecem tendo em vista o acúmulo de capital, pois só assim os agentes podem ter ou não reconhecimento e prestígio.

As posses de capital econômico e de capital cultural determinam a posição espacial no campo social e o princípio da distinção social que condiciona a distribuição hierárquica dos agentes. Logo, os agentes ocupam espaços tão mais próximos quanto mais similares forem a quantidade e a espécie de capitais que detiverem. Em contrapartida, os agentes distanciam-se no campo social quanto mais díspares forem o volume e o tipo de capitais.

Os portadores de um *quantum* de capital de diversas naturezas, seja ele capital cultural, capital social, capital político, capital artístico, capital econômico, podem contestar ou aceitar certas diretrizes que definem as bases da sociedade. Essa dinâmica constitui-se em

² Bonnewitz (2003) discute o conceito de capital em Bourdieu, resgatando as primeiras noções do termo. Ela afirma que, em primeira análise, a noção de capital está ligada à abordagem econômica, porém, Bourdieu não se limita apenas a essa primeira noção. É possível distinguir, em seus estudos, quatro tipos de capital, e a autora relaciona-os da seguinte forma:

– capital Econômico, que é construído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais: renda, patrimônio, bens materiais;

– capital cultural, que corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família; este capital pode existir sobre três formas - em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público); em estado objetivo, como bem cultural (a posse de quadros, de obras); em estado institucionalizado, isto é, socialmente sancionado por instituições (como os títulos acadêmicos);

– capital social, que se define essencialmente como o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo;

- capital simbólico, que corresponde ao conjunto dos rituais ligado à honra e ao reconhecimento (p. 51).

estratégias elaboradas pelos agentes sociais no interior de cada campo tendo em vista a reprodução ou a transformação. Explica Bourdieu (1989):

Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. (p. 8)

As estratégias de reprodução e de transformação sustentam a dinâmica do campo, que existe como espaço de lutas entre os agentes.

Cabe ressaltar que, não se encontra na teoria de Bourdieu um sujeito social a-histórico e paralisado, pois há uma luta constante entre os agentes para a ocupação dos espaços nos campos sociais.

As estratégias de conservação e de transformação justificam-se no interior dos campos, uma vez que são extremamente necessárias para a existência deles, tendo em vista que, a manutenção de um determinado campo depende da luta entre os agentes.

As estratégias são elementos presentes no interior dos campos sociais. Bourdieu (1989) discute estratégias de conservação do campo desenvolvidas por aqueles que detêm o domínio em razão do acúmulo de capital, Porém, os outros agentes que não possuem um *quantum* significativo ou nenhum também elaboram suas estratégias, com o objetivo de interferir no interior desses campos.

As estratégias diversas são também estratégias de classe social. E esta, para o sociólogo francês, “não se define somente por uma posição nas relações de produção, mas pelo *habitus* de classe que está normalmente (isto é com um forte probabilidade estatística) associado a essa posição” (*apud* Noqueira, 1998, p.111). O autor evidencia que as desigualdades de classes são demarcadas não só pelas relações econômicas mas pelo *habitus* e estilo de vida.

A contribuição de Bourdieu para a presente pesquisa dá-se em virtude da tentativa de superação da análise da situação dos agentes apenas do ponto de vista estritamente econômico. A relações econômicas por si só não dão conta da diversidade e das formas de construção da categoria *jovens pobres*, estando envolvidas outras relações, que se situam na ordem da cultura, da política, das instituições e de outras formas de agrupamentos.

Bourdieu (1999) produz reflexões e formula conceitos singulares sobre a dinâmica do mundo social. Como salienta Canesin (2002), a fertilidade de sua produção metodológica

expressa-se em conceitos cruciais de sua teoria, como *habitus*³, campo, poder simbólico, que são pertinentes como suporte para a compreensão das formas de elaboração de estratégias de reprodução das sociedades. Enfim, ele desenvolve uma abordagem denominada praxiológica, tem como eixo, de acordo com Canesin (2002),

o entendimento de que os agentes sociais tem apreensão ativa do mundo, constroem visões de mundo que contribuem de forma operante para conservar ou transformar a sociedade, dependendo das determinações estruturais e das posições internalizadas. Assim, contrapondo ao determinismo social e ao voluntarismo individual, considera a cisão entre indivíduo e sociedade um reducionismo, dado que os agentes na formação de suas estruturas mentais incorporam ativamente as estruturas sociais e são orientados por elas. (p. 87)

Martins (1987) oferece uma importante contribuição para o exercício de apreensão do conceito de *habitus*. De acordo com autor, para Bourdieu, as condições materiais, características de uma determinada classe social e a incidência dessas condições de existência no contexto familiar constituem uma mediação fundamental na produção do *habitus*.

Dessa forma, Martins (1987) salienta que o *habitus* adquirido pelo agente social, por meio da sua inserção em diferentes espaços sociais, constitui uma matriz de percepção, de apreciação e de ação que se realiza em determinadas condições sociais. O *hábitus* informa a conduta do agente, as suas estratégias de conservação ou de transformação das estruturas que estão no princípio de sua produção.

Tendo como referência componentes desse universo teórico-metodológico a presente pesquisa pretendeu investigar jovens pertencentes em uma determinada classe social portadores de um conjunto de *habitus* que informa sua conduta, sua maneira de se perceber e de viver a condição juvenil. Para isso, procurou-se entrevistar jovens que se localizam no Programa Agente Jovem.

³ Segundo Ortiz (1983), Bourdieu busca nos escolásticos a noção de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado. O autor afirma que realmente a escolástica concebia *hábitus* como um *modus operandi*, ou seja, como disposição estável para operar em uma determinada direção. Bourdieu (*apud* Miceli, 1987) reinterpreta esta noção de *habitus*, definindo-o como: "sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro" (p. XL).

Procedimentos metodológicos

A escolha do bairro Goiânia Viva, um dos pólos do Programa Agente Jovem, ocorreu por ser um bairro projetado em um programa habitacional da prefeitura municipal de Goiânia, em 1994, com o objetivo de abrigar famílias de até cinco salários mínimos. Com essas características, o bairro possibilitava agregar jovens com posições sócio-econômicas aproximadas.

No processo de investigação, foram utilizados diferentes instrumentos de coleta de dados (análise de documentos, observação assistemática e a técnica de entrevista).

Para descrição do programa, foram feitas: a) análise dos documentos referentes ao programa; b) observações assistemáticas, c) entrevistas com quatro gestoras do programa. As entrevistadas estavam direta ou indiretamente envolvidas com a execução do programa, sendo uma de ponta (orientadora) e três da estrutura administrativa da Fundec.

Neste trabalho, denomina-se gestora 1 a Diretora do Departamento de Emprego e Renda do Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec); gestora 2, Coordenadora de Programas Especiais do Departamento de Emprego e Renda; gestora 3, Coordenadora do Programa Agente Jovem; e gestora 4 (gestora de ponta), a orientadora do programa no bairro Goiânia viva.

Ao todo, foram entrevistados quatro jovens: dois do sexo masculino e dois do sexo feminino. A escolha dos sujeitos deu-se com base na observação feita durante o desenvolvimento das atividades do programa. O grupo de jovens observados era constituído por vinte jovens, doze mulheres e oito homens. Foram considerados também diversos critérios decorrentes da observação. Os quatro jovens foram selecionados tendo como referência os recortes de gênero, religião, etnia e adesão ao programa Agente Jovem no Pólo Goiânia Viva. As entrevistas com os jovens aconteceram entre os meses de novembro de 2004 a fevereiro de 2005.

A entrevista com as gestoras aconteceu nos meses de agosto, setembro e outubro de 2004. A disponibilidade da pesquisadora adequou-se ao agendamento das gestoras. O roteiro para realização das entrevistas foi o mesmo utilizado pelo grupo responsável pela pesquisa Juventude, Escolarização e Poder Local.

Após um período de observação, foram escolhidos quatro jovens para serem entrevistados. A escolha ocorreu pelo fato de integrarem famílias classificadas como de extrema pobreza (um dos critérios utilizado para seleção dos jovens para sua inserção no Programa Agente Jovem): salários médios totais de até dois salários mínimos por família e a situação habitacional de extrema precariedade.

Em relação à situação escolar, todos os jovens entrevistados estavam defasados em relação à idade e à série cursada. A faixa etária dos entrevistados era de 15 a 17 anos; três freqüentavam regularmente a escola, e um estava abandonando-a no período da entrevista. Todos freqüentavam escolas públicas. Dois eram do sexo masculino e duas de sexo feminino e foi feita essa escolha pela importância do recorte de gênero na constituição do *modo de ser jovem*.

A situação ocupacional dos pais dos jovens entrevistados é extremamente precária. Pode-se dizer que desenvolvem ocupações subalternas do mercado de trabalho para as quais não se exigem qualificação e/ou onde não existe estabilidade no emprego.

Foram escolhidas duas jovens negras e dois jovens brancos pela significação do recorte étnico na constituição da juventude brasileira. Os quatro jovens entrevistados têm a singularidade de pertencerem à mesma condição de classe, residirem no mesmo território. apresentam diversidades mas também aspectos de identificação.

O presente trabalho utilizou duas modalidades de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema da juventude e de políticas públicas, e a pesquisa qualitativa que, de acordo com Bogdan e Biklen (1982), envolve a obtenção de dados descritivos, no contato direto do pesquisador com a situação estudada e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Dessa forma, buscou-se, na presente pesquisa, com base nas entrevistas, apreender como os jovens vivem a sua condição juvenil.

Resultado da pesquisa: quatro capítulos

No *primeiro capítulo*, busca-se compreender as diversas conceituações de juventude. Faz-se uma revisão da literatura especializada sobre o tema abordado nos últimos anos na perspectiva sociológica. Portanto, traz aspectos importantes do debate sobre a tematização da juventude nas sociedades contemporâneas.

O *segundo capítulo* trata, de forma genérica, o tema das políticas públicas, especificamente as voltadas para as juventudes, com o objetivo de situar o Programa Agente Jovem como política pública desenvolvida pelo poder público municipal de Goiânia⁴. Primeiramente, arrola conceitos formulados por diversos autores que tratam a temática, em específico, as políticas públicas destinadas aos jovens. Posteriormente, apresenta as concepções que fundamentam o programa e aspectos referentes à sua execução no município.

O *terceiro capítulo* coloca em foco as análises das entrevistas realizadas com jovens que participam do Programa Agente Jovem. Os agentes entrevistados são jovens, percebidos em sua diversidade, que expressam um modo de viver e um estilo de vida próprios, relacionados a condição de classe, etnia, gênero, etc.

A pesquisa propõe-se a contribuir para que sejam ampliados os estudos sobre juventude e educação no Brasil e fornecidos subsídios para políticas públicas voltadas para a juventude.

⁴ A pesquisa tem como referência a gestão 2002/2004.

CAPÍTULO I

JUVENTUDE: CONCEPÇÕES EM DISPUTA

Este capítulo propõe-se a examinar os elementos que compõem a condição juvenil, nas sociedades contemporâneas, apontando a necessidade de compreender a juventude no plural, uma vez que constitui uma categoria social relacionada à diversidade de fatores, como tipo de cultura, momento histórico, etnia, religiosidade, classe social, dentre outros.

Nessa perspectiva, faz-se uma revisão da literatura especializada produzida sobre o tema nos últimos anos. Aborda-se primeiramente, a discussão sociológica sobre juventude e mundo do trabalho, apresentando o debate sobre a tematização da juventude nas sociedades contemporâneas e as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho. Em seguida, indicam-se as questões que envolvem os significados conceituais atribuídos à juventude em uma perspectiva histórica. Finalmente, apresentam-se as correntes teóricas que abordam a condição juvenil, visando compreender as condições sociais que envolvem o ser jovem nos tempos contemporâneos.

Cabe ressaltar que estudos realizados recentemente contêm férteis contribuições para a temática, pois procuram extrapolar a compreensão da juventude como uma etapa da vida definida por critérios rígidos da faixa etária e, assim, considerar o conjunto de experiências vivenciadas pelos diversos agrupamentos juvenis, em seu contexto sócio-histórico e cultural.

1.1 Jovens e mundo do trabalho

É importante destacar, na discussão sobre juventude, algumas transformações que estão ocorrendo na ordem mundial emergente, em especial, no mundo do trabalho. O fenômeno da globalização é o eixo central de um novo processo em que há forte ampliação

da interdependência e integração produtiva e comercial entre os países. Esse novo modelo de “organização produtiva pautado no capitalismo mundial marca uma nova etapa da sociedade que configura-se pela predominância das tecnologias da informação e pela centralidade do conhecimento” (Leão, 2004, p. 54).

Essa nova dinâmica social não representa uma ruptura, mas antes uma reorganização das suas condições de produção. De acordo com Bruno (*apud* Leão, 2004), trata-se de um “movimento de reestruturação capitalista que acirrando a concorrência no âmbito dos processos produtivos, amplia os mecanismos de aumento da produtividade e da intensificação do trabalho, provocando mudanças de ordem política, econômica e cultural” (p. 54).

Oliveira (2000, *apud* Leão, 2004) compreende reestruturação capitalista como “um rearranjo estrutural, produto do próprio desenvolvimento capitalista, provocado por lutas travadas no interior de uma classe ou entre diferentes classes, buscando sua sustentação e garantia no âmbito mundial, sob novos parâmetros” (p. 54).

Essas transformações estruturais introduziram novos problemas no mercado de trabalho que afetam o curso na economia nacional. Na sociedade brasileira, desde o início dos anos 1990, com a implementação do novo modelo econômico para o país, tornou-se mais claro o movimento de desestruturação do mercado de trabalho (Pochmann, 2000). Um dos impactos mais fortes de reestruturação produtiva tem sido o aumento do desemprego aberto e do subemprego qualificado de desemprego menos visível, sobretudo entre os jovens, constituindo uma preocupação crescente no âmbito da sociedade civil e do Estado.

O autor aponta a significativa presença dos jovens na sociedade, salientando que os índices de desemprego, em razão do baixo crescimento da economia brasileira, têm elevado a dificuldade de incorporação de jovens no mercado de trabalho e, também, a falta de uma política específica para esse setor estratégico agrava a situação dos jovens brasileiros.

De acordo com os dados que aparecem no projeto de juventude (Abramo, 2004), os jovens com idade entre 15 e 24 anos representam cerca de 20% da população do país. São 33 milhões de brasileiros, dos quais 80% vivem na área urbana (IBGE, 2000).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, Pnad, 2001), cerca de 3,7 milhões desses jovens estão sem trabalho, representando 47% do total de desempregados no Brasil. A taxa de desemprego aberto para os jovens situa-se em torno de 18%, sendo que a média brasileira é de 9,4%. Ao mesmo tempo, 17 milhões, isto é, cerca da

metade dos jovens brasileiros, não estuda. Dos que estudam, 43,2% possuem até o ensino fundamental completo, 43,5% estão cursando ou completaram o ensino médio e apenas 13,3% conseguiram alcançar o ensino superior.

Esses dados estatísticos chamam a atenção para a *vitimização juvenil* diante da lógica da organização sociedade brasileira e mundial. Por outro lado, traz a necessidade dos diferentes campos, como o político e o acadêmico, discutirem sobre juventude em amplos aspectos.

Em especial, a partir dos anos 1980, os jovens têm sido marcados pela dificuldade de inserção no mundo do trabalho. Leão (2004) aponta que o desemprego e a precariedade dos postos de trabalhos reservados aos jovens, com predominância do emprego informal precário, são generalizados para todas as faixas etárias.

Apresentando a discussão do caráter não homogêneo da juventude, Pochmann (2004) salienta que, no Brasil, embora o ciclo de vida juvenil esteja presente em todas as classes sociais, a maneira de vivê-lo não ocorre de forma homogênea, e um dos contextos que refletem bem essa diferenciação é o mundo do trabalho.

Pochmann (2000) analisa a composição dos sem-emprego no Brasil e salienta que a crise do emprego ganha centralidade dentre as questões levantadas nos debates sobre os atuais problemas brasileiros. De acordo como o autor,

o Brasil possui hoje o maior desemprego verificado desde a transição do regime escravagista para o assalariado, no final do século XIX. Além da elevada dimensão do desemprego, percebe-se que a condição de sem-emprego atinge aos mais diversos segmentos da força de trabalho, bem ao contrário do que se verifica nos períodos anteriores, quando o desemprego se referia fundamentalmente ao trabalhador de baixa escolaridade e sem experiência profissional. (p. 53)

No entanto, o autor alerta que a crise não significa que o fenômeno do desemprego atinja de forma homogênea a totalidade da força de trabalho. Há presença de segmentos sociais mais frágeis no interior da força de trabalho, que, tradicionalmente, estão sob o maior risco do desemprego. Pochmann (2000) constata que, a partir da década de 1990, houve um agravamento das condições de acesso ao mercado de trabalho nas faixas etárias de idade mais baixa. O desemprego juvenil, de acordo com o autor, alcança índices sem precedentes na história do país e que “as ocupações que restam aos jovens são, no mais das vezes as mais

precárias, em postos não-assalariados ou sem registro formal” (p. 53). Dessa forma, esse segmento social torna-se um dos mais vulneráveis da população ativa.

Madeira (1998) faz ponderações interessantes sobre a relação entre a qualificação dos jovens e o mundo do trabalho:

os maiores problemas estão entre aqueles que estão efetivamente em maiores situações de risco, que são os que estão na total inatividade – fora da escola e sem ânimo para, inclusive, procurar emprego. O problema central, portanto, é de qualificação destes jovens. Com relação a este aspecto, mostramos também que os problemas que os jovens enfrentam para se inserir no mundo do trabalho são diferenciados, ou seja, a natureza do desemprego é heterogênea – existem os que necessitam de alguma capacitação, mas precisam de experiência, e os que estão desempregados porque são muito seletivos na sua busca. Naturalmente as políticas deverão ser bastante diferenciada. (p. 459)

Rua (1998) destaca que a exigência dos empregadores acerca de experiência de trabalho sinaliza uma posição bastante anacrônica: o investimento em educação e em capacitação profissional é bastante reduzido no Brasil, e no entanto, exige-se experiência de trabalho, para o que não são oferecidas oportunidades.

De acordo com o documento *Projeto de juventude* (Abramo *et al.*, 2004), o desemprego entre os jovens pobres é significativamente maior (26,2%) do que entre os mais ricos (11,6%). Utilizando o corte de renda familiar *per capita* para diferenciar jovens oriundos de famílias pobres dos que provêm de famílias ricas, observa-se que entre os jovens ricos predomina o trabalho assalariado (77,1%) e, nesse universo, quase dois terços (49,0%) possuem carteira assinada. Dentre os jovens provenientes de famílias pobres, apenas 41,4% realizam trabalho assalariado e, desses, a grande maioria (74,3%) não tem carteira assinada.

Quanto ao trabalho doméstico entre os jovens ricos, situa-se a pequena parcela de 7,9%, dos quais só 7% obtêm algum rendimento desse trabalho. Dentre os mais pobres, a taxa de jovens que se dedica ao trabalho doméstico é de 46,2%, e desses, 26,8% são remunerados.

As mulheres têm maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, embora apresentem maior escolaridade. As jovens “têm maiores chances de não estudar e não participar da força de trabalho” (Leite e Silva, *apud* Leão, 2004, p 52). Dentre elas, destacam-se aquelas que deixam de estudar e trabalhar em razão do casamento. Leão (2004)

assinala que a maioria das adolescentes trabalha em serviço doméstico na zona urbana e, no trabalho não-remunerado, na zona rural.

Leão (2004) revela que a situação sugere um posicionamento pior para as negras no mercado de trabalho. Os trabalhadores negros sofrem, segundo o autor, uma maior incidência do desemprego e dos baixos rendimentos em relação aos não-negros, e no caso das mulheres negras, essas distâncias acentuam-se.

Os que conseguem ingressarem ao mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas disponíveis, as de menor remuneração, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho. Segundo o referido autor, o contrário parece ocorrer para os jovens filhos de pais de classe média e alta, que possuem, em geral, condições de financiar a inatividade, elevando a escolaridade e postergando o ingresso no mercado de trabalho.

Pochmann (2000) postula que os jovens de classe média terminam por obter acesso às principais vagas disponíveis, com maior remuneração e em postos de direção no interior da hierarquia do trabalho.

O autor informa que, do total de 5.081.500 de trabalhadores desempregados no Brasil, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE) para o ano de 1996, 2.686.400 tinham entre 10 a 24 anos, e 52% do total de desempregados eram jovens. Sete anos antes, em 1989, a estimativa do IBGE era de 1.891.200 desempregados, dos quais 1.082.800 tinham menos de 24 anos de idade, o que equivale a 57,3% de participação do jovem no total do desemprego. Em 1980, havia 1.247.300 desempregados no Brasil, 68,7% dos quais eram jovens (Pochmann, 2000).

Segundo o mesmo autor, a evolução do desemprego total do país desde 1980 evidencia uma elevada perda de participação do jovem no desemprego total, o que não significa, necessariamente, que ocorreu redução do desemprego juvenil, mas crescimento de número de desempregados com faixa etária acima dos 24 anos de idade.

Pochmann (2000) relata que, na década de 1990, registra-se um aumento das ocupações não-assalariadas, ainda que insuficiente para atender à oferta de jovens que ingressam no mercado de trabalho a cada ano. Para grande parte de casos, os postos de trabalho não-assalariados são precários, tendo em vista os baixos rendimentos, a instabilidade ocupacional, as altas jornadas de trabalho e a ausência de mecanismos de proteção social e trabalhista.

De acordo com Pochmann (2000), o padrão de inserção ocupacional do jovem permite identificar as distintas trajetórias da população juvenil, com base na decisão do ingresso no mercado de trabalho (emprego ou desemprego) ou não (inatividade). Por conta disso, o conceito de padrão de inserção ocupacional é indispensável nas análises sobre a situação da população jovem. Ocorre a instabilidade do padrão ocupacional do jovem, apesar da elevação da taxa de escolaridade.

Para Pochmann (2000), a situação da crescente quantidade de jovens sem emprego pode ser distinguida por intermédio de quatro categorias novas de desemprego: de inserção, recorrente, de reestruturação e de exclusão.

Por desemprego de inserção, Pochmann (2000) entende a condição do jovem que está à procura, por um longo período de tempo, do seu primeiro emprego. Por não possuir experiência profissional acumulada, ainda que possa dispor de escolaridade elevada, o jovem tende a ter dificuldades adicionais para ingressar no mercado de trabalho.

Desemprego recorrente refere-se à situação de jovens e mulheres os quais, na ausência de emprego estável, encontram, no máximo, uma ocupação temporária, parcial e provisória.

O desemprego de reestruturação decorre, segundo o mesmo autor, do forte ajuste ocupacional promovido pelas empresas do setor privado.

O desemprego de exclusão diz respeito ao jovem que permanece na condição de sem-emprego por um longo período. A marginalização do jovem do mercado de trabalho resulta da nova condução de política macroeconômica, desde 1990.

Em virtude da configuração atual do mundo do trabalho, Pochmann (2000) alerta que cada vez mais são necessárias atenções especiais direcionadas à situação da juventude no Brasil. Para o referido autor, o atual padrão ocupacional do jovem sinaliza o agravamento do quadro de marginalização do quadro e desagregação social produzido pela condução das políticas macroeconômicas e reproduzido pelo funcionamento desfavorável do mercado de trabalho.

O desemprego juvenil emerge como um dos mais graves problemas da inserção do jovem no mundo do trabalho. O quadro de escassez de empregos, em meio ao elevado excedente de mão-de-obra, torna os jovens um dos principais segmentos da população ativa fragilizada.

Os dados de Camarano *et al.* (2003) indicam um crescimento do número de jovens que apenas estudam e uma queda daqueles que estão somente ocupados, além de elevado o montante de jovens que não estudam nem trabalham.

Em pleno limiar do século XXI, a participação relativa do segmento etário de 15 a 24 anos no total da população economicamente ativa (PEA) é de 25%, embora o jovem responda por 50% do desemprego nacional. A taxa de desemprego aberto dos jovens gira em cerca de 18% e a taxa média nacional é de 9,4% do total da força de trabalho, segundo o IBGE, no ano de 2001.

Além disso, do total de 33,5 milhões de jovens apenas 38% possuíam algum vínculo empregatício e 11% estavam desempregados. Somente a metade da população juvenil estudava, a maior parte estava fora da respectiva série. Pochmann (2000) analisa que a maior parte dos que não estudavam era composta de jovens que trabalhavam. Da mesma forma, entre os jovens inativos, havia 35,3% que não estudavam, não trabalhavam, nem procuravam emprego: algo em torno de quatro milhões e quinhentos mil brasileiros (13,6% de todos os jovens no país).

Pochmann (2000) destaca, com base nos dados levantados, que existe uma nova forma de exclusão presente nas relações de trabalho na atualidade. A situação desses jovens indica uma inatividade forçada.

Para os jovens pertencentes às famílias de baixa renda, somente 41,4% possuem empregos assalariados, e é ainda bem menor o índice de ocupados assalariados com contrato formal (25,7%).

Além das dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho no Brasil, devem-se considerar as conseqüências negativas para a juventude. Pochmann (2000) assinala:

Para parcela significativa de jovens filhos de pais pertencentes às classes de renda média e alta tem havido uma pressão considerável para o abandono de país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de renda, enquanto que os jovens, filhos de pais pobres a violência tem emergido em meio a falta de um horizonte de ocupação e renda decente (p. 234).

1.2. Panorama das discussões conceituais

Conceituar juventude trata-se, sem dúvida, de uma tarefa difícil que requer elementos relacionais, que aproximem os pesquisadores dos contextos experienciados pelos próprios jovens. Os agrupamentos juvenis localizam-se em um determinado espaço e tempo e possuem traços específicos e diferenciais que exigem investigações que procurem dar conta da relação teoria e empiria.

De acordo com Leon (2002), a Organização das Nações Unidas (ONU) entende os jovens como indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. No entanto, o critério de faixa etária não é suficiente para abranger um segmento social que assumiu contornos tão diferenciados nas sociedades atuais. Os estudiosos têm alertado para superar a noção de agrupamento social homogêneo, pois se corre o risco de agrupar jovens que só têm em comum a idade.

Melucci (1997) considera que a noção de juventude como fase da vida traz implícito o caráter da transitoriedade. Nesse caso, a juventude associa-se a uma situação de transição em que o indivíduo deixa a condição de infância e adolescência para ingressar no mundo adulto.

Para o autor, a noção de juventude não é mera condição biológica, pois abrange uma dimensão simbólica. As pessoas não são jovens apenas pela idade; culturalmente, vivenciam a condição juvenil em termos da forma de transitoriedade que a sociedade lhes possibilita.

Para Melucci (1997), as sociedades contemporâneas apresentam aos jovens um leque de possibilidades culturais e sociais, o que amplia o limite do imaginário e os incorpora a horizontes simbólicos diferenciados. Dessa forma, os jovens vivenciam ricas experiências que não são previamente determinadas por fatores biológicos.

De acordo com a autora (2001),

la juventud no es condición enteramente biológica, sino que también es cultural. Los individuos no son jóvenes porque (o sólo porque) tengan una cierta edad, sino porque siguen unos ciertos estilos de consumo e ciertos códigos de comportamiento y vestimenta. Ahora, la adolescencia se prolonga mucho más allá de sus fronteras biológicas, y las obligaciones para con la vida adulta se posponen hasta después de los veinticinco e incluso de los treinta años. (p. 138)

Viana (1996) reafirma essa posição, ao dizer que os atributos tradicionalmente caracterizadores da juventude parecem ter extrapolado os limites biológicos. Para o autor, o modo de perceber a juventude como transição decorre de uma compreensão da vida adulta

estável, em oposição à instabilidade juvenil, argumentação que não se sustenta atualmente, pois a sociedade contemporânea é marcada por incerteza, mobilidade, transitoriedade e abertura que afetam a todos os indivíduos.

Levi e Schmitt (1996) contribuem com essa discussão salientando que,

de um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX (...) tampouco se pode imaginar que a condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos diferentes. (p. 17)

Estudos mais recentes (Sposito, 1997,2003,2004,2005; Carrano, 2005; Abramo 2003, 2004, 2005) apontam o que consideram um equívoco – falar de juventude como categoria única, pois constitui uma arbitrariedade considerar os jovens como unidade social ou como agrupamentos portadores de interesses comuns.

Um outro equívoco consiste em considerar juventude como uma fase da vida que marca a saída da infância e o ingresso no mundo adulto. Essa perspectiva de transição vivida de forma homogênea ignora as condições histórico-culturais diversas experimentadas pelos jovens. Levi e Schmitt (1996) declaram:

essa “época da vida” não pode ser definida com clareza por qualificações demográficas, nem por definições de tipo jurídica, e é por isso que nos parece substancialmente inútil tentar identificar e estabelecer, como fizeram outros, limites muito nítidos. (p. 19; grifos dos autores)

Como destaca Sposito (1997), há um reconhecimento tácito em pesquisas que abordam o tema juventude de que a condição de *transitoriedade* – da dependência infantil para a plena autonomia adulta – é um dos elementos estruturantes da identidade do jovem. Contudo, como salienta a autora, é necessário reconhecer que, embora a juventude esteja historicamente relacionada a uma certa instabilidade e associada a determinados *problemas sociais*, o modo como se processa essa transição, sua duração e características têm variado, ao longo dos anos, tanto nas relações sociais cotidianas, como na forma como os pesquisadores a abordam.

Bourdieu (1983) já alertava para as limitações que se apresentam quando se tenta analisar os jovens como se fossem uma unidade social, um grupo dotado de interesses

comuns, relacionando tais interesses a uma idade definida biologicamente. Essa abordagem constitui, em si mesma, uma mera manipulação.

De acordo com Bourdieu (*apud* Santos, 2002), discutir sobre juventude pressupõe, primeiramente, desnaturalizar essa categoria desconstruindo pressupostos,

vindos das representações do mundo social (em nós incorporadas), perguntando-nos de onde estamos falando, esmiuçando os pré-significados adquiridos sobre tal conceito, ou preconceito, que terminam por nos revelar que dentro do conjunto de significados atribuídos à juventude, ela se torna apenas uma palavra, na medida em que a categoria se torna tão ampla que não permite pensar as juventudes singulares. (p. 45)

Segundo Bourdieu (1980), existem duas juventudes relacionadas a classes sociais:

uma é constituída pelos filhos de famílias operárias desprovidas de recursos materiais, na qual o trabalho é a busca principal para se pertencer ao mundo; não tem estudo, segurança e outros elementos identificatórios (lazer, roupas, etc.) definidos ou estáveis. Há outra juventude é constituída por pessoas oriundas da burguesia, que tem suas necessidades assistidas pelos pais, que cultivam sonhos e tem apoio para realiza-los; são em geral apenas estudantes, e o trabalho é uma pretensão adiada extensamente, pois há um longo preparo nos bancos escolares e uma boa disputa pelas melhores oportunidades. (p. 113-114)

Canesin *et al.* (2002, 2003, 2004) consideram, com base na perspectiva teórica de Bourdieu, que é preciso analisar a categoria juventude tendo como referência os diferentes campos sociais nos quais os jovens se situam e circulam, pois as situações vivenciadas pelos jovens são diversas, o que impossibilita homogeneizá-los e tratá-los como realidade única.

Madeira e Rodrigues (2002) também apontam a heterogeneidade que permeia os agrupamentos juvenis. Os autores ressaltam:

tal é a heterogeneidade de situações que vivenciam os jovens no Brasil de hoje que é difícil pensá-los como uma categoria única. Além da faixa etária, poucas são as semelhanças tanto na vivência cotidiana como nos projetos de vida. Ou seja, existiriam semelhanças entre, por exemplo, (...) a juventude universitária e o jovem operário. (p.453)

Ao considerar a juventude múltipla e plural, deve-se falar de juventude, de acordo com Alencar (*apud* Abramo, 2003), como,

as diferenças de condição social, raça, etnia e gênero atravessam também esse grupo etário; a maneira e a forma de vivenciar essa fase da vida varia enormemente. Os jovens pobres são precocemente inseridos na vida adulta, precisando trabalhar, geralmente sob condições irregulares e que lhe oferecem riscos. Os descendentes de negros e índios são alvos preferenciais da discriminação na sociedade, sendo as maiores vítimas da violência social e institucional e apresentando as maiores dificuldades de mobilização social. As meninas são mais diretamente atingidas pelo comportamento de uma sociedade ainda claramente machista. (p.11)

Portanto, de acordo com a autora, a noção de juventude é socialmente variável. A noção de tempo de duração, de conteúdos e de significados sociais desses processos modifica-se de sociedade para sociedade, nela mesma, ao longo do tempo, e em suas divisões internas (Abramo, 2003).

1.3. Concepção de juventude em uma perspectiva histórica

Ariés (1981) discute que o *destaque* da juventude como uma fase socialmente distinta afirmou-se no desenvolvimento da sociedade moderna ocidental. De acordo com o autor, na sociedade medieval, não havia separação entre o mundo infantil e o adulto, assim como não havia uma separação pronunciada do universo familiar em relação ao universo social mais amplo. O desenvolvimento social do indivíduo fazia-se sem grandes rupturas; a fase de transição, portanto, não se destacava como tal.

O autor argumenta que, na sociedade européia tradicional, a criança “mal adquiria algum desembaraço físico era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude” (Ariés, 1981, p. 10).

A partir do século XVII, a escola começou a substituir a aprendizagem informal como meio de educação. A criança deixou a companhia dos adultos e de aprender diretamente pelo contato com eles. Deu-se assim consistência e visibilidade às etapas intermediárias entre infância e o mundo adulto: a adolescência e a juventude. O processo de especialização das classes de aprendizado auxiliou a distinção entre essas diferentes faixas de idade. Ariés (1981) afirma que o sentimento moderno de infância começou a constituir-se nas sociedades européias no século XVII, porém, somente no século XX, a adolescência surgiu como uma etapa socialmente distinta.

A partir do século XVIII, instalou-se o sistema duplo de ensino, que especializou a formação e acentuou a diferenciação social. O ensino passou a ter dois ciclos: um curto (a escola), e outro longo (o liceu). A condição juvenil correspondeu a esse prolongamento do período escolar e se restringia praticamente aos setores burgueses. Ariés (1981) menciona que, na primeira metade do século XIX, a demanda de mão-de-obra infantil no desenvolvimento da indústria têxtil acentuou a precocidade da passagem para a vida adulta das crianças das classes populares.

Outro fator de diferenciação foi, historicamente, o gênero. Até o século XVII, a escolarização era monopólio do sexo masculino, e somente no século XIX, foi ampliada para as mulheres. As meninas *de todas as classes*, segundo Ariés (1981), eram preparadas para que se comportassem muito cedo *como adultas*.

Desde então, e sobretudo no século XX, houve uma crescente ampliação da condição juvenil, que passou a abarcar outros setores sociais, cada vez mais, diversificados, transformando seus significados e formas de aparição, seus referenciais e limites etários.

Mannheim (1978), em uma perspectiva geracional, localiza a juventude no "fulcro da problemática dos conflitos das gerações", e, para ele,

o importante, todavia, é registrar que o estado de crise que marca sociologicamente e psicologicamente a juventude é o ponto de convergência das diferentes caracterizações. As relações entre as gerações, o conflito ou a continuidade entre elas se estabelecem, são analisadas como base na crise da juventude, ou mais precisamente na crise da geração. Dessa colocação a juventude surge como um problema particular e como um conceito a ser examinado. (p. 24)

Kehl (2000), com base em uma crônica de Nelson Rodrigues, destaca as diferenças culturais no tratamento geracional. Rodrigues (*apud* Kehl, 2000) afirma: "A sociedade brasileira de 1920 era uma paisagem de velhos. Os moços não tinham função nem destino. A época não suportava a mocidade" (p. 90). Segundo Kehl (2000), Nelson Rodrigues referia-se aos sinais de respeitabilidade e de seriedade que todo moço tinha pressa em ostentar na primeira metade do século. Rodrigues (*apud* Kehl, 2000) descreve:

Um homem de 25 anos já portava bigode, a roupa escura e o guarda-chuva necessário para identifica-lo entre os homens de 50 e não entrem os rapazes de 18. Homens e mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva/reprodutiva da vida do que quando ainda habitavam o limbo entre a infância e a vida adulta chamado de

juventude ou, como se tornou hábito depois da década de 1950, de adolescência (p. 90).

Nos anos 1950, de acordo com Kehl (2000) a juventude apareceu como uma categoria social potencialmente delinqüente, por sua própria condição etária. O problema relativo à juventude localizava-se na dificuldade que os jovens manifestavam de ajuste ao mundo, gerando angústias quanto ao próprio modelo de integração existente na sociedade.

Nos anos de 1960, segundo Kehl (2000), fortaleceram-se os estudos geracionais, e a juventude passou a ser encarada como um fator de inovação social. O problema apareceu, de acordo com Abramo (1997), “como o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, “nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica à ordem estabelecida e pelo desencadear de todos em busca de transformação” (p. 30).

Kehl (2000) ressalta que os movimentos de contestação estudantil e de contracultura conferiram dramaticidade ao conflito entre gerações, impulsionando diferentes estudos e debates que situavam a juventude como propulsora das mudanças sociais.

É válido ressaltar que esses estudos abrangiam uma parcela restrita da juventude, os escolarizados de classe média. Abramo (2005) afirma que, até os anos 1960, a visibilidade da juventude no Brasil permaneceu restrita a essa parcela de jovens de classe média e escolarizados. Essa situação limitava a condição juvenil, pois as análises dirigiam-se para o papel que os jovens, sobretudo por intermédio dos movimentos estudantis, da contracultura e do engajamento em partidos políticos de esquerda, desempenhavam na continuidade ou transformação do sistema cultural e político que recebiam como herança.

Abramo (2005) assinala que as pesquisas sobre juventude centravam-se na questão da criança e do adolescente em situação de risco, que emergiu como tema de extrema gravidade, desencadeando uma onda de mobilização para a defesa dos direitos desses segmentos. Esse tema norteou a pesquisa e o debate, fazendo que o termo adolescência fosse abordado como algo distinto da infância. Nesse período, de acordo com Abramo (2005), os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos de cidadania.

Diante desta diversidade cultural, torna-se difícil estabelecer um tratamento padrão no que se refere ao estabelecimento de uma faixa etária da juventude como segmento social.

As investigações sobre a temática da juventude foram retomadas no Brasil, nos meados da década de 1990, por diversos estudiosos, como Madeira (1998), Sposito (2003) , Abramo (2005). No campo educacional a revista da Associação Nacional de Pesquisadores

em Educação (Anped) publicou um número exclusivo, no ano de 1997, que abordou questões relativas ao tema juventude. O periódico tratou, com óticas teóricas e pontos de vistas diversos, não apenas a importância da temática para a compreensão dos problemas específicos do campo educacional, mas a pertinência de reorientar as pesquisas referentes a agrupamentos juvenis superando os condicionantes delimitados pela faixa etária e pelos modelos culturais construídos historicamente.

Abramo (2005) argumenta que, recentemente, a percepção da pesquisa sobre juventude lançou um conceito que extrapola a adolescência. Surgiram no cenário social atual novos atores juvenis, em grande parte de setores populares, que vieram a público, sobretudo, por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, o qual apresentava questões que os afetavam diretamente distintas das precedentes. Com isso, os estudos sobre juventude também se diversificaram e se ampliaram.

Carrano (2000) aponta que as sociedades complexas acenam para os jovens possibilidades ilimitadas de informação, consumo e desenvolvimento, o que sugere um aumento da capacidade social de ação, ao mesmo tempo em que se estabelece um alto grau de controle e de regulação sistêmica na produção de significados, particularmente, com os jovens oriundos das camadas populares.

De acordo com Freitas e Papa (2003), a partir da segunda metade da década de 1990, o tema da juventude começou a ganhar “projeção e complexidade no espaço público brasileiro” (p. 7). De modo geral, os jovens passaram a ter centralidade sob dois aspectos: vítimas ou protagonistas de problemas sociais.

Kehl (2000) considera que a importância do tema juventude, na atualidade, diz respeito à preocupação da sociedade e do poder público do Brasil e do mundo, pois a sociedade crescentemente vem se convencendo de “que mais que o futuro, a juventude é o presente da construção de uma realidade nova, socialmente justa em nosso país” (p. 92).

Sposito (2003), analisando a questão da juventude, considera que ela vem se constituindo como um tema emergente nos meios acadêmicos, fazendo-se presente também no âmbito de algumas pesquisas mais recentes sobre a educação no Brasil. De uma maneira geral, diz a autora, os estudos abordam os problemas sociais que a afetam, como drogas, criminalidade, violência, as culturas e as subculturas juvenis, o trabalho e a escolarização dos jovens.

Novaes (2003) também alerta para a emergência da temática sobre juventude e ressalta que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) tem amplamente divulgado resultados de pesquisas realizadas, em várias capitais brasileiras, com jovens pertencentes a distintos estratos sócio-econômicos, com o objetivo de conhecer sua realidade, suas idéias, ações e perspectivas de futuro. A autora assinala que há uma estreita relação entre violência e exclusão social, que constitui o denominador comum que perpassa todas as pesquisas sobre juventude no Brasil, e salienta:

A falta de oportunidades de emprego e lazer, a precariedade de serviços públicos, a falta de perspectivas de mobilidade social, alimentam os preconceitos e a discriminação que, por sua vez, produzem violência simbólica e favorecem situações onde impera a violência física. (p.122)

O jovem ocupa, no cenário social apresentado pela pesquisadora, um lugar certamente problemático, geralmente, vinculado à violência, ao desemprego e ao fenômeno das drogas.

A violência, de acordo com Carrano (2000), tem constituído o “principal combustível para o desenvolvimento das investigações acadêmicas e estudos destinados à formulação de políticas públicas” (p.15). Grande parte da dificuldade de definir os contornos da juventude como objeto social é resultante da insistência de estudos associarem juventude e violência. A juventude é tratada muito mais como um problema do que como um campo possível de problematização.

Percebe-se, pela discussão dos referidos teóricos, que, independentemente da faixa etária que identifica a juventude entre 15 a 24 anos, os jovens da mesma idade vivem condições juvenis diferentes.

Novaes (2003), ao discutir os critérios de diferenciação dos jovens, o faz com base na perspectiva da dicotomia inclusão/exclusão. Considerando essa dicotomia como fator determinante, a autora ressalta que a desigualdade que remete à classe social, embora seja o critério mais evidente, não basta em si mesma, ou seja, além da diferenciação fundada na condição de classe em que o jovem se localiza na sociedade, há outros critérios fundamentais para compreender o universo juvenil. Novaes (2003) assinala que os critérios de gênero e raça são dois recortes que também interferem bastante na trajetória dos jovens e ressalta:

As moças pobres se “beneficiam” do crescimento do emprego doméstico, mas moças de classes sociais diferentes ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos postos de trabalho. Mas se

a “boa aparência”, exigida para certos postos de trabalho exclui os jovens e as jovens mais pobres, esse “requisito” atinge particularmente jovens negros e negras. Enfim, ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco faz diferença. (p. 122; grifos da autora)

Outro critério que a autora aponta como diferenciador da juventude é o espaço territorial. Embora esse critério seja mais evidente em grandes centros, certos territórios apresentam o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e pela corrupção dos traficantes e da polícia.

De acordo com Novaes (2003), nas grandes cidades, o estigma de certas áreas urbanas pobres e violentas expõe os jovens à violência e à corrupção dos traficantes e da polícia: “Ao preconceito e discriminação de classe, gênero e cor adiciona-se o preconceito e a ‘discriminação por endereço’. Para a inserção no mercado de trabalho o ‘endereço’, muitas vezes, torna-se um critério de seleção” (p. 122; grifos da autora). O local de moradia interfere também no acesso a equipamentos urbanos, na busca de grupos de referência, na maior ou menor probabilidade de se ligar a atividades ilícitas, na virtualidade da morte precoce.

Em seus estudos, Novaes (2003) chama a atenção para um fator que se relaciona à participação dos jovens nos projetos das políticas públicas. Ser ou não ser um jovem que participa de projetos sociais aparece no cenário social como critério também de diferenciação.

De acordo com o documento *Projeto de juventude* (Abramo et al., 2004), níveis de renda, relações de gênero, discriminação racial, local de moradia revelam desigualdades sociais que servem para dividir a juventude entre aqueles que experimentam certos privilégios, por se posicionarem em um grupo social dominante, e aqueles que sofrem as determinações sociais, por pertencerem a agrupamentos subalternos. O documento também deixa claro que devem ser lembradas as diferenças de estilo, identidade, religião e orientação sexual.

Embora considere a diversidade existente, o projeto entende que os jovens brasileiros se deparam com dificuldades comuns. Suas demandas expressam as necessidades de desenvolvimento econômico e social colocadas para o conjunto da sociedade e também evidenciam a urgência de políticas específicas que transformem os jovens brasileiros em sujeitos de direitos.

Abramo (2005) percebe a noção de condição juvenil como uma etapa do ciclo de vida que liga a infância tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, à idade adulta, que se refere ao ápice do desenvolvimento e da plena cidadania, quando o sujeito se torna capaz de “exercer as dimensões de produção (sustentar a si próprio e a outros), reprodução (gerar e cuidar dos filhos) e participação (as decisões, deveres, e direitos que regulam a sociedade)” (p. 41).

Pochmann (2000) considera a juventude como ciclo de vida, enfoque bio-psicológico, e busca retratá-la como a temática da transitoriedade que emerge sobretudo da incerteza e da instabilidade presentes na transição da adolescência para a fase adulta. Em uma perspectiva sócio-cultural, o autor procura apreender a natureza de ser jovem em um ambiente marcado por um vocabulário próprio, acompanhado de gestos específicos no modo de vestir, de relacionar-se em grupo, de namorar, de dançar, de adotar um determinado estilo de música, dentre outros.

Com a abordagem das diversidades e das diferenças, entende-se o jovem como sujeito de direitos que vive e se constitui na contemporaneidade, em complexos contextos sociais e educativos, construídos histórica e culturalmente.

Abad (2003) contribui muito para essa discussão ao evidenciar a diferença entre a condição e a situação juvenil: a primeira é o modo como uma sociedade constitui e significa o momento do ciclo de vida, e a segunda, a situação que traduz os diferentes percursos que os jovens experimentam com base nos mais diversos recortes: de classe, de gênero e de etnia.

1.4 Juventude e tendências globais

No campo acadêmico, a construção da temática da juventude, sem dúvida, é uma tarefa difícil, que requer parâmetros conceituais e elementos empíricos que possibilitem apreender os diversos agrupamentos juvenis.

Considerar que a juventude constitui-se como uma categoria sócio-cultural, nos dias atuais, significa dizer que ela vem sendo tecida em tramas de constantes mudanças. Como salientam Levi e Schmitt (1996),

de um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX... Tampouco se pode imaginar que a

condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes. (p. 17)

Segundo Pais (1993), a juventude é uma categoria socialmente construída, portanto, sujeita a modificar-se ao longo do tempo. A segmentação do curso da vida em sucessivas fases é produto de um complexo processo de construção social.

Os estudos de Canesin (2002) apontam a necessidade de busca do significado do que vem a ser jovem diante das transformações sociais contemporâneas que estão se processando na nova ordem mundial, no mundo do trabalho e na família, na escola e na religiosidade. Essas mudanças têm configurado os diferentes modos de ser jovem .

As complexas e rápidas transformações políticas, econômicas e sociais, ocorridas nas últimas décadas, coincidem com mudanças significativas na configuração de importantes instituições, como a família e a escola. Rizzini (2001), ao referir-se à constituição familiar, alerta que discutir a família brasileira e suas eventuais variações de estrutura e organização exige cautela. É necessário estar atento aos elementos que podem compor esse terreno movediço. A exposição do indivíduo às possíveis transformações dos panoramas – social, político, cultural, econômico e biológico – alteram os códigos e valores utilizados na interpretação da realidade. A família que se ancorava na estrutura patriarcalista se vê diante de transformações profundas.

Castells (2000), em seu livro intitulado *O Poder da Identidade*, aponta que todas as sociedades contemporâneas têm como base o patriarcalismo, sistema cuja característica principal é a autoridade imposta institucionalmente pelo homem sobre mulher e filhos, no âmbito familiar.

Historicamente, de acordo com Castells (2000), os relacionamentos interpessoais, e, conseqüentemente, a personalidade, eram marcados pela dominação e violência que têm origem na cultura e instituições do patriarcalismo. A tese básica do autor é de que o modelo patriarcal está em crise, o que não significa crise da família como instituição referencial. São modelos de família diferentes que surgiram e que estão pautando o processo de formação dos indivíduos.

Rezende (2001) mostra que o modelo de família, organizado com base na hierarquia, regido pela severidade de princípios, está sendo substituído por formas diferenciadas de organização, sem deixar lugar para o autoritarismo do pai provedor, figura fundamental para

a compreensão da família patriarcal, que exercia domínio sobre o grupo. A mulher, de modo submisso, realizava os afazeres da casa e o cuidado com os filhos, como ocupação exclusiva.

Embora tais transformações repercutam na concepção de paternidade, subsistem, ainda, no imaginário social, de acordo com o autor, marcas da estrutura tradicional. Não se trata apenas, de colocar em questão determinado modelo familiar, mas todos os referenciais de identidade individual, aos quais cada um tende a se moldar.

Com um número cada vez maior de mulheres que ingressam no mercado de trabalho e conquistam a sua independência econômica, ocorreram novos arranjos familiares, com significativas mudanças nas relações entre homens e mulheres, como a separação entre papéis conjugais e papéis parentais.

Rizzini (2001) focaliza algumas tendências globais recentes que se refletem no âmbito da família. A autora alerta que sua abordagem é de cunho geral e não considera nenhum grupo cultural, étnico ou racial específico. De acordo com a autora,

as famílias tendem a ser menores (...) alguns dos importantes verificados são: declínio da taxa de fertilidade, aumento do número de famílias chefiadas por um dos pais, principalmente a mãe. O número de grupos de irmãos é menor, assim como também as redes familiares. A mobilidade das famílias tende a ser maior. Houve um aumento das correntes migratórias e das distâncias almejadas (...); Há menos mobilidade para crianças. A diminuição do espaço de autonomia das crianças em contextos urbanos é outro aspecto que deve ser enfatizado; As famílias ficam menos tempo juntas (...). Houve um aumento considerável do número de familiares que trabalha (...); o aumento da participação feminina na força de trabalho (...); as famílias tendem a ser menos estáveis socialmente (...); A dinâmica dos papéis parentais e das relações de gênero está mudando dramaticamente. (p. 28-30)

Essas transformações sociais têm interferido de forma significativa na dinâmica familiar e na constituição do ser jovem.

A juventude, no contexto de transformações que a família vem sofrendo, vivencia atualmente, de acordo com Leão (2004), uma relação mais longa com os pais e avós, em uma sociedade, em que a ampliação da expectativa de vida sobrepõe várias gerações em pequenas famílias e em que imperam relações menos autoritárias, calçadas no afeto e em uma maior liberdade. As dificuldades relacionadas a emprego, à condição social e conseqüentemente, à autonomia financeira, levam os jovens a estabelecerem vínculos de maior dependência em relação aos pais e avós. Segundo o autor, as possibilidades de pertencimento a diferentes

agregados sociais fornecem aos jovens experiências e referências culturais diversas em que o foco não é mais a família patriarcal.

Nesse contexto, em que os jovens provenientes de famílias populares sofrem circunstâncias sociais impostas pela sociedade e experimentam uma contemporaneidade complexa e em constante transformação, torna-se pertinente abordar as estratégias que estão sendo criadas e recriadas por eles com o propósito de viverem a condição juvenil.

Dessa forma, na ótica dos jovens de camadas populares, cabe perguntar: Qual a função e a importância do Programa Agente Jovem em sua situação juvenil? O programa constitui espaço de mudança de *habitus* ou simples estratégias de sobrevivência?

Tratar os problemas sociais com seriedade significa lançar um olhar para o problema do jovem proveniente das camadas populares e suas dificuldades de manter-se em um espaço social complexo e injusto. Vários problemas afetam o jovem, como desemprego, violência, pobreza, trabalho precário, informalidade, exclusão da escola, etc. É necessário, portanto, investigar quais são as estratégias de sobrevivência que restam a essas jovens diante de um cenário econômico e sócio-político desigual.

1.5 Juventude alongada. Qual juventude?

Além de considerar na discussão do presente tema os recortes de classe, de gênero e de etnia, há também, na atualidade, a percepção da condição juvenil, que extrapola a etária e biológica, em razão de alguns fatores, como o fenômeno do alargamento do período da juventude. Segundo Abad (2003), “a juventude se prolonga até depois dos 30 anos, o que significa que quase um terço da vida, e um terço da população tem o rótulo, impreciso e convencional como todos, mas simbolicamente muito poderoso” (p. 24).

O fenômeno de alargamento do período da juventude articula-se às mudanças sociais econômicas e culturais do mundo contemporâneo. No novo cenário social, a transição para a vida adulta tem ocorrido, de acordo com Leão (2004), de forma cada vez mais alongada, seja porque o desemprego é parte estruturante do sistema social vigente e, com isso, as incertezas no tocante à profissão intensificam-se, seja porque existe um prolongamento da permanência na escola, ou até mesmo porque se antecipam precocemente os papéis relativos à juventude, como por exemplo, a sexualidade.

De acordo com Pochmann (2000), sinais desse alongamento podem ser facilmente identificados nas múltiplas possibilidades abertas ao segmento etário entre 15 e 24 anos de idade, como,

o exercício do trabalho; a situação de desemprego recorrente; a condição antecipada de pai ou mãe, com família constituída ou mesmo isoladamente; a fase de estudo com residência junto dos pais, e dependente deles; a fase de estudo com vida independente e com família própria; situação de possuir mais de 24 anos na situação de desempregado ou de ocupação com rendimento insuficiente, o que o torna ainda dependente da ajuda dos pais, entre outras. (p. 222)

As reflexões de Marguris (*apud* Camacho, 2001) acerca da condição juvenil sugerem a noção de moratória social e vital, em virtude das multiplicidades das situações sociais que definem os marcos históricos, sociais, culturais distintos na sua condição.

Conforme Marguris, (*apud* Camacho, 2001) os rapazes e moças que pertencem a uma condição social mais elevada têm oportunidade de estudar e postergar seu ingresso no mundo do trabalho e das responsabilidades da vida adulta, experimentando o seu tempo e espaço sob proteção social.

O tempo legítimo de alongamento proporcionado pela família é aquele dedicado a estudar e a capacitar-se, durante o qual a sociedade brinda os jovens com uma especial tolerância. A moratória é privilégio, geralmente, dos jovens de classe média, cujas famílias têm a possibilidade de oferecer-lhes estudos prolongados e retardar seu ingresso no mundo adulto, como o trabalho e o casamento. Essa moratória não é permitida de igual modo a todos. No entanto, Marguris (*apud* Camacho, 2001) amplia a discussão de moratória social ao abordar a moratória vital, comum a todos os jovens. A moratória social concede a esses sujeitos, como um crédito temporal, um algo a mais vinculado ao aspecto da vitalidade corporal. Tal moratória identifica-se com a sensação de imortalidade, tão própria dos jovens. Essa sensação, esse modo de situar-se no mundo, podem levar os jovens, de acordo com o autor, a formas de enfrentamento do perigo, a condutas autodestrutivas que, muitas vezes, colocam em risco a saúde, expondo-os a acidentes, a excessos e superdoses.

Pochmann (2004) ressalta que ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, é notório que ela não ocorre de forma homogênea com os jovens. “O modo de ser jovem difere muito, principalmente quando há diferenças significativas entre estratos de renda no conjunto da população”, afirma o autor (p. 31).

Portanto, a condição juvenil atual, marcada pela expansão do tempo livre, obedece a critérios de diferenciação social. Para os jovens de determinadas classes sociais, a condição juvenil transforma-se em tempo de investimento e formação, e como diz Leão (2004), “tempo de uma moratória social vivida como gozo de liberdade. Para outros é um tempo vazio, uma moratória imposta que alimenta o desejo de se chegar rapidamente à vida adulta como alternativa de superação do estado”. (p. 26)

Leão (2004) alerta que, no caso especificamente brasileiro, para as crianças provenientes de classes populares menos favorecidas, o fenômeno da antecipação da vida ocorre em razão de o trabalho ser um projeto que se impõe muito cedo na vida dos adolescentes. O autor argumenta que, para a compreensão da especificidade nas classes populares, a escola não se caracteriza como um refúgio para a inatividade, pois a articulação entre trabalho e estudo é uma condição necessária para ampliar a escolaridade de uma grande parcela juvenil.

Leão (2004) ainda aponta que a vivência diferenciada da juventude de classes populares, no tocante ao adiamento de constituição de um novo lar, é expressiva entre os jovens de classes sociais mais privilegiadas, o que não se percebe no caso de jovens de classes populares.

De acordo com dados apresentados por Camarano *et al.* (2003), praticamente, a idade média dos jovens que formaram uma nova família permaneceu inalterada nos últimos vinte anos. Em 1981, 11,66% dos homens e 24,69% das mulheres formavam novas famílias, e em 2001, 12,55% de homens e 25,05% de mulheres.

Outros dados importantes para essa reflexão são fornecidos por Sposito (2003) e se referem à taxa de fecundidade. De acordo com a autora, houve um crescimento expressivo dessa taxa entre jovens de 15 a 19 anos, evidenciado no último censo demográfico, ou seja, de 16,3%, em 1990, para 21,3%, em 2000.

No entanto, Camarano *et al.* (2003) ressaltam que houve um aumento considerável no número de jovens que apenas estudam e uma diminuição daqueles que estão somente ocupados, “além do que é grande o montante de jovens que não estudam, nem trabalham” (p. 27). Nesse caso, portanto, a inserção no mundo do trabalho não pode ser uma linha demarcatória entre a condição juvenil e a idade adulta.

Além disso, Abad (2001) aborda a existência de ampliação do tempo liberado para os jovens, sobretudo em relação ao desemprego, portanto, a idéia do alongamento juvenil necessita passar pelo crivo das diferenças sociais.

Para Marguris (*apud* Camacho, 2001), a categoria *moratória social* merece destaque porque ela explica, com muita propriedade, questões sociais da juventude das classes médias e da elite. Estudos sociológicos têm mostrado que a juventude depende de dinheiro e de tempo – uma moratória social – para viver um período mais ou menos prolongado com relativa despreocupação e isenção de responsabilidades.

Nesse sentido, Abramo (2005) enfatiza que é fundamental levar em consideração esses planos de análise, pois a juventude, como toda categoria socialmente constituída, possui uma dimensão simbólica, porém precisa ser analisada com base em outras dimensões, como a sua duração e o significado social atribuído à condição juvenil, que são construtos históricos e culturais.

1.5 Juventude, uma categoria desinstitucionalizada?

Abad (2003) discute uma questão recorrente nos debates sobre juventude, a desinstitucionalização da condição juvenil.

De acordo com Abad (2003), a condição juvenil era mediada pelas relações de incorporação à vida adulta, o que caracterizava o período da juventude como momento vital entre a infância e a idade adulta, marcado pela articulação com as instituições de transição ao mundo adulto. No entanto, na atualidade, a condição juvenil tem adquirido uma dinâmica específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculada da idéia de transição.

Abad (2003) argumenta que, nas sociedades contemporâneas, desponta-se uma nova condição juvenil, que “se constrói com o *pano de fundo* da crise das instituições tradicionalmente consagradas à transmissão de uma cultura adulta hegemônica, cujo prestígio apresenta-se debilitado pelo não-cumprimento de suas promessas e pela perda de sua eficácia simbólica como ordenadoras da sociedade” (p. 25).

Abad (2003) sustenta sua tese baseado nos aspectos que se seguem.

Primeiramente, o autor toma como referência a crise da família tradicional e a multiplicação de novas formas de família, que questionam e restabelecem limites e funções

de pais, mães, filhos e filhas. As relações paterno-filiais tendem a romper com o padrão de autoridade patriarcal e fundamentam-se mais na tolerância, na negociação e na sedução.

O segundo é o esgotamento da ilusão da mobilidade e da ascensão social assentada na expansão da educação secundária e universitária, vinculada à modernização industrial, à economia em crescimento e à ilusão de pleno emprego. Na nova condição juvenil, a adolescência desponta cedo, a infância quase desaparece e há um prolongamento da juventude, criando uma espécie de moratória.

Outro fator que Abad (2003) ressalta nesse processo é a emergência “massificada, plural e intensa de novos atores sociais” (p. 23), dentre eles, os jovens, que, não encontrando acomodação nos velhos formatos institucionais e legais da sociedade, têm pressionado para a implementação de políticas sociais, reformas legislativas e novos contratos sociais para que se reconheça a especificidade e as dimensões da nova condição juvenil.

Para Abad (2003), um maior desdobramento da subjetividade juvenil ocupa o espaço deixado pelas instituições tradicionais, o que oportuniza o enriquecimento das identidades sociais e culturais das sociedades,

mais do que em qualquer outro grupo de idade e que explica o potencial transformador da juventude em áreas tão díspares como a participação social e política, a expressão artística, as concepções sobre o ócio e o uso do tempo livre, os consumos e as produções de objetos culturais, e as relações sexuais e afetivas, entre outra. (p. 25)

Com a desinstitucionalização da condição juvenil, de acordo com o autor, têm surgido as possibilidades de viver a etapa da juventude de uma forma mais distinta da que fora experimentada por gerações anteriores.

As gerações anteriores dos jovens, segundo Abad (2003), experimentavam essa etapa como um adiamento forçado das *melhores coisas da vida*, restritas aos adultos, sobretudo em relação aos aspectos econômico, político e sexual. A juventude era mais um período de privações, com pouca autonomia uma etapa de difícil aprendizagem das *coisas da vida*, pela qual todo jovem tinha que passar para adquirir experiência.

Abad (2003) postula que essa forma anterior de viver a condição juvenil distancia-se de forma significativa do modo de viver a condição juvenil na atualidade. A entrada na vida adulta era antes esperada com impaciência, e a condição juvenil era considerada um momento de espera.

No entanto, Sposito (2005a) ressalta que, ao lado dessa interpretação emergente e do reconhecimento, verifica-se também um conjunto de fatores que revela, enfaticamente, as amarras que caracterizam os jovens na sociedade atual, quer por sua adesão a valores tradicionalistas, quer por imersão no individualismo contemporâneo que pouco espaço concede a novas formas coletivas associativas ou solidárias de estar no mundo.

Para Sposito (2005a), a afirmação da desinstitucionalização da condição juvenil como “fator positivo na medida em que faria emergir uma nova sociabilidade mais próxima do desejo da experimentação e da liberdade” (p. 91) é questionável. A autora argumenta que não se pode “desconsiderar a aspiração por escolaridade, os sentidos atribuídos à instituições escolares e a importância das redes familiares para muitos jovens, sobretudo aqueles que em decorrência das estruturas desiguais, situam-se na base do sistema social” (p. 92).

Sposito (2005a) ainda defende que,

de modo contrastante, na análise sobre jovens, apenas o individualismo e a adesão a valores conservadores como típicos da vida atual dos seguimentos juvenis não significaria constatar que seu comportamento é mera cópia dos padrões hegemônicos da sociedade, de sua cultura narcísica com o predomínio dos aspectos privados e não públicos da vida em comum? Nesse caso reafirmam-se a desconfiança ou o ceticismo generalizados quanto à capacidade de ação coletiva e de resistência aos aparatos da dominação do mundo atual, recobrando um espectro muito mais amplo do que a juventude (p. 92).

Sposito (2005a) alerta para as mutações profundas que vêm ocorrendo na contemporaneidade em relação ao ciclo da vida como um todo pois “há um processo de redefinição da especificidade da experiência juvenil. Isso constitui sem dúvida, uma condição atual diversa daquela experimentada pelos jovens há 50 anos” (p. 92) e este, é, segundo a autora, o mérito daqueles que procuram observar quais são, de fato, as mudanças observadas.

1.6 Juventude e instituições sociais

A família e a escola sempre foram tradicionalmente consideradas instituições socializadoras. Embora as duas instituições tenham sido debatidas separadamente, não eram percebidas como antagônicas. Cada uma, de um lado, exerceu a sua função específica: a família, como espaço de afeto, como espaço privado, responsável por um patrimônio, uma

herança afetiva, econômica e cultural, e a escola, como espaço público de formação, de educação moral e profissional dos indivíduos.

De acordo com Setton (2003), essas instituições de socialização, como as *instituições sociais totais*, eram percebidas como as situa Goffman (*apud* Setton, 2003) como “coerentes e em perfeita sintonia com seu público, onipresentes e fortemente legitimadas” (p. 104). As duas instituições eram responsáveis pela introdução de crianças e adolescentes no mundo dos adultos. No entanto, Setton (2003) concebe que essas representações sobre a família e a escola são construções “forjadas, sobretudo até a década de 60 do século passado” (p. 104), isto é, de acordo com a autora, a idéia das instituições família e escola como instituições sociais totais, com monopólio no processo de socialização fez carreira, e ainda domina grande parte dos debates contemporâneos sobre o tema.

Apesar do reconhecimento da importância dessas instituições socializadoras tradicionais, Sposito (2005) argumenta que, com as profundas transformações observadas nos últimos anos do século XX, “produziram impactos significativos nas formas como as relações entre as idades e o próprio ciclo de vida são experimentadas” (p. 91).

Na família, percebe-se a ocorrência de profundas transformações em suas dinâmicas e nos arranjos familiares e pode ser observada uma crise prolongada e incompleta de determinado modelo – hierárquico, patriarcal com forte dominação do mundo adulto – do que o enfraquecimento da dinâmica e dos arranjos familiares. Sposito (2005a) declara que, ao estabelecer a crítica das relações dos jovens com a família, há necessidade de situar o arranjo familiar que está sendo alvo da crítica ou que se pressupõe como modelo.

Em relação à escola, percebe-se também um processo de mutação que transforma a própria natureza da sua ação socializadora, fazendo que parte importante do processo seja considerada tarefa ou ação do próprio sujeito sobre si mesmo. Para Dubet (*apud* Sposito, 2005a), esse processo de mutação não elimina mas transforma a natureza da dominação, pois,

obriga os indivíduos a se construírem “livremente” nas categorias de “esfera social” que lhes são impostas. A dominação se manifesta, assim, não cessando de afirmar que os indivíduos são livres e mestres de seus interesses [...] a dominação impõe aos atores as categorias de suas experiências, categorias que lhes interdita de se constituir como sujeitos relativamente mestres deles mesmos [...] O dominado é convidado a ser o mestre de sua identidade e de sua experiência social ao mesmo tempo em que é posto em situação de não poder realizar este projeto. (p. 95; grifos do autor)

Sposito ao analisar a pesquisa nacional sobre a juventude brasileira denominada pesquisa *Perfil da juventude brasileira* (ABRAMO, *et al*, 2005) faz observações pertinentes sobre a relação dos jovens com a escola na sociedade brasileira. A pesquisa mostra que 63% dos jovens estão estudando, e que as maiores diferenças se situam entre os jovens que moram na cidade e no campo, pois, de acordo com a pesquisa, cerca de 65% dos urbanos e 55% dos rurais estavam estudando considerando a variável cor/raça. Percebe-se que os brancos compreendem 64% dos que estudam, os pardos, 62% os negros, 62% os orientais, 78% e os indígenas, 65%.

A expansão da escola por meio da recente abertura de oportunidades de acesso ao sistema de ensino, em particular, o ensino médio, tem, de acordo com Sposito (2005), criado “uma nova geração de jovens que incorporaram a variável no seu repertório de práticas e expectativas. Os jovens assumem a experiência escolar como extremamente importante embora considerem limites no impacto que a instituição escolar tem sobre suas vidas” (p. 123).

No entanto, é muito provável que a disposição de estudar, manifestada pelas famílias e seus filhos, esteja acontecendo porque se percebeu a importância da educação na própria peregrinação em busca de um emprego. Nesse aspecto, os dados são muito claros: educação é uma exigência cada vez maior dos empregadores.

Sposito (2005a) afirma que os jovens entrevistados depositam confiança na escola, que é tida como muito importante para o futuro profissional; no entanto, as relações entre juventude e escola são mais “difíceis e tensas com o tempo presente, na crise da mobilidade social via escola” (p. 123). Apresenta-se, segundo a autora, uma ambigüidade que tem como característica a valorização da escola em relação ao projeto futuro e uma “possível falta de sentido que encontram no presente” (p. 123).

Essa discussão aponta a necessidade de um olhar mais cuidadoso em relação à compreensão da condição juvenil na atualidade. Sposito (2005a) alerta que tentar analisar a condição juvenil na atualidade obriga a tratá-la pela ótica da diversidade daquilo que “aparentemente é o mais tradicional da modernidade – trabalho, família e escola, sem que, necessariamente, estejamos reiterando chaves analíticas anacrônicas, conservadoras, ou negando horizontes utópicos de cunho emancipador” (p. 125).

CAPÍTULO II

CONCEPÇÃO DE SER JOVEM E AÇÃO EDUCATIVA NO PROGRAMA AGENTE JOVEM

O objetivo do presente capítulo é situar o Programa Agente Jovem como política pública desenvolvida pelo poder público municipal de Goiânia-GO⁵, em termos da concepção de juventude e de ação educativa sustentada pelo programa que atende àqueles que vivenciam sua condição juvenil. Primeiramente, arrolam-se conceitos formulados por diversos autores que tratam a temática, em específico, as políticas públicas destinadas aos jovens. Posteriormente, busca-se apresentar as concepções que fundamentam o programa e aspectos referentes a sua execução no município.

2.1. Políticas públicas

As perspectivas de investigação das Ciências Humanas, em geral, no início de século XXI, acompanham as transformações da esfera produtiva e suas mazelas. Em um contexto de mudanças sociais, em que muito se fala sobre o social, inúmeros programas têm sido criados com o objetivo de, se não erradicar, pelo menos atenuar as desigualdades sociais.

Na discussão sobre políticas públicas, Abad (2003) considera importante definir alguns conceitos centrais de Estado e de política pública, com o objetivo de estabelecer um entendimento comum ainda que, segundo ele, “trate de temas extremamente complexos e sobre os quais a divergência de opiniões é comum” (p. 13).

⁵ A pesquisa tem como referência a gestão 2001/2004.

Abad (2003) conceitua Estado como a “expressão político-institucional por excelência das relações dominantes de uma sociedade. Trata-se ao mesmo tempo de um agente de articulação e de unificação entre as nações” (p. 13). Para o autor, tanto a dominação quanto a articulação pressupõem a delegação dos mais altos níveis de autoridade e de legitimidade ao Estado, para ele possa exercer a força necessária, seja mediante coerção, coação ou repressão, para garantir a reprodução dessa sociedade, ou seja, das relações de dominação vigentes.

Dessa forma, de acordo com Abad (2003), torna-se inevitável que o Estado, ao reproduzir as relações de dominação presentes na sociedade, reproduza igualmente as tensões que são imanentes às contradições e aos conflitos derivados das desigualdades, na distribuição de poder real entre os atores sociais associadas às diferenças de classe social, cultura política, religião gênero, etnia e geração. Nesse sentido, as mudanças nas desigualdades sociais, provenientes das mudanças nas relações de dominação entre atores sociais com diferentes níveis de poder, ocasionam, por sua vez, mudanças no aparelho político-institucional do Estado.

A política, de um determinado ponto de vista, discute Abad (2003), consiste justamente na atividade pela qual essa mesma sociedade flexiona e questiona a validade de suas instituições, junto com suas normas e comportamentos. Essa reflexão crítica e transformadora não acontece por mágica, tampouco é fruto de uma generosa concessão de poderes dessa capacidade para mudar seu destino, transformando o seu antagonismo básico em mobilização social.

Com base em outro ponto de vista, política pode ser compreendida, de acordo com Abad (2003), como programa de ação governamental, cujas conotações são mais técnicas e administrativas. Dessa forma, para Abad (2003) a política pública representa aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer, diante das diversas situações. Nessa perspectiva, políticas públicas na percepção de do autor, constituem “a forma de concretizar a ação do estado, significando, portanto, um investimento de recursos do estado” (p. 14). Ao delegar ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, Abad (2003) assegura que as políticas públicas passam a ser um instrumento privilegiado de dominação.

No caso específico da juventude, Rua (1998) assinala que existem alguns elementos das políticas públicas em geral que se mostram centrais para a compreensão de como ou por que os *jovens são ou não contemplados* na formulação e implementação das políticas públicas no Brasil. Com base na percepção de que as sociedades modernas são diferenciadas, a autora conceitua políticas públicas como “conjuntos de decisões e ações destinados à

resolução de problemas políticos” (p. 731). Essas decisões e ações, de acordo com a autora, envolvem atividade política, compreendida como o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos que se relacionam a bens públicos⁶. Essas políticas são “respostas *outputs* do poder público e demandas *inputs* que emergem dos membros de uma sociedade” (p. 731) que Rua (1998) denomina *o meio ambiente social*. No entanto, essas demandas não são geradas apenas no plano social, mas também, de acordo com a autora, no próprio sistema político *withinputs*. Para Rua (1998), “as políticas públicas têm a sua origem em alguma demanda apresentada pelos atores políticos e sociais, direta ou indiretamente interessados, que transitam e interagem no ambiente e no sistema político” (p. 731).

As intervenções públicas nos problemas sociais estão condicionadas, de acordo com Rua (1998) por uma “multiplicidade de elementos que não se circunscrevem ao cenário social, mas abarcam também demandas originadas no âmbito global, envolvendo cada vez mais relações interativas com atores e agências inter e transnacionais” (p. 731).

Portanto, para Rua (1998), as políticas públicas constituem-se em respostas dadas pelo poder público às demandas originadas em diversos âmbitos e por diferentes atores. Essas demandas, enquanto não são assimiladas em uma

agenda governamental não passam de *estado de coisas* situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas. (p. 732; grifos da autora)

Para que faça parte da agenda governamental, é necessário que a demanda apresente pelo menos uma das características que Rua (1998) assinala: “mobilize ação política de grandes ou pequenos grupos ou de atores individuais estrategicamente situados; constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe; constitua uma situação de oportunidade para atores politicamente relevantes” (p. 733), a partir do momento em que esses *estados de coisas* se transformam em foco de ação do Estado e que tornam-se *problemas políticos*.

De acordo com Rua (1998), a primeira fase da constituição das políticas públicas ocorre quando, em virtude de diferentes motivações e interesses, uma determinada demanda

⁶ Compreende-se bem público, nesta pesquisa, de acordo com Rua (1998) “aquele que não pode ser provido privadamente e que tem como características a não-excludência e a indivisibilidade” (p. 731).

entra na agenda política. É o momento de decisões técnicas e políticas acerca de alternativas apresentadas, quando “cada um dos atores exhibe suas preferências e seus recursos de poder e se envolve numa disputa mais ou menos acirrada, marcada por conflitos e alianças em busca da adoção da alternativa que seja mais satisfatória aos seus interesses” (p. 733).

Também, de acordo com Leão (2004),

as políticas públicas são espaços de conflitos e interesses, concepções e motivações, nos quais os diferentes atores sociais ou políticos movem-se, constituindo-se numa *arena política* de disputa em torno dos bens e serviços públicos. Elas compreendem decisões éticas-políticas que transformam as políticas sociais de forma processual. (p. 93 grifos do autor)

As políticas públicas, uma vez que são conduzidas pelo Estado, expressão político-institucional por excelência das relações dominantes de uma sociedade, assumem uma dupla face: por um aspecto, estão a serviço das forças dominantes, assegurando a reprodução do capital, quando garantem condições adequadas e desiguais para a reprodução da sua força de trabalho; por outro lado, representam “a conquista de um direito que amplia a condição de cidadania e se constroem na correlação de forças presentes na arena política, expressando o compromisso entre as forças de conflito e os diferentes interesses por elas representados” (Almeida, *apud* Leão, 2004, p. 93).

Para Rua (1998), um dos aspectos que se destaca nas políticas públicas brasileiras é a fragmentação:

de fato, esta é um traço recorrente e que embora as demandas da sociedade impliquem a articulação e cooperação de diferentes agências setoriais, o que ocorre é a existência de linhas rígidas – mas nem sempre consensuais e respeitadas – de demarcação das áreas de atuação de cada uma delas. (p. 740)

A autora assinala, como consequência, que as políticas muito freqüentemente tornam-se inoperantes em virtude da competição interburocrática, pois ou são fragmentadas em áreas de controle de cada agência, na busca de uma convivência pacífica, ou se estabelecem superposições que levam à baixa racionalidade e ao desperdício de recursos.

A descontinuidade administrativa é outro traço recorrente dessa fragmentação. A autora postula que “inexistem concepções consolidadas de missão institucional, as agências envolvidas nas políticas públicas são forte e diretamente afetadas pelas preferências,

convicções e compromissos políticos e idiossincrasias pessoas diversas dos seus escalões mais elevados” (p. 740).

Esses cargos, por sua vez, são em grande parte preenchidos conforme critérios políticos, o que provoca uma rotatividade de acordo com o posicionamento político. Essas mudanças constituem-se em ameaças para as políticas em andamento, pois alteram o rumo e as prioridades das ações.

Outro traço recorrente, especialmente nas políticas públicas, assinalado pela autora, é que as decisões e ações que tendem a ser implementadas com base na oferta muito raramente são executadas de acordo com suas demandas. Diante disso, os instrumentos de avaliação, na maior partes das vezes, são inadequados ou precários, e os mecanismos de controle social são absolutamente incipientes ou inexistentes.

Rua (1998) considera que todos esses traços expressam, provavelmente, os padrões de autoritarismo e de centralização presentes na formação histórica brasileira, bem como as heranças do passado autoritário recente. “Causas à parte, o fato é que disso resultam descompassos entre oferta e demanda de políticas, acarretando desperdícios de recursos e lacunas no exercício da cidadania para a juventude brasileira”, afirma Rua (1998, p. 741).

Outra questão refere-se à visão que se tem por parte dos gestores de políticas públicas sobre as escolhas de assuntos colocados na elaboração de agenda. Vianna (1996) ressalta que um assunto pode sair da agenda sistêmica para a governamental quando há eventos dramáticos ou crises, influência de um quadro de indicadores ou acumulação de informações e experiências. A atenção governamental, portanto, dirige-se para esses três acontecimentos.

Para Draibe (1993), as estratégias atuais do Estado são assim definidas por elegerem outras prioridades e se expressarem no corte dos gastos sociais, na privatização, na centralização dos gastos públicos em programas seletivos contra a pobreza e na descentralização da ação pública para o nível local. A privatização articula esses conjuntos de elementos na perspectiva de conceder as atividades econômicas mais viáveis aos investimentos privados, para ampliar os âmbitos de acumulação e dar base material para o objetivo político-ideológico de mercantilizar o bem-estar social.

Essas condições são sustentadas pelo tipo de políticas públicas implantadas no Brasil, ou seja, *políticas públicas focalizadas*. O princípio da focalização sinaliza a prática da seletividade na atuação do Estado e a concentração dessa em determinadas áreas e

problemas. Na verdade, esse princípio é indicativo do caráter restrito e emergencial que tem marcado a política social do Estado brasileiro (Draibe, 1993).

2.2 Políticas públicas para juventude: jovens como problema social

A tematização da juventude pela ótica do *problema social* é histórica, e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção das políticas públicas, quando representa uma ameaça de ruptura para a continuidade social, para si própria ou para a sociedade. Quando os jovens constituem assunto explorados nas matérias destinados no noticiário em editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos *problemas sociais*, como violência, crime, exploração sexual, drogadição ou medidas para dirimir ou combater tais problemas.

Pode-se dizer que esse recorte para a elaboração de políticas para juventude sustenta-se na concepção que Estado e sociedade têm de juventude. De acordo com alguns autores, a juventude, sobretudo a adolescência, foi descoberta na passagem do século XIX para o século XX, portanto, é uma preocupação recente, mas há complicadores de diversos tipos em lidar com juventudes, em particular no plano do Estado. Um deles situa-se no plano epistemológico, referente à concepção de juventude, ignorando sua diversidade e o que há de comum que caracteriza uma geração, a de jovens como categoria social que extrapola a questão geracional. Por outro lado, existem em distintos ministérios e secretarias várias políticas voltadas para adolescentes, e comumente também para crianças, o que indica uma confusão conceitual e uma fraca vontade na formulação de políticas para jovens.

Para Abramo (1994), o interesse acadêmico pela questão juvenil sobressaiu apenas na passagem do século passado para o atual, quando as formas do movimento e da cultura juvenil surgiram como *aparções excêntricas*. Para a autora, a visibilidade da juventude e sua tematização,

constroem-se neste período, através do surgimento de um comportamento “anormal” por parte de grupos de jovens delinquentes, ou excêntricos, ou contestadores, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes. (p. 8)

O aparecimento desses grupos ligados à criminalidade, compostos por jovens das classe baixas, fez suscitar o tema do desvio no processo de integração dos jovens à vida social. Esse é o foco dos trabalhos realizados na América do Norte, nos anos 1920 e 1930 do

século passado, pela Escola de Chicago, os quais constituem uma das primeiras e mais importante séries de pesquisa sociológica sobre juventude. Esses pesquisadores norte-americanos voltaram sua atenção para os *street gang boys*, rapazes de bairros imigrantes que vivem a maior parte de seu tempo nas ruas, fora dos espaços institucionais adequados a uma socialização sadia, e que acabam por desenvolver comportamentos “em desconformidade com as normas sociais” (Abramo 1994).

De acordo com Abramo (1994), as questões da delinqüência e da rebeldia permanecem como elementos fundamentais na construção da problematização da juventude na era moderna. E paralelamente estruturou-se, por contraposição, uma caracterização da *juventude normal* que, no entanto, não deixa de conter elementos que a definem como uma condição que guarda sempre, em potência, possibilidades de descontinuidade e de ruptura das regras sociais.

As políticas públicas são dirigidas e focadas, de acordo com Leon (2002), com o intuito de solucionar problemas políticos, demandas de determinados setores sociais relevantes, com visibilidade pública e capacidade de pressão, e que podem ter a capacidade de influenciar a instalação de suas demandas na agenda pública, seja pela via discursiva, de mobilização ou de opinião pública, ou seja,

trata-se de um conjunto de atores, fatores, vontades e práticas sociais e políticas, o que possibilitaria aumentar a capacidade de influência na agenda pública, num sentido amplo, sem entender esta unicamente como uma acepção restritiva homologável da agenda governamental. (p. 8)

Sposito e Carrano (2003) discutem que a emergência das políticas federais para a juventude se dá no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1997. O assassinato do índio Galdino por jovens de camadas médias de Brasília associado deu visibilidade a questão da juventude associado a violência. Afirmam os autores:

El año de 1997, fecha del asesinato del indígena “Galdino” por jóvenes de clases medias del Distrito Federal, traduce un punto muy importante que se expresa en respuestas programáticas destinadas a problemas de violencia involucrando a jóvenes también de las clases mas favorecidas. (p. 288)

Os referidos autores ressaltam que é preciso considerar também que as rebeliões de jovens em conflito com a lei nas dependências da Fundação do Bem-estar do Menor

(FEBEM), em vários estados, são acompanhadas pela imprensa a partir de meados da década de 1990, dando *visibilidade perversa* à parcela de adolescentes pobres.

Dessa forma são variados os projetos e ações que foram criados no Brasil, impulsionados pela concepção de juventude aliada a problemas sociais. Freitas e Papa (2003) assinalam que tais projetos e ações foram, em sua maioria, direcionados a adolescentes e tinham como objetivo tratar questões relativas ao desemprego, marginalidade e doenças sexualmente transmissíveis.

Outro foco de atuação das políticas destinadas à juventude, de acordo com Leon (2002), relaciona-se à prevenção e a eliminação da violência. No entanto, essa atuação é motivada para atender à demanda da segurança pública, como se a única questão de direitos humanos tivesse de passar pelo crivo da prestação de segurança. Essa atitude governamental também inspira uma série de ações de organizações não-governamentais, muitas vezes, centradas apenas na idéia de profissionalização, e não na perspectiva de promover novos espaços de sociabilidade e de convívio entre os jovens.

Essas políticas limitam-se à tentativa de conter o risco real ou potencial desses garotos, pelo seu afastamento das ruas ou pela ocupação de sua ociosidade. O foco dessas ações, em grande parte, é o enfrentamento de *problemas sociais* que afetam a juventude, mas acabam tomando os próprios jovens como o *problema* sobre o qual é necessário intervir, para salvá-los (em uma idéia quase messiânica) e reintegrá-los à ordem social.

Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas segundo pesquisa *Juventude escolarização e poder local* revela que,

organismos responsáveis pelo maior número de programas levantados são as secretarias ligadas a assistência social/inclusão/ação social, com 23%, seguidas pela secretarias de educação que concentram 16,2 % das ações destinadas a essa faixa da população. Em terceiro aparecem as secretarias municipais de cultura, com 12,2% e com índices bem próximos a área de esportes. (Sposito *et al.* 2005b, p. 07)

Assim, de acordo com os autores, as políticas de juventude aparecem de forma subsidiária à questão social uma vez que a área social se responsabiliza pela ações voltadas para a juventude.

2.3 Políticas públicas: mediadoras de construção da cidadania?

Abad (2003) salienta que, idealmente, as políticas sociais têm como encargo básico a construção da cidadania social. Para o autor, essas políticas proporcionam,

num sistema desigual de distribuição da riqueza produzida pela sociedade, as condições mínimas para tornar efetiva a igualdade de direitos reconhecida legalmente, operando mediante a identificação das medidas de discriminação positiva e dos mecanismos de subsidiariedade, transferência e redistribuição de renda, compulsando a relação ética pública e moral e individual, isto é, entre o Estado de Direito e Democracia e os Direitos Humanos com a Sensibilidade e a Solidariedade Social. A finalidade definitiva das políticas sociais... é a de apoiar a expansão da cidadania, removendo os obstáculos práticos ao seu pleno exercício. (p. 19)

Com a finalidade de amenizar as conseqüências produzidas pela divisão injusta das riquezas, surgem vários programas sociais no formato das políticas públicas desenhadas para todos aqueles que estão localizados em segmentos da população em processo de exclusão social. Tais projetos aparecem como ferramentas para promover determinados tipos de inclusão social. Abad (2003) afirma:

para aqueles que têm acesso, os projetos podem contribuir para a supressão de certas marcas de exclusão por meio do aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local e comunitário. Por meio deles uma parcela de jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão. Em nível local, mesmo para os jovens que, por diferentes motivos, não têm acesso aos “projetos”, pode-se dizer que sua mera existência amplia o campo de negociação com a realidade. (p. 124)

Novaes (2003) alerta para os efeitos sociais desses projetos e programas que nem sempre são analisados. Um dos efeitos apontado pela autora é a “disseminação da linguagem dos projetos. Muitos jovens que fazem parte do ‘público alvo’ dos projetos se apropriam de idéias, palavras e expedientes, incluindo-os em suas estratégias de sobrevivência” (p. 125).

As categorias de diferenciação citadas, como renda, gênero, raça, local de moradia, vinculação ou não a projetos sociais, compõem o universo de inclusão/exclusão presentes no universo juvenil. Portanto, quando se fala em juventude relacionada a problemas sociais, como falta de oportunidades, desemprego, falta de mobilidade social e outros, aponta-se uma especificidade da condição juvenil.

O *contrato social*, expressão da modernidade, que aparece no cenário social que pretendia incluir os sujeitos na sociedade e que ganhou força no chamado Estado do bem-estar (Chauí, *apud* Andrade, 2000), deu lugar a contratos que criam estratégias mais voltadas para atender a exclusão do que a inclusão. De modo aparentemente banal, pode-se afirmar que, no atual modelo, a inclusão é cada vez mais limitada. Assim, a opção do modelo econômico e político globalizado considera que a miséria do mundo é inevitável naturalizada, incorporada ao cotidiano, devendo, portanto, as respostas a ela serem dadas pela ótica de exclusão.

Questões como exclusão, marginalização dos jovens no mercado de trabalho, aliadas aos problemas do baixo desempenho educacional e do *desajustamento* social da juventude traduzido em violência, uso de drogas, saúde, reprodução sexual têm emergido, segundo Leão (2004), como uma das preocupações centrais na sociedade.

O tema da exclusão juvenil tem prevalecido nos discursos oficiais, revelando uma grande preocupação de desagregação social decorrente da não-incorporação adequada das novas gerações à sociedade. Leão (2004) assinala que os programas sociais brasileiros são desenhados tendo como traço marcante a focalização em grupos específicos em face de sua alta *vulnerabilidade*.

Nesse sentido, a *vulnerabilidade* juvenil torna-se o foco sobre o qual se ancora boa parte das propostas de intervenção das políticas para jovens. No entanto, Leão (2004) aponta que a maior dificuldade desse conceito consiste em transferir as suas causas para os jovens e não para as estruturas em que estão inseridos. Tal imagem socialmente construída sustenta uma percepção da juventude como *ameaça* ou *perigo* que se deve prevenir. Essa imagem, confirmada pela mídia, tende a desviar o olhar das *estruturas de vulnerabilização* (Castro e Abramovay, *apud* Leão, 2004).

Outro traço marcante desses programas, indicado por Leão (2004) é o apelo ao protagonismo juvenil e à sua vinculação com o trabalho voluntário nas comunidades de origem dos jovens atendidos nos diversos programas. A grande dificuldade nesse campo, segundo Leão (2004), consiste em determinar até que ponto os jovens são valorizados como sujeitos e em que medida a idéia de protagonismo juvenil não está associada a uma certa instrumentalização dos jovens nos programas sociais

O Brasil, comparado a outros países da América Latina e da Europa, não possui tradição no investimento em políticas públicas específicas para os setores juvenis.

Diferentes pesquisadores que, atualmente, se dedicam ao estudo do universo juvenil na sociedade brasileira, sublinham que só recentemente e lentamente pode-se observar a preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais para os jovens Abramo (2005).

No Brasil, dificilmente se vê uma política específica para a juventude Na maioria dos casos, esses programas são dirigidos à população como um todo, ou então, a grupos que podem ser definidos pela idade, nível de escolarização, sexo ou profissionalização, etc.

De acordo com Bango (2003), na América Latina, a questão dos jovens e da necessidade de implementar políticas sociais específicas dirigidas ao setor foi ganhando terreno na consideração pública nos últimos 15 anos. As aberturas democráticas, por exemplo, tiveram os jovens como principais protagonistas.

A maior presença da questão juvenil na agenda pública está relacionada, em primeiro lugar, com a visibilidade que os jovens ganharam nos processos de democratização ocorridos na América Latina no final da década de 1980.

No Brasil, pelo Estado autoritário que se implantou por um período de mais de anos, a partir de 1964, foi cerceada a participação dos jovens na vida política e social, dificultando a renovação de quadros e lideranças de toda uma geração no exercício de sua cidadania. Na segunda metade da década de 1980, durante o processo de democratização, o jovem brasileiro mobilizou-se para a campanha das eleições diretas à Presidência da República e, em 1992, foi decisiva sua atuação, por meio de manifestações públicas pelo *impeachment* do primeiro presidente eleito por voto direto após o regime iniciado em 1964, movimento que ficou conhecido como o dos *caras pintadas*.

Conforme as reflexões de Abramo (2005), até os meados de 1980 do século passado, a visibilidade da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados de classe média ao papel dos jovens nos movimentos estudantis, na contracultura, na transformação da sociedade pela via política.

Nos anos seguintes, o foco da preocupação centrou-se nas crianças e nos adolescentes em situação de risco que surgiram como problema social produzindo uma *onda* de pânico social que levou setores da sociedade civil a se mobilizarem na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Neste período, produziu-se o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, Brasil, 1990).

A título de exemplo, o ECA, apresenta um caráter inovador no que diz respeito à concepção de criança e adolescente, pois adota uma concepção *integral*, baseando-se no conjunto das necessidades, dos direitos a eles serem assegurados, sobrepondo-se às divisões das diferentes áreas (saúde, educação, promoção social, etc) responsáveis pelas ações que devem assegurar o gozo desses direitos. Também, adota uma concepção *participativa*, ao conceber a criação de uma estrutura cogestionária, envolvendo representação paritária do governo e da sociedade civil como condição necessária para sua própria viabilização. De acordo com o documento (Brasil, 1990)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

O ECA (Brasil, 1990) é provavelmente o caso mais expressivo de um contrato social específico que introduz mecanismos de participação popular no funcionamento institucional do país. Entretanto, uma das questões bastante discutidas no Brasil é a própria efetividade do estatuto, para pôr em prática as suas diretrizes na execução das políticas públicas.

O Brasil dos últimos anos apresenta um aumento no número de iniciativas que são resultado de uma cooperação entre governo e sociedade. As melhores iniciativas, muitas vezes experiências bem-sucedidas de organizações não-governamentais (ONGs) são absorvidas como políticas públicas.

Cabe ressaltar, como pondera Abramo (2005), que o debate ficou restrito à criança e o adolescente e o jovem ficou de fora. A visibilidade da juventude que extrapola as classes

médias aconteceu há pouco mais de dez anos. Certos acontecimentos sociais atingiram os jovens, e eles começaram a ser noticiados (gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, jovens como atores da violência); também novos agentes juvenis ligados aos setores populares começaram a expressarem-se culturalmente. O movimento *hip hop* é um exemplo deles.

Nesse contexto, durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro de 2003), por ocasião da implementação dos centros de juventude, o Ministério de Assistência Social criou o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano para atender a jovens em condição de vulnerabilidade social.

2.3.1 O Programa Agente Jovem: concepção e bases de implementação

De acordo com o documento preliminar, a Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas; Brasil, 1999), órgão responsável pela gestão federal da assistência social, formulou uma proposta de intervenção desenhada de forma específica para jovens de 15 e 17 anos, que vivem em condições de extrema pobreza, pertencentes à família com renda *per capita* de até meio salário mínimo, em risco social.

Essa proposta, denominada Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, vem sendo trabalhada no território nacional, contemplando as capitais e vários municípios, em todas as regiões. O programa foi implementado a partir de 1999, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2003) e é mantido no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva Lula, atingindo cerca de 50 mil jovens no Brasil.

O financiamento do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é feito com a participação das três esferas de governo – federal, estadual e municipal – em regime de co-financiamento.

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi desenhado para gestão intergovernamental e de caráter intersetorial, tornando-se necessário, portanto, amplo movimento de mobilização nas três esferas de governo e, especialmente, do poder público local, buscando parcerias com organizações não-governamentais, setor empresarial e trabalho voluntário.

As responsabilidades dos principais envolvidos no projeto podem ser caracterizadas como se segue.

.Na esfera federal, o programa busca a convergência de ações vinculadas a várias áreas, articulando-se com os ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, da Justiça, procurando otimizar recursos e garantir uma eficácia e eficiência nos resultados. Esse modelo foi concebido para ser implementado nas demais esferas. Busca, também, estimular a parceria com a iniciativa privada, mediante o patrocínio de empresários. Nessa perspectiva é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas): concepção, financiamento e avaliação do projeto; coordenação da implantação e do acompanhamento do projeto; garantir os recursos para atender despesas próprias com pessoal, material e outros custos, inerentes ao desempenho da secretaria no convênio. avaliar a qualidade e o impacto do projeto; aprovar os projetos técnicos elaborados pelos municípios; promover a avaliação e monitoramento do projeto executado; assessoria a estados e municípios para implementação do projeto.

A esfera estadual é responsável pelo monitoramento e avaliação, assessoramento a municípios, definição conjunta com o governo federal dos municípios a serem contemplados.

Compete à esfera municipal fornecer pessoal especializado para execução e acompanhamento permanente do projeto, ou diretamente ou por meio de universidade ou de organização não-governamental de sua escolha, com comprovada especialização e competência na temática abordada; promover o processo local de seleção dos participantes do projeto; manter a Seas permanentemente informada sobre o andamento das atividades e resultados obtidos; aplicar os recursos da contrapartida em consonância com os previstos no Projeto; monitorar e avaliar o projeto ajustando os rumos, na perspectiva de resultado melhor; acompanhar a formação dos jovens; buscar a inserção do jovem no sistema educacional. (Brasil, Seas, 2001).

A proposta do programa sustenta-se, segundo o documento analisado, na crença de que o jovem é peça-chave de uma ação capaz de contribuir para o fortalecimento de uma política de assistência social para os jovens.

A concepção do programa considera o estabelecido na Emenda Constitucional nº 20 (Brasil, 1998), ao definir uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos que não configure trabalho, mas que possibilite de fato, sua permanência no sistema educacional e proporcione experiências práticas que preparem o jovem para inserção futura no mercado de trabalho.

Nesta pesquisa, considera-se o Programa Agente Jovem como instância educativa, de caráter formal não-convencional, que tem como proposta, de acordo com o documento do Seas (Brasil, 1999) preparar o jovem para atuar intergeracionalmente e evoluir para o desenvolvimento pessoal e comunitário, com base em dois eixos.

O primeiro eixo trabalha com a perspectiva de que o jovem possa ser reintegrado à sociedade, resgatando vínculos familiares e adquira *ferramentas* que lhe possibilitem a definição de um novo projeto de vida, reinserindo-o no sistema educacional e propiciando atividades que facilitem a sua inserção no mercado de trabalho.

O segundo eixo, de acordo com o documento, trabalha com o conceito voltado para o protagonismo juvenil. Os jovens receberão, para isso, preparação adequada para atuarem em suas comunidades no apoio às áreas de saúde, meio ambiente e cidadania.

Com base na concepção de protagonismo juvenil que alimenta o programa, o jovem é situado como ator principal em ações relativas ao bem-estar comum na comunidade ou na sociedade em que vive. Trata-se portanto, de acordo com o documento (Seas, 2001) de oportunizar ao adolescente vivências concretas, como etapa imprescindível para o seu desenvolvimento pessoal e social plenos.

Nessa perspectiva, a concepção de ação educativa que sustenta a dinâmica do programa é de uma educação formal não-convencional e institucionalizada. Libâneo (1998) define essa modalidade de educação da seguinte forma:

educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal. Mas isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chamá-las de não-convencionais). Entende-se, assim que onde haja ensino (escolar ou não) há educação não-formal. (p. 81)

A gestão do programa é de responsabilidade dos municípios, por meio de sua área de desenvolvimento social, que pode, a seu critério, estabelecer parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) ou universidades, para viabilizar meio técnicos comprovadamente adequados, para o desenvolvimento adequado do programa.

Nesse sentido, o Programa Agente Jovem baseia-se nos seguintes pressupostos: todos os jovens participantes devem ter garantia de acesso à escola e de permanência no sistema

educacional brasileiro; todos os jovens participantes devem ser capacitados para exercer a efetiva ação social em sua comunidade; todos os jovens participantes devem ter permanente e sistemático acompanhamento de orientadores selecionados para essa função.

O programa, tendo como base uma proposta de ação educativa de caráter educacional formal não-convencional e institucionalizado, visa a preparação do jovem para atuar como sujeito que busque a modificação de comportamento de seu grupo de ação, desencadeando, assim, um desenvolvimento comunitário integrado no espaço social, desenvolvendo, de maneira integrada, temas relacionados à saúde, à cidadania e ao meio ambiente.

Além disso o programa tem como objetivo apoiar o jovem adolescente na compreensão e na constatação de que é possível planejar e construir seu próprio futuro; promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais, pela centralidade das ações na família; estimular o jovem para o desempenho do seu papel de protagonismo na sociedade; oferecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem se superar, preparar-se para atuar de modo cooperativo e contribuir para a transformação da própria comunidade na qual está inserido; contribuir para a melhoria dos indicadores sociais, como decorrência da ação do agente jovem na comunidade; preparar o jovem para o mundo do trabalho.

O documento preliminar, da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas; Brasil, 1999), oferece aos gestores e responsáveis pelo programa no município orientações e subsídios para o desenvolvimento da proposta, organizados em quatro partes. A primeira enfoca as diretrizes para a montagem do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; a segunda, o processo de capacitação desse agente; a terceira, a atuação do jovem na comunidade, e a última parte trata do processo de monitoramento e de avaliação do projeto.

Para participar do projeto, o jovem passa por um processo seletivo, convocado por meio de edital amplamente divulgado no município, de modo a possibilitar o acesso de todos. Os critérios de seleção são: ter idade entre 15 e 17 anos, ser alfabetizado, carente, ou seja, pertencer a famílias cuja renda *per capita* não ultrapasse meio salário mínimo; prioriza-se quem está fora da escola e egressos de programas como renda mínima, erradicação do trabalho infantil (Peti), Brasil Criança Cidadã (BCC), bolsa escola e liberdade assistida.

Uma vez selecionados, os jovens participam de um processo de formação. Antes de iniciar a capacitação, os jovens selecionados devem ser orientados para a obtenção da documentação exigida na realização de exames médicos e para o processo de reinserção

escolar. Cada jovem custa ao projeto cerca de mil reais por ano. Os recursos são utilizados para o pagamento de: bolsa mensal para os agentes jovens, no valor de sessenta e cinco reais/mês; bolsa mensal para os orientadores sociais, no valor de duzentos reais/mês; hora/aula no valor de doze reais para os instrutores que trabalham com diversas disciplinas de capacitação do agente jovem, estando previsto um total de no mínimo trezentas horas/aula.

A preparação dos agentes é realizada por intermédio de exercícios de redação, aulas expositivas, palestras e debates, com o objetivo de aprimorar a formação do jovem para que ele possa interferir criticamente na sua realidade.

O conteúdo deve ser apresentado de forma dinâmica, para que haja envolvimento e a participação do jovem, que deve ter a oportunidade de expressar-se em todos os momentos do processo de formação.

O jovem em questão é compreendido como “sujeito fundamental da ação pedagógica”. A metodologia do programa busca, de acordo com o documento do Seas (Brasil, 1999), aproximar a teoria da prática, mediante a participação do orientador, dos instrutores e dos jovens em ações dinâmicas fundamentadas na própria construção do processo de ensinar e aprender, de forma crítica e criativa, considerando a realidade de vida do jovem, resgatando conhecimentos e vivências do grupo.

O orientador social é a figura de referência para os jovens, sendo responsável pelo dia-a-dia dos jovens. Ele acompanha o agente jovem em suas atividades práticas, fazendo a ligação entre o teórico e o vivencial. Acompanha, também, a trajetória do agente avaliando sua capacidade e possibilidades em uma perspectiva construtiva de melhor direcionar o seu envolvimento no programa e seu crescimento pessoal.

O orientador avalia o projeto com o coordenador, observando igualmente a participação dos jovens; buscando, com o coordenador, a inserção e manutenção do jovem no sistema educacional.

A atuação do jovem deve ser resultado de uma ação planejada após seis meses de formação, e deve fazer parte do processo de aprendizagem do jovem, assim deve ser acompanhada pelo orientador social.

O programa apresenta-se como uma proposta inovadora ao ser flexível e permitir às equipes municipais adaptá-la à realidade local, sem perder de vista as diretrizes orientadoras. A flexibilidade aplica-se até aos espaços físicos e à participação de profissionais conhecedores das peculiaridades temáticas, a fim de poder explorá-las ao máximo. Pretende-

se, dessa forma, que a ação do agente jovem seja orientada por experiências e realidades mais próximas possível da sua vivência.

Ao pretender uma metodologia que trabalha com base nas experiências e vivências dos jovens, o programa não abre mão de aporte teórico da capacitação. O agente jovem precisa agregar conhecimentos novos, informações de caráter científico.

A capacitação é distribuída em dois núcleos: um básico e um específico.

O núcleo básico, com duração de dois meses, é composto de temas que despertam a auto-estima do jovem, permitindo conscientizá-lo de seu poder de transformação. Pretende, que o jovem conheça o programa e que os seus executores conheçam o jovem.

Na primeira fase, procura-se estimular a capacidade do jovem em interpretar sua realidade com base em temas, como a globalização, a realidade brasileira, contextos específicos, direitos e responsabilidades, marcos normativos e legais que regem a vida social.

O núcleo específico, com duração de quatro meses, tem como propósito a especialização do agente jovem, garantindo-se a centralidade no estímulo ao protagonismo juvenil. A especialidade pode ser escolhida entre as áreas de saúde, de cidadania, de meio ambiente, de acordo com decisão conjunta dos envolvidos.

As equipes locais dispõem de guias específicos de treinamento, e o conteúdo programático é definido pelos respectivos setores (saúde, justiça e meio ambiente).

O agente jovem, semanalmente, tem no mínimo: três dias de formação teórico-prática; um dia de esporte, cultura e lazer; um dia de avaliação e planejamento do projeto.

Na previsão do documento da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas, Brasil, 1999), após o período de capacitação, são várias ações que os jovens podem desenvolver em suas comunidades: mapeamento dos instrumentos sociais locais; apoio aos trabalhos sociais desenvolvidos pelas creches comunitárias; interlocução com a associação de moradores; apoio aos postos de saúde (por exemplo, verificar se as carteiras de vacinação estão em dia); apoio aos projetos sociais em desenvolvimento; captação de entidades parceiras para o desenvolvimento de projetos; estímulo ao voluntariado, etc.

Os agentes jovens podem funcionar como multiplicadores do voluntariado, realizando visitas a asilos para leitura, conversa com os idosos e realização de campanhas com a comunidade; trabalho de orientação e informação; informação sobre locais para emissão de documentos civis; informação sobre o uso do preservativo; sobre gravidez na adolescência,

DST/Aids; campanha de limpeza, acomodação correta do lixo; diagnóstico social; participação em campanhas educativas: divulgando ou participando de peças teatrais com temas importantes; divulgação de projetos já existentes na área da juventude para outros jovens; preservação de patrimônio e acompanhamento de turista; informação sobre exploração sexual; integração com as agências de desenvolvimento social; parceria com agentes comunitários de saúde; integração com os centros da juventude; ajuda na elaboração de projetos para seu município/comunidade, referentes à juventude.

2.3.2 O município de Goiânia e o Programa Agente Jovem

A contextualização da condição juvenil do jovem inserido no programa Agente Jovem em Goiânia leva-nos a abordagem de algumas características atuais do município, tendo em vista o desenvolvimento e expansão da cidade.

A cidade de Goiânia foi criada na década de 1930, projetada para abrigar uma população de cinquenta mil habitantes. Entretanto, cresceu de forma surpreendente, em especial na década de 1960, com os estímulos da transferência da capital federal para o Planalto Central. “Esse grande crescimento levou a descaracterização do projeto urbano pretendido, cuja expansão ganhou uma forma aleatória graças à implantação de loteamentos populares clandestinos, informa Moraes (2003, p. 222).

Cabe ressaltar que, embora Goiânia seja uma cidade concebida de forma planejada, o seu desenho urbano não contou com políticas direcionadas para a população de baixa renda.

Nas décadas de 1950 a 1970 do século passado, a Região Centro-Oeste passou a ser uma grande fronteira brasileira em expansão, o que modificou a configuração do espaço urbano e aumentou o crescimento populacional. Canesin *et al.* (2005) salientam que

a construção de Brasília e os investimentos estatais em infraestrutura, como estradas e energia elétrica, foram substanciais para concretizar o processo de ocupação, em especial, a construção de duas rodovias: a BR-153, ligando Goiânia ao oeste do estado de São Paulo e a BR-060, ligando Brasília e Anápolis à Região Sudoeste do estado de Goiás. A BR-060 posicionou Goiânia de forma a deslocar a influência do entreposto comercial do Triângulo Mineiro na Região Sudoeste do estado, principal produtor agrícola da região. Nesse cenário, Goiânia e Brasília constituíram-se em centros concentradores de população no estado. (p. 04)

Nas décadas seguintes, com o desenvolvimento das agroindústrias e da agropecuária como principal sustentáculo econômico do estado de Goiás, ampliaram-se os estímulos para o crescimento das cidades em atividades vinculadas ao cenário varejista, à construção civil e aos serviços.

Essas mudanças alteraram a configuração demográfica do estado. Em 1996, Goiás tinha 4,5 milhões de habitantes; o censo de 2000 (IBGE, 2000) indica o incremento de mais de 300 mil habitantes. Ainda, segundo o IBGE, a taxa de urbanização do país é de 78,4%, e Goiás apresenta um índice significativamente superior, pois 85,8% dos seus habitantes residem no espaço urbano e, ainda, 31,4% dos habitantes têm menos de 14 anos de idade e 30%, de 15 a 29 anos. A maioria quase absoluta da população do estado de Goiás concentra-se no Entorno de Brasília e na Região Metropolitana de Goiânia, a grande maioria dos municípios tem uma população de até 20 mil habitantes que subsistem de atividades agropecuárias (Canesin *et al.*, 2005)

A região metropolitana é polarizada pela cidade de Goiânia. Vários fatores contribuem para essa situação: ser a capital do estado, localizar-se no centro do país e constituir-se como cidade-entreposto das várias regiões do estado. A cidade expandiu-se em seus setenta anos de existência, alterando substancialmente o projeto urbanístico inicialmente proposto. Atualmente, a cidade abriga 1.093.007 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2000. Desse total, 21,98% encontram-se na faixa etária de 15 a 24 anos, totalizando 240.265 jovens.

Com essas transformações, nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu um aumento das áreas de posse de loteamentos clandestinos e condomínios fechados. O crescimento desordenado de Goiânia fez que a população de baixa renda, sem acesso aos lotes, se deslocasse para os municípios próximos, os quais, sem planejamento e infra-estrutura, transformaram-se em cidades dormitórios

Canesin *et al.* (2005) ressaltam que esse processo delineou as características da expansão dos municípios que compõem a região metropolitana e que fazem limite com a cidade de Goiânia nos lados sul, leste e oeste, respectivamente.

Em sua trajetória, Goiânia afirmou-se economicamente pela dinâmica do setor de serviços e como distribuidora e consumidora de produtos industriais.

No panorama econômico do município, é possível visualizar potencialidades econômicas, como a indústria de confecções, o setor de serviços (educação, saúde, turismo, informática), o comércio varejista e atacadista, e o setor de agronegócios.

O setor que mais emprega é o de serviços, seguido pelo comércio; juntos, ocupam aproximadamente 68% da força de trabalho, com destaque para a educação e a saúde. A indústria de transformação e construção civil absorvem quase a quarta parte da mão-de-obra goianiense.

Goiânia implantou o Programa Agente Jovem há oito anos, com a finalidade de atender a jovens em situação de vulnerabilidade e risco. O programa iniciou-se no governo Nion Albernaz (gestão 1996-2000)⁷ e teve continuidade no governo Pedro Wilson Guimarães (gestão 2001-2004).⁸

O documento (Goiânia; 2001) formulado pelos gestores do programa em Goiânia-GO, contém algumas informações que o identificam com as diretrizes nacionais. De acordo com o documento, o Programa Agente Jovem propõe um modelo teórico metodológico, cujo foco central é o desenvolvimento do jovem apoiado no profundo conhecimento de si mesmo, na auto-estima positiva e na utilização do potencial criativo. O jovem deve adotar um comportamento mais flexível e ter uma melhor e mais diversificada percepção de si mesmo, do outro e de sua realidade sócio-cultural. Com essa perspectiva, o documento entende que, cada vez mais, os jovens do município de Goiânia, por meio do Programa Agente Jovem, podem ser preparados para serem cidadãos responsáveis, saudáveis críticos e atuantes em sua comunidade.

De acordo com o relatório do Departamento de Emprego e Renda da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec), órgão responsável pela política de assistência social no município de Goiânia, o Programa Agente Jovem cresceu de 2000 a 2004 cerca de 1000%. Na gestão 2001-2004, segundo as gestoras, o aumento do atendimento de jovens pelo programa ocorreu em resposta à expansão de metas do governo federal, ao aumento da procura e ao baixo custo de gastos em relação à contrapartida do município, (tabela 1).

⁷ Coligação Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Liberal (PL).

⁸ Coligação Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Mobilização Nacional.

Tabela 1 – Número de jovens atendidos por ano

Ano	Meta	Executado
2000	100	100
2001	200	200
2002	500	500
2003	1.200	1.200
2004	1.200	1.200

Fonte: Goiânia Relatório do Departamento de Emprego e Renda da Fumdec, 2001

O relatório especifica também a quantidade de homens e mulheres atendidos no programa, (tabela 2).

Tabela 2– Jovens atendidos por sexo no ano de 2004.

Faixa etária	Jovens do sexo masculino	Jovens do sexo feminino
15 anos	189	207
16 anos	269	229
17 anos	148	158

Fonte: Goiânia, Relatório do Departamento de Emprego e Renda da Fumdec,2001

Os dados da tabela acima informam que no município de Goiânia o número de jovens mulheres atendidas em 2004, é significativo.

Conforme dados obtidos pelo formulário da pesquisa Juventude, escolarização e poder local (Sposito *et al.* 2005b) e entrevistas realizadas com gestoras, é possível descrever alguns aspectos do Agente Jovem em Goiânia .

O programa está sendo implementado pela Fumdec, tendo, como parceiros, associações de moradores, organizações não-governamentais e instituições religiosas espíritas, católicas e evangélicas. Os parceiros cedem predominantemente o espaço físico. Segundo a coordenadora do programa em Goiânia-Go, dos 1200 jovens atendidos cerca de 500 estão alocados em espaços de uma instituição espírita (Centro Espírita Irmão Áureo)⁹,

⁹ Essa instituição de caráter não governamental filantrópico (espírita) atende jovens pelo Programa Agente jovem desde a implementação do programa em Goiânia em 1999. A referida instituição trabalha a muito tempo junto aos jovens, crianças e famílias localizados na região noroeste de Goiânia, inclusive lá funciona o projeto adolescente aprendiz, um projeto da própria instituição em parceria com o Banco do Brasil e demais empresas. Esse Projeto acolhe também os jovens do Programa Agente Jovem.

que também indica os orientadores e monitores que são remunerados pelo governo federal e fornece o lanche diário. Outra instituição espírita (Centro Espírita Consolador) atende a 200 jovens e os outros 500 jovens estão distribuídos pelos demais pólos. A gestora coordenadora justifica a parceria expressiva com as instituições espíritas por elas já desenvolverem anteriormente, em parceria com o poder público municipal, um trabalho específico com jovens. Ele deu continuidade aquilo que estava proposto.

A equipe técnica responsável pelo programa em Goiânia é formada por uma coordenadora (gestora), pedagoga e musicista, coordenadora do Departamento de Assistência Social da Fumdec; o quadro das orientadoras é composto por uma assistente social, uma pedagoga, sete psicólogas e oito graduandas em psicologia. Os monitores, segundo dados do formulário, são em número de 32. Os orientadores recebem uma bolsa/auxílio de duzentos reais, e os monitores recebem dez reais e trinta e três centavos por hora/aula.

As áreas de atividade compreendidas pelo programa são: saúde, assistência social, acompanhamento terapêutico individual ou em grupo, teatro, esportes, música, dança, artes plásticas, gráficas, visuais e lazer.

Há várias atividades desenvolvidas pelo programa: oficinas, atividades psicoterapêuticas, palestras, cursos, exposições, viagens excursões, *shows*, campeonatos e concursos.

Os recursos didáticos que estão disponíveis no programa são: livros, textos avulsos/apostilas, artigos de jornais e revistas, fitas de vídeo/filmes, e encontram-se disponíveis os equipamentos de TV, vídeo-cassete, aparelho de som.

Ainda, segundo os dados do formulário da pesquisa (Sposito *et al.* 2005b), são apontados pelos gestores os principais resultados alcançados no programa: a mudança de comportamento dos jovens, a melhoria da qualidade de vida, a elevação da escolaridade e a reintegração ou integração ao grupo familiar. O processo avaliativo expressa-se em um relatório trimestral e acompanhamento físico-financeiro da seguinte forma: reuniões com equipe técnica e coordenadora, durante a execução; reuniões dos orientadores com usuários do programa e com familiares, no processo de execução. Os orientadores também aplicam um questionário aos usuários do programa, e o governo federal faz a avaliação institucional de programas de governo.

Segundo as informações obtidas mediante entrevistas com as gestoras, uma das deficiências centrais do programa relaciona-se à sua incapacidade de promover a qualificação profissional dos jovens.

As gestoras destacam a provisoriedade do tempo de permanência no programa e o valor da bolsa. Para as gestoras como os jovens permanecem no programa apenas por um ano, trata-se de um período extremamente curto para que sejam realizadas ações efetivas de formação. Apontam, também, a evasão, pois, muitos ingressam no programa e logo o abandonam, em virtude da demora do recebimento das bolsas, ou então conseguem outro trabalho.

2.3.2.1 Residencial Goiânia Viva e o Programa Agente Jovem

Desde a sua criação o estado, por intermédio dos governos estaduais e municipais, criou vários loteamentos no município e na Região Metropolitana de Goiânia. Os mecanismos de intervenção foram diversos. De acordo com Moraes (2003), os loteamentos que tiveram maior repercussão na cidade foram

Jardim Finsocial (1982), implantado na região Noroeste para abrigar posseiros da fazenda Caveirinha; o Santo Hilário (1983), o Jardim Lageado (1984) e o Jardim das Aroeiras (1986), situados na região Sudeste para assentar os sem-teto cadastrados na Fegip; o Jardim Curitiba (1986), parcelamento popular situado nas proximidades da Vila Multirão, empreendimento realizado pelo estado para se contrapor à organização do movimento de moradia, que se encontrava em ascensão; a fazenda São Domingo (1994), que surgiu em resposta ao plano de governo da campanha política do governo em exercício (durante a campanha de 1991, o candidato do PMDB, prometera entregar cem mil lotes populares aos sem-tetos do estado) - a ocupação do loteamento aconteceu mediante uma estratégia política do governo com o MLCP; e o residencial Goiânia Viva e Jardim Conquista (1994), exemplos de loteamentos efetivados pela prefeitura de Goiânia a partir da idéia de que é possível realizar empreendimentos populares em vazios urbanos dentro da mancha urbana ocupada . (p. 239)

O Residencial Goiânia Viva, criado em 1994, durante o governo Darci Acorsi (gestão 1992-1996)¹⁰ abriga um dos pólos do Programa Agente Jovem. Para apreender o espaço urbano em que os jovens participantes do programa se localizam territorialmente, faz-se uma breve descrição do bairro¹¹.

O processo de implantação do bairro iniciou-se em 1994. O loteamento foi projetado para atender a um programa habitacional da prefeitura e, dessa forma, tentou-se fazer um trabalho diferenciado. A área, à época uma fazenda de propriedade privada, foi adquirida pelo poder público municipal, por meio de uma permuta para sanar dívidas de impostos do proprietário com o tesouro municipal.

O objetivo do empreendimento público era agregar várias famílias com renda familiar até cinco salários mínimos, moradoras de áreas de posse irregulares, em condições de risco (*invasões*) espalhadas pela cidade, e também famílias sem-teto cadastradas nos movimentos de luta pela moradia.

Inicialmente, o Goiânia Viva compôs-se de: a) quinhentas famílias que vieram transferidas do Morro do Aranha (área de posse localizada no Setor Aeroporto); b) cem famílias que vieram do cadastramento da Federação dos Inquilinos e Posseiros (Fegip) por intermédio do Projeto Renascer; c) duzentas famílias da Cooperativa Habitacional de Goiânia (COOPHG); d) duzentas famílias de movimentos por meio do Programa do Habitat; e) cem famílias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), por meio do Programa do Ceará Periferia; f) duzentas famílias transferidas da ocupação do Jardim Conquista, dentre outros. A dinâmica de construção do bairro deu-se por meio do sistema de mutirão.

Atualmente o bairro encontra-se consolidado urbanístico e socialmente. É um bairro que se caracteriza pela baixa renda de sua população que tem um rendimento mensal abaixo de cinco salários mínimos (dados fornecidos pelo censo de 2002, IBGE, 2002). O setor abriga um total de 8.006 pessoas, dos quais 3.889 homens e 4.117 mulheres. Dos 2.130 chefes de famílias (homens ou mulheres), 1.725 ganham até cinco salários mínimos e 405, mais do que esse valor.

¹⁰ Coligação Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), Partido Comunista do Brasil (PC do B).

¹¹ Dados obtidos por meio de entrevista e de informações colhidas na Secretaria de Planejamento Municipal.

Os jovens inseridos no Programa Agente Jovem do Pólo Goiânia Viva são dessa localidade. A maioria está matriculada na escola. Alguns abandonaram os estudos, porém, continuam no programa.

Trata-se de um pólo constituído mediante parcerias entre o gestor público do programa, Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec) e a associação do bairro, que fornece o local para o funcionamento do programa.. O local de execução do programa é o salão da associação do bairro, cuja estrutura oferece condições precárias para a efetivação da proposta do programa, por ser um espaço extremamente pequeno, sem divisões, muito quente e com recursos inadequados para a sua dinâmica.

O objetivo central do programa, de acordo com as orientações do Seas (Brasil, 1999) é oferecer ao jovem um curso de capacitação dividido em dois momentos, no entanto o resultado está aquém do almejado. O primeiro momento do curso trabalha o núcleo comum composto de temas que despertam a auto-estima do jovem, permitindo, ao mesmo tempo, conscientizá-lo do seu poder de transformação. De acordo com o documento, é o momento em que o jovem conhece o projeto e o projeto conhece o jovem. Nesse núcleo, devem ser trabalhados temas, como a globalização, a realidade brasileira, contextos específicos, direitos e responsabilidades, marcos normativos e legais, os quais estimulam os jovens a interpretar sua realidade. O outro núcleo, o específico que tem uma duração de quatro meses, com o propósito de centrar-se no protagonismo juvenil.

O documento prevê também que o programa deve, semanalmente, ter no mínimo: três dias de formação teórico-prática, um dia de esporte, cultura e lazer E um dia de avaliação e planejamento do projeto. Após esse período de capacitação, espera-se que o jovem esteja apto a desenvolver ações em suas comunidades, como: mapeamento dos instrumentos sociais locais; apoio em trabalhos sociais realizados pelas creches comunitárias; interlocução com a associação de moradores; apoio aos postos de saúde, para verificar se as carteiras de vacinação das crianças estão em dia; apoio aos projetos sociais em desenvolvimento; captação de entidades parceiras para o desenvolvimento de projetos; estímulo ao voluntariado.

A entrevista feita com a gestora de ponta possibilita algumas constatações sobre a dinâmica do programa:

- a) a falta de integração de alguns jovens que não conseguem se integrar no grupo e preferem sair do programa;

- b) as condições familiares dos jovens são precárias no tocante à falta de emprego e às relações afetivas o que tem dificultado as reuniões com os pais;
- c) a baixa remuneração dos orientadores que ganham apenas duzentos reais;
- d) A maioria dos jovens que freqüentam o programa está em defasagem escolar. Não há jovem cursando o segundo e o terceiro ano do ensino médio; há casos em que o jovem abandona a escola mas continua no programa;
- e) em relação às freqüências, muitos jovens que permanecem na escola se ausentam do programa durante uma semana, em virtude do período de provas, alegando que precisam estudar; no entanto, de acordo com os documentos norteadores do programa, só é permitido ao jovem faltar três vezes durante sua vinculação ao programa. De acordo com a gestora esse fato interfere consideravelmente no andamento do programa. Ela freqüentemente omite as faltas, ate mesmo de situações de abandono da escola visando garantir a permanência do jovem argumentando que as famílias necessitam da bolsa recebida para a sua sobrevivência.
- f) o cotidiano dos jovens é permeado de inúmeros problemas que a programação concebida, ou preestabelecida pelos gestores da Fumdec não consegue contemplar; há semanas em que os jovens relatam situações como, por exemplo, violência nas ruas, drogas, brigas familiares, que necessitam serem discutidas e se tornam o conteúdo do dia.

2.3.2.2 As gestoras públicas e suas diferentes concepções acerca do Programa Agente Jovem

Este tópico busca apreender como as gestoras públicas concebem o programa. Variados projetos e ações foram criados no Brasil, a partir da década de 1990, impulsionados pela concepção de juventude aliada a problemas sociais. Freitas e Papa (2003) assinalam que tais projetos e ações foram em sua maioria, direcionados a adolescentes e tinham como objetivo focar questões relativas ao desemprego, a marginalidade e a doenças sexualmente transmissíveis.

Na concepção da gestora 1, o Programa Agente Jovem pretende “trabalhar” o jovem para que ele possa ser uma referência em sua comunidade. Ela diz: “trabalhando o jovem no seu autoconhecimento, a sua ação irá refletir na sua comunidade e na sociedade”. A idéia de

protagonismo juvenil é bem internalizada pela gestora 1. De acordo com ela, o Programa Agente Jovem tem como perspectiva abrigar o jovem em condição de risco social para que, envolvendo-se com a proposta do programa, que consiste em capacitar o jovem para que atue como sujeito que busca a modificação de comportamento de seu grupo de ação, torne-se

uma pessoa melhor, participativa, atuante que consiga contribuir com o desenvolvimento do seu bairro. As chances dos jovens em condição de risco social são poucas e geralmente eles se envolvem com violência e drogadição e o programa abre portas para outras oportunidades para eles. (Gestora 1)

Para a gestora 1, o programa tem uma avaliação positiva, pois contribui para a construção da auto-estima dos jovens. Ao participarem do programa de segunda a sexta-feira, nos turnos ou vespertino ou matutino, os jovens, pelas atividades ali desenvolvidas ,conseguem perceber o potencial que possuem. Essa gestora afirma:

eu percebo isso, que quando eles vão para uma escola, que vão dar uma palestra sobre saúde, ou quando eles vão para um posto de saúde falar alguma coisa, o próprio trabalho da dengue, a gente vê que eles se sentem valorizados. Eles não percebiam o potencial que eles tinham de liderança muitas vezes, ou ate de repassar as informações de conhecimento por eles adquiridos. Então é justamente nisso que eu falo quando acho que é um programa que tenho um baixo custo e que tem uma assistência satisfatória. (Gestora 1)

A gestora defende o programa e o avalia como *mais do que satisfatório*, em relação à quantidade de recursos gastos. Ela considera que os resultados do programa são positivos na vida do jovem, e esclarece:

quando a minha equipe faz as inscrições e entrevistas com os adolescentes nos bairros, é levantado os que apresentam maior problema social nos bairros, aqueles que já tiveram qualquer envolvimento com algum tipo de drogadição. Então são realmente aqueles adolescentes que tem algum tipo de dificuldade social, de convivência com a família e puxa esse adolescente pro programa. (Gestora 1).

Na visão dessa gestora, o programa foi feito para acolher o *jovem problema*, que oferece risco social, que esteja ligado à violência e à drogadição. O espaço do programa não é para ser transitado por jovens integrados. Ela utiliza o termo *bonzinhos*, ao referir-se aos outros jovens: “quando as orientadoras reclamam dos jovens falando ‘esses jovens estão

muito custosos eu falo pra elas: – “mas os ‘bonzinhos’ não precisam do programa, quem precisa são os custosos”.

De acordo com a gestora 1, a juventude é uma condição transitória. Ela caracteriza a juventude com base em traços, como transitoriedade, ambigüidade, momento de suspensão da vida social, individuação, vivência de uma crise potencial e, por fim, um intrínseco estado de revolta ou *mal-estar juvenil*.

A concepção da gestora 2 é sustentada pela percepção de que a juventude é um período de vida que começa com revolução de hormônios, conflitos, inseguranças, revoltas. As complicações agravam-se com o nível social do tipo de jovem que o programa acolhe. Por isso, esse período de vida tem que ser muito bem orientado, sendo necessário um maior número possível de informações para que os jovens consigam romper com as experiências, como droga, gravidez precoce, marginalidade, violência, dentre outros.

Percebe-se a característica do tratamento generalista dado aos jovens, pela gestora, sem a distinção nítida entre idade biológica e social. A tendência é de projetá-la, de forma idealista, como um ser que à medida que vai crescendo vai adquirindo maior discernimento, desvinculando essa condição de sua situação social e do papel do Estado para garantir ou influenciar nessa situação.

A gestora percebe que a responsabilidade do programa é transformar o comportamento dos jovens, porque, segundo ela,

muitos já chegaram nos grupos, como na condição de cidadãos de risco pessoal mesmo, social e pessoal. Então eu acho assim, ser jovem não é fácil. Então, se ele tem muitos anseios e se ele não for bem orientado, se a gente não canalizar bem essas energias, então isso aí às vezes acaba indo para o lado errado. (Gestora 2)

Ser jovem para ela constitui um perigo “para ele mesmo e para os outros”, por isso, precisa ser sujeito de tutela. A percepção de que não se pode deixar o jovem “solto”, pois “isso é muito perigoso”, aparece com frequência em sua fala.

A gestora 3 apresenta uma concepção que se baseia na incompletude. Ela acredita que juventude é uma fase de conflitos, de mudanças físicas, psicológicas, e afirma: “os jovens não têm maturidade para enfrentar as mudanças, nem a família está preparada para ver a mudança”.

A percepção da juventude como uma fase da vida relacionada a uma determinada faixa etária está presente em todas as falas das gestoras.

Para Abramo (1994), a noção mais geral e usual do termo juventude refere-se a uma faixa de idade, um período da vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo, e uma série de mudanças psicológicas e sociais ocorre, quando se abandona a infância para processar a sua entrada no mundo adulto. De acordo com a autora, esse período é associado a uma etapa difícil e conturbada pelas profundas transformações envolvidas no processo de transição, que muitas vezes dizem respeito a rupturas profundas e abruptas e que produzem uma relação conflituosa do jovem com seu ambiente.

Para a gestora 3 o programa constitui um trabalho preventivo, e deve “prevenir para que o jovem não caia na marginalidade”, o que se relaciona com certas atividades que se desenvolvem no interior da família:

participo com as famílias nos bairros, juntamente com as orientadoras pelo menos uma vez ao mês, pra ver como estão as famílias, o adolescente, pra ver se houve mudanças na família dos adolescentes, pois a família também tem que mudar, não é só o jovem não. (Gestora 3)

De acordo com a gestora 3, até aos 15 anos é muito difícil, mas após essa idade, o jovem começa a entrar em sintonia, a mudar, a equilibrar-se. No fim da adolescência, sinalizam-se os problemas relativos à saída da adolescência para a maturidade, outra fase de transição.

Percebe-se que a gestora 3 cultiva uma concepção de juventude aliada a uma espécie de moratória entre a infância e a vida adulta, um espaço para o aperfeiçoamento individual e para o desfrute do prazer e do lazer antes das responsabilidades da vida adulta. Segundo ela,

na adolescência, o compromisso é com os estudos, depois não, já vem a maioridade, e o emprego, já é responsável, uma imposição feita por ele mesmo, onde há uma decepção quando não dá certo. Precisamos acompanhá-los até estarem trabalhando. (Gestora 3)

Para a gestora 3, o jovem tem que ter a auto-estima elevada, pois trata-se de uma condição humana, e continua:

todos nós temos capacidade e competência, a não ser alguma lesão física ou fisiológica, que afeta o cognitivo tornando uma inteligência

treinada, procuramos despertar nos jovens o desejo de querer fazer, o querer ir além. (Gestora 3)

Para a referida gestora, o programa ajuda o jovem a passar por esse período, porque estimula o viver participativo em uma comunidade, necessário para o jovem que participa, uma vez que ele está na faixa de vivenciar a violência e a droga. A vida participativa, de acordo com a gestora 3, retira o jovem do comodismo e o impulsiona a realizar mudanças de vida.

A gestora 4, diretamente envolvida no projeto, portanto, qualificada como de *ponta*, salienta que a bolsa, embora tenha valor irrisório, determina o andamento do programa. Quando o pagamento da bolsa atrasa, ou não há lanche, os jovens ficam desmotivados e agressivos. Ela assinala:

sem dinheiro é impossível trabalhar nesse programa. Os jovens precisam desse dinheiro e eles não querem saber de nada, só da bolsa. Eu entendo eles. Eles já vêm pra cá por causa da bolsa e se não têm, para que vir? A gente é obrigada a manter esse jovem. Coitado. Aí eu fico aqui, fazendo de tudo até chagar a hora da saída. Quando não tem lanche, o jeito é sair mais cedo. Eles até gostam. (Gestora 4)

Outro aspecto apontado pela mesma gestora diz respeito à metodologia utilizada pelo programa. De acordo com ela, há necessidade de romper com a concepção tradicional e propor uma educação sócio-interacionista. Perguntada sobre o que significa para ela uma educação sócio-interacionista, diz:

seria uma educação voltada mais para vivência, brincadeiras, teatros, danças, músicas. Manter o jovem aqui falando, falando, falando, não dá. Geralmente eles não gostam de estudar, de ler um livro, de fazer um exercício. O que eles gostam é de teatro, capoeira. Olha lá, ali, é onde se faz aula de capoeira. Eles adoram. Agora, manda eles fazerem um texto. Ou manda eles lerem alguma coisa. Não querem nem saber. (Gestora 4)

Para a gestora 4, encontra-se no programa todo tipo de jovens “carentes”, aqueles que “estão próximos da marginalidade”. Ela informa :

o programa foca aqueles jovens que estão beirando a marginalidade. Jovens que estão nas ruas, na perspectiva da droga e da violência. As mães sempre relatam sobre suas angústias e medos em relação aos filhos na rua, sem nada para fazer. É preciso arrumar um local para que esses jovens possam ocupar o seu tempo livre. O Agente Jovem trabalha com este público. (Gestora 4)

De acordo com essa gestora, os jovens atendidos, geralmente, encontram-se ociosos e necessitam ocupar o tempo livre. São muitos os casos atendidos. Há aqueles que têm dificuldades escolares, quase não lêem, e por isso, esses jovens apresentam um alto índice de reprovação. Há também, de acordo com a gestora, aqueles que às vezes não têm o que comer em casa, e ainda são delinquentes, drogaditas. Há “famílias estruturadas”¹² que dão um suporte maior aos filhos, já outras não acompanham os jovens. A gestora acrescenta:

Eu ligo, peço para a mãe ou para o pai ou responsável aparecer, e um deles aparecem. É uma família pobre, mas tentam viver uma vida ajustada, sem maiores problemas, passam noção de moral, de costumes para seus filhos. Geralmente, os adolescentes que são desse tipo de família assimilam melhor a proposta do programa. (Gestora 4)

Há jovens que gostam de uma determinada atividade, já outros, não. O trabalho é bem complexo, em relação às situações diferenciadas. Entretanto, a gestora 4 valoriza o trabalho que realiza, e relata sobre os seus procedimentos no programa com base em uma linguagem própria de quem faz a tutela.

Não digo para você que é um trabalho fácil não. É um trabalho necessário que requer de nós muito amor e carinho. É só assim que conseguimos trabalhar lá, pois se fosse por dinheiro, ninguém estaria pois o valor pago para os orientadores é muito pouco e o trabalho é muito. (Gestora 4)

Desenhando um panorama geral da juventude atendida, a gestora de *ponta* ressalta que os jovens atendidos pelo programa têm vergonha da sua condição. Ela afirma :

esses adolescentes não vão ao *shopping* (...), olha só. Não vão ao *shopping*, não vão ao zoológico, não vão a clubes. Não fazem um esporte. Nada. Não participam de nada. Eu quando vim trabalhar no Agente Jovem fiquei muito chocada com a realidade desses meninos. Eu te pergunto: - Que chances eles têm de melhorar de vida? (Gestora 4)

A gestora relata que muitos adolescentes vivem na casa dos avós, as mães não são casadas, moram todos juntos, o salário é irrisório. Geralmente, a avó sustenta toda a família com o dinheiro da aposentadoria: Cada dia isso se torna mais comum aqui nas famílias dos

¹² A gestora entende por família estruturadas aquelas que estão mais presentes na vida dos jovens e que se aproximam do programa.

adolescentes (...) algumas mães não são casadas, algumas trabalham como faxineiras, não podendo sair de seus serviços para ir ao programa, porém, eu recomendo que pelo menos liguem (algumas ligam e outras não). Mas muitas são casadas e conseguem acompanhar seus filhos no programa. (Gestora 4)

Para a gestora 4, o acompanhamento da família é de fundamental importância para a vida do jovem. Ela defende que o impacto do programa depende muito das condições de vida do jovem:

quando a família é bem estruturada o jovem também se desenvolve melhor, e consegue se sobressair mesmo com vários problemas. A igreja também é uma grande aliada. Eu tenho um adolescente (...) que participa da Igreja Evangélica, que é uma igreja que tenta trabalhar com a linguagem dos jovens. Já eu tenho outro adolescente problemático que mexe com drogas, bate na mãe, falta muito, e quando vai só se interessa pelo lanche. Então, esse adolescente é mais difícil agente perceber uma mudança. Mesmo assim eu não tenho coragem de tirá-lo do programa. (Gestora 4)

Durante a pesquisa percebeu-se que todas as gestoras, para explicar o Programa Agente Jovem, citam como exemplo outros programas que têm a família como referência nuclear para efetuar o processo de assistência social, como o Centro Municipal de Assistência Social (Cemas), apontado pela gestora 1:

O Cemas é um programa do município. O jovem que está no Cemas, ele ganha cento e trinta reais. Agora ele está lá no Cemas, não está no Agente Jovem, porque esses programas são o seguinte: um período ele tem que estar na escola e um período ele está no atendimento. No Cemas, ele fica até completar a idade ou essa família também criar condições de autonomia e sair do programa. O salário que o jovem recebe no Agente Jovem é dele, do próprio jovem, e o do Cemas é para a família. (Gestora 1)

Constata-se pois que o programa Agente Jovem é desenvolvido pela Fumdec no conjunto de outros programas de assistência social sendo que alguns deles como Cemas estão ancorados na concepção de que a questão da inclusão social deve ser enfrentada focando a atenção na família.

Também o vínculo de adesão à metodologia do programa pelas gestoras é frágil. A dinâmica do programa sugere uma busca pelo acerto. São quatro dias de atividades com jovens e um dia de planejamento. De acordo com a fala da gestora de *ponta*, na sexta-feira, todas as orientadoras do programa reúnem-se com a coordenadora para avaliar a semana,

discutir sobre as situações novas que aparecem relacionadas aos jovens, depois realizar o planejamento da próxima semana, respeitando as demandas apresentadas.

Tudo indica que ele é desenvolvido por ser um programa garantido pelo governo federal. Ocorreu uma expansão extremamente significativa em razão sobretudo da expansão de metas do Governo Federal e aos gestores municipais competiu “só executar , onde executar , quando executar e qual a quantidade de jovens”. Nessa perspectiva, afirma uma gestora, “se há pessoas que são beneficiadas, executa-se, não como algo que surge de uma proposta concebida e discutida pelos executores”. Como um programa que não foi concebido no âmbito do poder municipal as falas das gestoras são no sentido de “deixa-lo acontecer sem muito entusiasmo”. Assim , a proposta do Cemas, assume relevância e é valorizado como um programa que acompanha não somente o jovem, mas em especial a família. Para elas, a inclusão da família nas políticas públicas para juventude é de fundamental importância. Essa percepção das gestoras nasce não de uma concepção distanciada da realidade, mas de algo que elas presenciam no dia-a-dia do jovem. As políticas, de acordo com as gestoras 1, 2 e 3, devem contemplar as famílias como um todo e não apenas o jovem, senão não faz sentido. Percebe-se que as gestoras têm uma concepção assistencial centrada no atendimento à família, portanto, as políticas isoladas, como o Programa Agente Jovem, efetivam-se apenas do ponto de vista emergencial.

Para a gestora 1, o programa atende a duas perspectivas: uma é a questão da prevenção. Muitas vezes, o jovem tem família qualificada de integrada, e a mãe não quer ver o filho na rua. No entanto, de acordo com a gestora, o programa em Goiânia prioriza os jovens que têm envolvimento com drogas e violência

A gestora 4 sente-se extremamente comprometida com a formação do jovem problema uma vez que participa de tão importante missão que é tirar o jovem da rua e fazer dele, sujeito de tutela. O trabalho é reconhecidamente árduo, mas o resultado, de acordo com ela, é satisfatório:

é um trabalho difícil mas prazeroso. quando a gente consegue passar coisas boas pra eles é muito bom. É claro que eu não estaria aqui somente pelo dinheiro, você vê, duzentos reais não é nada, mas quando a gente chega aqui a gente se envolve com eles. Eu vejo nos olhos deles que eles pedem socorro. Eles são carentes de tudo. É muito fácil eles virarem marginais pois o mundo do crime é muito convidativo. (Gestora 4)

As falas das gestoras relativas ao público jovem atendido confirmam a visão de Souto e Almeida (2000,) que assinalam que as ações, embora necessárias, pautam-se na correção de desvios e seqüelas ocorridas na história de vida do jovem. Segundo os autores, impõe-se, no momento, uma reflexão sobre o suporte que a sociedade e o governo oferecem à juventude, aguardando-se, diretrizes nacionais para que as iniciativas sejam coerentes e integradas, como uma “agulha guiando o fio ao tecer o futuro, assegurando por uma juventude apta a contribuir para o desenvolvimento sustentável do País” (p. 416).

Em linhas gerais, circulam no modo de pensar e de representar das gestoras concepções diversas sobre o que significa ser jovem. Prevalece a concepção de jovem associada à crise, à desordem, enfim, a um problema social a ser resolvido, que merece atenção do poder público. A perspectiva de jovem-risco que orienta o programa impregna o modo de pensar das gestoras e, assim, também define e circunscreve negativamente esse período da vida .

A questão da formação do jovem para ser agente de desenvolvimento comunitário é algo significativo para análise. De acordo com a gestora 4, o Agente Jovem é um programa educativo que trabalha com jovens, preparando-os como agente comunitário e cujos temas são relacionados com saúde, cidadania e meio ambiente.

O programa é concebido na perspectiva de uma juventude qualificada como pobre, violenta, ociosa e que produz medo na sociedade. Portanto, a tarefa educativa do programa consiste em transformar o jovem em um sujeito integrado, capaz de atuar como agente multiplicador em sua comunidade, buscando melhorias para sua comunidade. De acordo com Sposito *et al* (2005b) ,

uma vez adequadamente preparado e formado, aquele jovem carente, pouco escolarizado, sem trabalho, fragilmente vinculado à sua família e à sociedade, sujeito à marginalidade e vivendo em situação de risco social pode e deve ser estimulado a contribuir para a melhoria de condições de vida de sua comunidade a partir de uma determinada intervenção social para a qual está orientado. (2005, p. 29)

CAPÍTULO III

CONDIÇÃO JUVENIL E ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DOS JOVENS VINCULADOS AO PROGRAMA AGENTE JOVEM

O presente capítulo analisa quatro entrevistas realizadas com jovens participantes do Programa Agente Jovem. Procura, mediante esta análise, apreendê-los em sua condição juvenil, compreendendo-os na diversidade e no modo de expressarem valores, crenças, modelos de condutas, formas de conhecer o mundo, sentimentos e expectativas. Os jovens entrevistados vivenciam a condição juvenil apoiados em redes complexas de significados historicamente construídos. Especificamente, estão localizados, em termos de classe social, nas camadas populares e, em razão de suas condições precárias de sobrevivência, estão posicionados em um espaço social marcado por dificuldades, considerando que suas oportunidades objetivas são restritas. Várias dificuldades afetam esses jovens, como desemprego, violência, pobreza, trabalho precário, informalidade e exclusão da escola.

Para se preservar a identidade dos jovens entrevistados os nomes utilizados são fictícios.

3.1 Renata: “Eu já falei pra todo mundo que eu vou crescer na vida, vou ser feliz, vou ser alguém na vida”.

Renata é uma jovem mulher, tem 16 anos de idade, solteira, mora com a mãe e uma irmã mais velha e o padrasto; a mãe é costureira e o padrasto é pedreiro. Renata cursa a sexta série do ensino fundamental. Ela é negra e sua religião é católica (não-praticante).

Renata está no programa há dez meses. Sua irmã mais velha também já passou pelo programa. Antes de nele ingressar, trabalhava como empregada doméstica. Ao tomar conhecimento que o programa ajudava o jovem a *deixar de ser mais tímido*, ela se interessou,

pois se considerava muito tímida, o que, para ela, a prejudicava em sua busca por melhores condições de vida.

Ela se avalia como uma jovem “muito interessada”. Afirma gostar muito da escola e dos seus professores. Para ela, estar no programa significa um investimento futuro. Quando entrou para o programa e deixou o serviço doméstico, Renata passou a ganhar menos, porém, como tem pretensões de “perder a timidez”, e sua irmã falara que as orientadoras trabalham muito com teatro, apresentações de dança, expressões verbais, resolveu inserir-se no programa para superar suas dificuldades pessoais

Constata-se nas falas de Renata que ela nutre expectativas de que a escola e o programa irão ajudá-la a superar sua condição social de vida. A percepção da escola como estratégia de superação das condições sociais é algo comumente presente nas camadas populares.

A demanda por educação entre os jovens pertencentes as camadas populares indica o valor a ela atribuído, porque compreendem que as oportunidades de emprego na sociedade dependem do nível de escolaridade alcançado.

A crença na escola como instrumento de ampliação das oportunidades de trabalho não se esgota e tende a ter novos significados no modo como as sociedades contemporâneas se organizam. De acordo com Gomes (1997), as novas tecnologias e a globalização da economia tendem a impor exigências mais elevadas de escolaridade, quer para o ingresso, quer para a permanência no emprego, em todos os níveis das colocações.

Madeira e Rodrigues (1998) discutem que a valorização da escola para a vida entre os setores populares é um ganho que não pode ser absolutamente desprezado, em virtude dos seus diversos impactos positivos na sociedade.

Renata é uma dessas jovens que considera a escola um espaço fundamental para conseguir melhorar sua condição social. Nesse sentido, a escola, para ela, é uma referência simbólica dotada de sentido e significação. Diz:

Pra mim a escola é muito boa. Os meus professores sempre dão conselhos pra gente. Muitos não tão nem aí mais eu gosto de ouvir. Eles falam que a escola é a única forma da gente ser alguém na vida, por isso que é importante estudar. Eu já falei pra todo mundo que eu vou crescer na vida, vou ser feliz, vou ser alguém na vida., quero muito isso. Quero ter minhas coisas. E vou ter.

A concepção de “crescer na vida” e de obter reconhecimento social, para Renata, articula-se ao “ter” ou possuir mercadorias. Em todo momento da sua fala, ela se reporta ao carro que ela vai comprar aos 18 anos, aos móveis que ela pensa presentear sua mãe, os sapatos que ela deseja possuir, muitas e variadas roupas que deseja comprar. Para ela, o reconhecimento social advém da capacidade que o indivíduo tem de comprar, adquirir produtos. Ser feliz, para Renata, significa conseguir ter tudo o que deseja e de que necessita. Segundo ela, com muito esforço e dedicação, conseguirá ter tudo o que deseja e, como conseqüência, obterá a felicidade.

Existe nas sociedades contemporâneas uma forte tendência em associar o consumo à felicidade. Segundo Costa (2004), a sociedade regida pela economia de mercado é portadora de crenças imaginárias que criam atitudes e disposições psicológicas nos indivíduos para agir e pensar. Um dos seus aspectos é dar a entender “que somos todos iguais diante das possibilidades de comprar mercadorias produzidas e vendidas em grande escala pela produção industrial” (p. 76). Entretanto, comprar constitui um ato econômico que contém implicações sociais e culturais. Afirma Costa (2004):

Adquirir mercadorias por meio da compra já define quem é quem no universo social. A maior parte da população tem um poder de compra extremamente reduzido e alguns, para possuir o que desejam, roubam ou furtam. Os chamados objetos de consumo, dessa forma, nem são consumíveis nem estão igualmente disponíveis para todos os indivíduos. A produção de objetos é seletivamente organizada de maneira a ser seletivamente distribuída pelos que têm muito dinheiro, pouco dinheiro ou nenhum dinheiro. (p. 77)

Bourdieu (1998), em seus escritos, chama a atenção para a análise da posição ocupada pelos agentes nos diversos campos sociais pelos quais que transitam, pois a posição social determina o nível das relações estabelecidas. De acordo com ele,

O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nessa medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. (p. 12).

Segundo o autor, pode-se intuir que a relação entre os agentes ocorre nos limites do universo social em que está inserido, sendo permanentemente elaborado e re-elaborado no constante confronto de interesses entre os grupos, ou seja, as classes e seus correspondentes acúmulos de capitais. Elas são co-responsáveis pela formação do seu campo de atuação,

ditando as regras aos demais grupos que estejam em uma inferior posição econômica e política.

Nessa discussão, o autor desenvolve o conceito de poder simbólico como um elemento que permeia todas as relações nos campos sociais. O poder simbólico, de acordo com Bourdieu (1989) é, “com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem” (p. 8).

Portanto, as elaborações teóricas de Bourdieu (1998) são adequadas para compreender o mundo do consumo, que se constitui articulado à produção econômica e a um sistema de *crenças imaginárias* em que estão inteiramente diluídas as relações de poder. O mundo do consumo, as ações e reações dos grupos subordinados são estabelecidas de acordo com as possibilidades permitidas pelos segmentos dominantes que ditam as regras do jogo no plano simbólico e econômico.

Para Bourdieu (1998), o poder simbólico surge como o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

Para agentes sociais, como Renata, posicionados em um espaço social fortemente determinado pela crença de que consumir é um ato de vontade, de esforço, o importante é possuir a mercadoria e, mais ainda, o que ela simboliza. A possibilidade de inserção no mundo social, para Renata, faz-se pela capacidade de adquirir mercadorias, de acordo com lógica que a sociedade de mercado apresenta:

Eu sempre gostei de sapatos, mas sou uma pessoa que nunca tive condições. Eu tinha só uma sandália, nunca arrebentou todo lugar que eu ia. Tem cinco anos que eu tenho ela, e ela foi treze reais. Eu trabalhei com o meu avô muito tempo, aí meu primeiro salário eu comprei essa sandália. Mas eu sempre falei que um dia eu ia poder comprar muitos sapatos. Depois que eu comecei a trabalhar na casa de família, eu pude comprar vários sapatos.

É legítima a assimilação desse discurso por uma grande parte da população sem condições objetivas de consumir o que lhes é proposto, pois os envolvidos buscam a realização pessoal, por meio da posse de bens materiais e simbólicos à disposição dos segmentos dominantes.

Para Bourdieu (1999), os bens simbólicos

constituem realidades com dupla face – mercadorias e significações – cujo valor propriamente cultural e cujo valor mercantil subsistem relativamente independentes, mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural. (p. 102)

Mercadorias e significações são dados, tomados e trabalhados pelos produtores, e por aqueles a quem a sua produção se destina, como *instrumentos* para obtenção de vantagens, de lucros simbólicos no campo. Nesse sentido, a fala de Renata é ilustrativa, ao afirmar: “Eu vou conseguir ter tudo o que eu quero na vida para as pessoas depois falar assim, olha lá a Renata ela conseguiu comprar o carro dela. Bem que ela disse”.

A crença de que a posse de bens lhe possibilitará distinção social é recorrente na fala de Renata; ela se ajusta à lógica da sociedade de mercado que incentiva a todos adquirirem objetos, pois, por meio de sua posse, há o reconhecimento.

Para Bourdieu (1983), as ações individuais e/ou coletivas dos agentes sociais são determinadas por elementos que extrapolam a simples intenção objetiva, posto que são adquiridos, inconscientemente pelo convívio social, e são, por esse convívio, determinados. Renata está inserida em uma sociedade que valoriza o consumo e, por internalizar os valores dessa sociedade de consumo, ela reproduz os mesmos desejos de ser reconhecida mediante a aquisição de bens materiais.

Renata parece ter intuído as regras do jogo dessa sociedade como elemento fundamental para a sua sobrevivência. Para Bourdieu (1983), as práticas sociais dão-se em um determinado campo em que “jogar é preciso” e para que ocorra o jogo, é necessário que haja objetos em disputa que *levem os indivíduos a respeitarem as regras*. De acordo com Bourdieu (1983),

para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (p. 89)

Renata compreende que, para sua sobrevivência no campo social almejado, precisa elaborar estratégias não só para sobreviver, mas para superar as determinações sociais de que ela percebe como vítima. Seu propósito é transformar-se em consumidora e, para vencer o jogo, ela toma como instrumentos a escola e o Programa Agente Jovem:

quando eu fiquei sabendo que o programa trabalha com o jovem para ele deixar de ser tímido, eu falei pra minha mãe que vir pra cá seria muito bom, pois eu preciso deixar minha timidez. Ser tímida me atrapalha muito e como quero ser professora, não existe professora tímida. Então eu conversei com a minha mãe e ela concordou. Deixei o serviço e vim pra cá. Daqui um ano, eu não posso mais ficar no programa, aí eu vou procurar outro serviço.

O programa, como instituição socializadora, desempenha um importante papel na vida de Renata, e nele, ela diz gostar mais das amizades. Para ela, a relação com a orientadora é positiva, pois “ela dá muita liberdade para os alunos conversarem com ela, falarem sobre seus problemas, mas tem aqueles que não querem contar os seus problemas aí não conta”. A liberdade que Renata valoriza tem seus limites, pois “tudo tem que sair muito direitinho”, porque a orientadora é muito rigorosa com os horários e faltas. Renata comenta: “Se você faltar, ela corta a bolsa, se chegar muito atrasado, ela corta a bolsa, então eu faço tudo certo para a minha bolsa não ser cortada”. Renata julga acertada a atitude da orientadora porque, sendo rigorosa, “incentiva” todos a não faltarem às atividades.

De acordo com Renata, durante todos os dias são discutidos temas diferenciados no programa, como drogas, Aids, violência, gangue de rua.

Renata tem como referência alguns professores da escola onde estuda. De acordo com a jovem, esses professores passaram por muitas dificuldades, eram pobres, não tinham carros, mas conseguiram vencer na vida por terem estudado e acredita que com ela deverá ocorrer o mesmo e, assim, “vencerá também na vida”.

Para Renata, a “escola é tudo”, é a sua “salvação”, e o programa para ela é muito importante porque a tem ajudado a superar os desafios financeiros e a sua timidez. Renata passa por um processo de valorização da cultura dominante, por isso, a escola tem sentido e significação em sua vida.

Renata internaliza, também, a percepção de que o aprendizado das regras do jogo não é fácil. A luta cotidiana é atravessada por percalços que, muitas vezes, desestimulam os agentes a continuarem lutando. Ela avalia:

eu acho assim que a vida é muito boa, mas as vezes é muito dura. Pessoas as vezes não tinha necessidade de passar dificuldades que passa. Têm pessoas que tem tantas coisas, eu vejo. E já têm pessoas que tem que contar o arroz que come. A vida é muito injusta.

Renata aproveita o seu tempo livre assistindo a desenhos e a novelas. Afirma ser “muito caseira”. Somente agora a mãe está liberando-a para sair à noite. Não tem namorado, e diz que ainda não é hora para namorar, pois para ela, “agora a hora é de estudar”. Renata diz que o que mais gosta de fazer é ficar com sua mãe, o seu padrasto e a sua irmã. São as pessoas de que ela mais gosta e com os quais diz “se dar bem”. O que mais a preocupa é o seu futuro, o futuro da sua família, porque “ela nunca sabe o que irá acontecer amanhã”.

Ela se considera uma vencedora, em razão de tantas dificuldades enfrentadas na vida. Diz não ter passado fome, porque “sua mãe nunca deixou”, e acrescenta:

quantas vezes a comida dava só para me alimentar e alimentar minha irmã. Eu falava: - “Mãe, pai vem almoçar”. Eles falavam: -“Não já comemos, podem comer”. Eu sabia que era mentira, pois eu via minha mãe deitar na cama fraca de fome [lágrimas].

Em sua fala, a presença da família é recorrente. Sua família está incluída em seus planos futuros. Por sua fala, pode-se afirmar que a família para Renata é de grande importância. Canesin (2002) comenta sobre o importante significado da família no processo de socialização e nas possíveis formas de subjetivação construídas pelos jovens na sociedade contemporânea. Na vida de Renata, a família também é importante referência simbólica, como se depreende em suas palavras:

Eu valorizo muito o que minha mãe e meu pai diz. Eles sempre me ensina algo. Tem muitos amigos meus que não estão nem aí para o que os pais deles falam. Eu acho isso um absurdo. Minha mãe fala que para pobre ser alguma coisa na vida tem que estudar.

Desde muito cedo, Renata e sua irmã trabalham para ajudar nas despesas da casa. A condição do pai, que, na verdade, é seu padrasto, indica também o rompimento com o ideário da figura familiar tradicional em que estavam presentes os membros dispostos de forma hierárquica. Na família de Renata, todos trabalham e combinam o que fazer com a quantia de dinheiro recebida para a manutenção da casa.

A família, como agência de socialização, exerce uma ação pedagógica na formação de Renata, pois ela constitui referência de sua identificação. Como afirma Bourdieu (1999), a aprendizagem depende de certo *modus operandi*, condição primeira para qualquer compreensão e entendimento. Ela exige dos sujeitos ou dos grupos um mínimo de domínio de um código comum, ainda que regido por um registro não- consciente, o que constitui o

habitus primário, ou seja, um conjunto de esquemas implantados, desde a primeira educação familiar, constantemente reposto e atualizado, ao longo da trajetória social restante.

A família é, também, um agrupamento social importante nas estratégias de reprodução da sociedade; “de fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura social e das relações sociais” (Canesin, 2002, p. 12).

Renata concebe a família como um espaço de proteção do mundo social que ela considera extremamente violento, perigoso, cheio de pessoas más, que não respeitam o espaço dos outros. Sua relação com o bairro é distante. Diz não se relacionar muito com os outros jovens habitantes do bairro, pois considera o bairro perigoso, violento. Percebe-se muito diferente das outras meninas que conhece, por causa de sua preferência pelo estudo, ao passo que meninas de sua localidade gostam de festas, de sair, de namorar, de “andar na rua”. A maioria, de acordo com a sua fala, já são mães e têm um modo de vida que ela despreza.

Renata tem clareza de sua situação juvenil. Ser jovem, para Renata, “é fazer a diferença porque no futuro os jovens podem fazer um mundo melhor, uma sociedade de pessoas honestas”. Para ela, se o jovem quiser mesmo, se ele estudar, pode ser muito melhor dos que os adultos da atualidade. Segundo Renata, o jovem tem maior responsabilidade que os adultos. Os adultos, para Renata, não conseguiram resolver o problema dos jovens: “o que a gente vê? Mais violência, mais maldade. O que as pessoas mais velhas fizeram? Nada”.

3.2 Júlia. Ela classifica a sua cor como inferior à branca.

Julia é uma jovem de 15 anos de idade, mora com o pai e a madrasta. O pai é cobrador, e a madrasta, bordadeira. Ela é de cor negra e sua religião é católica (não-praticante). Mora com pai e a madrasta desde os quatro anos. Cursa a sexta série do ensino fundamental. Antes de o pai casar-se novamente, moravam ela, o pai e a avó. Não sabe quem foi sua mãe, nunca a viu, desconhece onde mora, apenas o pai sabe, e Júlia diz que não se interessa em saber quem é sua mãe. Segundo a jovem, seu pai disse que sua mãe não gostava da filha porque ela é afrodescendente, pois o pai é negro, e a mãe é branca. Julia não tem namorado, já teve um, mas atualmente está sozinha.

Indagada sobre o que ela acha de si mesma, Júlia revela não gostar muito de si. Cabelos presos e olhar sempre baixo, Julia não se considera uma menina bonita, embora o seja. Acredita que nada nela é capaz de chamar atenção nos meninos. Júlia afirma que, ao ser

comparada com outras meninas, os meninos sempre preferem as outras. De acordo com seus relatos, sua mãe a deixou por não considerar “uma criança bonita”, e por sua cor, justifica:

meu pai sempre conta que ela dizia que eu era preta, feia e ela não queria andar com uma criança desse jeito nos braços. Eu também não gosto dela. O que ela sente por mim é o que eu sinto por ela – nada.

As questões de etnia e de gênero atravessam a experiência de vida de Júlia. A sua auto-imagem é definida pela naturalização das desigualdades etnicamente hierarquizadas, o que produz em Júlia um sentimento de exclusão. Ela classifica a sua cor como inferior à branca. Relaciona não ter namorado ao pertencimento à raça negra. A sua relação com a cor (preta) é conflituosa.

Cabe ressaltar que, no Brasil, o preconceito racial basicamente está relacionado com as características físicas, corporais, do indivíduo, o que Nogueira (1998) conceitua como *preconceito de marca*, ou seja, preconceito ligado ao estereótipo, ao passo que, em outros países, o preconceito é de *origem*, isto é, vinculado à ascendência étnica do indivíduo. No caso de Renata, as características físicas que reforçam o preconceito de *marca* passam a ser objeto de desconforto para ela com a própria aparência física.

Esse desconforto que Júlia sente pode ter evoluído para uma auto-imagem negativa, o que, muitas vezes acontece com a mulher negra que abre mão de sua sensualidade e, sobretudo, de sua condição humana, podendo transformá-la em um mero objeto passível da exploração de qualquer natureza.

Novaes (2003) considera que gênero e raça são recortes que interferem nas trajetórias dos jovens. Para a autora, “ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco faz diferença” (p. 122). De acordo com a autora, os critérios de gênero e raça são dois recortes que interferem bastante na trajetória dos jovens, pois as moças pobres se “beneficiam” do crescimento do emprego doméstico, mas moças de classes sociais diferentes ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos postos de trabalho. Mas se a “boa aparência”, exigida para certos postos de trabalho exclui os jovens e as jovens mais pobres, esse “requisito” atinge particularmente jovens negros e negras. Enfim, ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco faz diferença (p. 122).

Uma pesquisa denominada *Realidade das mulheres negras brasileiras* (1998) confirma a situação de Júlia, que está relacionada à sua auto-imagem, indicando que, ao longo da história do Brasil, a mulher negra tem sido a maior vítima da profunda desigualdade

racial vigente. O estudo revela um dramático quadro que se prolonga desde muitos anos. Trata-se de uma dramaticidade que está não apenas nas péssimas condições sócio-econômicas produzidas por uma ordem social perversa, mas também na negação cotidiana da condição de ser mulher negra, por meio do racismo e do sexismo que permeiam todos os campos da vida social. O resultado é um sentimento de inferioridade, de incapacidade intelectual, de quase servidão vivenciado por muitas mulheres negras.

De acordo com a referida pesquisa, a mulher negra está exposta à miséria, à pobreza, à violência, ao analfabetismo, à precariedade de atendimento nos serviços assistenciais, educacionais e de saúde. Trata-se de uma maioria sem acesso aos bens e serviços existentes na sociedade e, muitas vezes, exposta à violência. Dentre as conseqüências extremas dessa situação, está o aniquilamento físico, político e social que chega a atingir profundamente as novas gerações. A situação de máxima exclusão pode ser percebida quando se analisa a inserção da população feminina negra em diferentes campos: social, político e econômico.

A representação que Júlia tem do pai é que “ele é muito bravo”. Segundo a jovem, não há possibilidades de diálogo, e as relações são conflituosas:

Ele briga comigo desde pequena. Agora ele parou mais depois que minha madrasta falou com ele. Desde pequena. Ele me batia muito. Aí depois que viemos morar com a minha madrasta, ela entrava na frente para ele não me bater.

Júlia tem um sonho: que “pai não fosse tão bravo”. De acordo com o relato da jovem, o pai não confia nela: “Ele briga comigo e me bate porque ele acha que eu vou fazer besteira na rua. Ele acha que eu sou como os outros”. Júlia fala sobre algumas jovens que moram perto de sua casa que fazem “besteira”. Saem à noite, fumam, *ficam* com os garotos. Levam uma vida com maior liberdade e não dão satisfação para aos pais. Ela não se identifica com essas jovens e diz achar-se diferente: “Não sou como elas. Não tenho namorados, não saio para as festas e chego de madrugada, não uso roupas curtas demais, mais meu pai acha que faço coisa errada”.

Ao mesmo tempo em que fala das dificuldades enfrentadas com o seu pai, em razão do seu jeito de ser, Júlia reconhece que ele é a pessoa mais próxima que ela tem.

Apesar da crise da família patriarcal, evidenciada pelo enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem como líder da família (Castells, 2000), Júlia está inserida em uma cultura familiar baseada na autoridade

paterna. O relacionamento com o pai é marcado pela dominação e pela violência que têm origem na cultura e instituições do patriarcalismo. Júlia sofre as determinações de uma família cujo modelo é patriarcal, e a figura do pai violento está presente em todos os momentos da sua fala. A figura do pai, no caso de Júlia, está relacionada com a ordem, a disciplina, a autoridade e o estabelecimento de limites. Na fala de Júlia, fica claro que o pai é a personificação simbólica dessas atitudes. Júlia parece ser orientada pelo pai-herói arquetípico que sabe, pode, manda e faz. Se lhe falta essa referência, ela se sente insegura, perdida e sem iniciativa. Júlia diz: “meu pai se importa muito comigo. Quando ele não pode me dar algo ele sempre fala para mim esperar o salário do próximo mês, mas ele briga muito comigo. As coisas têm que estar muito arrumadas em casa senão..”.

Em relação à vida escolar, Júlia estuda na sexta série do ensino fundamental e relata que tem alguns problemas com as disciplinas de Português e Matemática. Não tem muitos amigos na escola e confessa que não gosta muito da instituição, apenas de educação física: “Na escola a única coisa que eu gosto e na hora da educação física que foge um pouco do mesmo ritmo dos estudos. Lá dá pra gente brincar e jogar bola.”

Julia não estabelece vínculos com a escola. Para ela, a escola é um lugar em que precisa estar:

Para mim a escola é um lugar pra gente aprender mais das coisas. É chato, pois eu acho que nos não deveria ficar lá por muito tempo. Eu não gosto muito de estudar não mas não tem jeito, né? Lá em casa se falar em não estudar, meu pai sobe nas paredes.

A identificação que Júlia estabelece com a escola é diferente da outra jovem entrevistada (Renata). Júlia já não vê muito sentido na escola. Em nenhum momento, ela se refere à escola como lugar de “crescer na vida”. Para ela, o estudo é mera obrigação imposta pelo pai. Como não tem outro jeito, Júlia vai ficando. Parece que, diferentemente de Renata, Julia não percebe a escola como um espaço em que encontrará possibilidades de alterar sua condição de vida. A falta de sentido da escola evidenciada na fala de Júlia relaciona-se a sinais de desilusão com a antiga crença que considera a escola como lugar de redenção das camadas populares. Bourdieu (1999) contribui para essa discussão dizendo o seguinte:

A instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida que se avança em sua direção (p. 221).

Freitas e Papa (2003) analisam o *mito da escolaridade* entre os jovens. Os autores indicam que há uma tendência dos jovens mais pobres da atualidade não se iludirem com esse mito. Júlia parece fazer parte dessa parcela de jovens que desacredita na escola como estratégia de mudar de vida.

Para eles, a escola já não é vista como garantia de empregabilidade. Jovens de classes populares que não conseguem terminar o segundo grau [ensino médio] esbarram nos concursos e demais processos de seleção com candidatos que possuem cursos universitários completos. São muitos jovens desta geração que têm consciência de que a escola é importante como passaporte que permite a viagem para o emprego mas não garante. (p. 136-137)

Júlia começou a fazer parte do Programa Agente Jovem em 2004. A sua madrastra descobriu o período de realização das inscrições e a estimulou a participar. A expectativa que Júlia nutre em relação ao programa restringe-se somente à obtenção dos benefícios da bolsa para ajudar o pai. Quando receber a bolsa, pretende comprar alimentos ou roupas, porque “meu pai não está dando conta de me sustentar sozinho”. Não sabe dizer com clareza do que mais gosta no programa.

Julia diz que um dos maiores enfrentamentos que ela tem em casa refere-se às dificuldades financeiras. Ela diz ser muito difícil “comprar as coisas para casa, pagar as contas”. Anteriormente, trabalhava como bordadeira o que gerava “mais um dinheirinho”, agora teve que deixar a atividade pois estuda e, à tarde, frequenta o programa. Alega que a renda familiar caiu, pois o programa atrasa a entrega da bolsa, e continua:

eu já até pensei em sair daqui, pois o dinheiro que é bom, nada. Enquanto isso, não tenho dinheiro para comprar minhas coisas. Fico chateada. Meu pai fala que a gente não pode ficar parada. Temos que correr para conseguir o que a gente quer...vamos ver, né?

Julia sente necessidade de obter dinheiro para ajudar nas despesas da casa. Ao ingressar no programa, pensava que o recebimento ocorreria logo no fim do primeiro mês, porém, a verba do governo federal atrasou. Ela precisa desse dinheiro e, se não resolver esta situação, diz que se verá obrigada a deixar o programa para trabalhar. Júlia, como a maioria dos jovens pertencentes à sua classe social, tem uma inserção antecipada no mercado de trabalho. A necessidade de trabalhar para sobreviver está muito presente em sua vida e, talvez por isso, desenvolve com o Programa Agente Jovem uma relação estritamente econômica. A angústia que sente em relação ao atraso da bolsa é evidente, não só na fala

dessa jovem como também na dos outros. Diante da dificuldade de receber a bolsa, Júlia vê-se obrigada a ingressar no mercado de trabalho, e a motivação principal são as condições da família.

Pochmann (1998) afirma que, em geral, os jovens de origem pobre tendem a entrar mais cedo no mercado de trabalho – antes dos 16 anos – desempenhando atividades precárias e que exigem pouca qualificação, o que tem repercussões negativas em sua qualificação futura. Aqueles que provêm de uma estrutura familiar de renda média tendem a participar da produção um pouco mais tarde – antes dos vinte anos – quando já possuem nível de escolaridade maior.

Em relação aos jovens de famílias burguesas, via de regra, eles ficam mais tempo na inatividade – passam a fazer parte do mundo do trabalho após os vinte anos – e conseguem cursar e concluir o ensino superior, garantindo maior qualificação e vantagens para competir por melhores empregos no mercado de trabalho.

A situação de Júlia em relação à necessidade de buscar trabalho para a sobrevivência é semelhante a de muitos outros adolescentes e jovens provenientes de classes populares menos favorecidas. Pode-se dizer que, com eles, ocorre o fenômeno da antecipação da vida, em virtude do trabalho ser uma necessidade que se impõe desde muito cedo em suas vidas.

Pochmann (1998) assegura ainda que a conjuntura de inserção produtiva do jovem transformou-se após a década de 1980, com o aumento do desemprego aberto, desassalariamento e geração de ocupações precárias, crescimento da participação feminina nas atividades produtivas, dentre outros, quando a estrutura de ocupação sofre profundas transformações e as condições no mercado de trabalho tornaram-se piores para essa parcela da força de trabalho.

Júlia não participa de atividades religiosas, embora se considere católica. Ela acha a igreja um lugar bom, mas “sempre esquece de frequentar”. Para ela, as coisas boas da vida consistem em amar e ser feliz. Considera-se feliz porque tem a sua família.

O grupo de jovens do qual diz participar é um “que toma todo sábado uma sopa” no posto de saúde do Goiânia viva. Nesse local, antes da distribuição sopa, há um trabalho de doutrinação realizado por espíritas.

Sobre a vida, Júlia diz almejar muitas coisas boas, como ser veterinária para cuidar dos animais. Com o dinheiro do trabalho como veterinária, poderia comprar alimentos e

pagar as contas para o seu pai. Compraria também livros, pois gosta muito de ler revistas, histórias de amor, alguns livros que a professora indica, dos quais não se lembra os nomes.

Ser jovem para ela é algo muito bom, mas, ao mesmo tempo, complicado, porque não pode fazer tudo o que quer. Ela acha que as coisas poderiam ser diferentes. Os pais deveriam dar mais liberdade aos jovens. Não para eles fazerem “besteira”, mas ela não vê problema nenhum em sair de vez em quando com as amigas, porém “nem isso o meu pai deixa”.

3.3 Paulo: “se pagasse direitinho, já dava pra quebrar um galho”.

Paulo é um jovem de 16 anos, cor branca, mora com os pais e com um irmão. O pai trabalha, como gari na prefeitura de Goiânia, e a mãe é diarista. Está no programa há oito meses. Pertence à religião evangélica, mas não frequenta a igreja atualmente.

Paulo começou a fazer parte do Programa Agente Jovem em 2004. Segundo ele, sua mãe, muito preocupada com a sua condição de *ocioso*, pediu-lhe que entrasse no programa, pois assim ela saberia por onde ele “andava durante o dia”. Estuda pela manhã, cursando a quinta série do ensino fundamental.

A sua participação no Programa Agente Jovem parece constituir-se em uma realidade imposta a ele. Ele diz não gostar das atividades que são realizadas: “Eu não faço teatro, já falei para Juliana que se for me obrigar a fazer teatro, eu fujo daqui. Tem coisas que eu gosto, como fazer alguns trabalhos, desenhos em grupos, mas só isso”.

No programa, ele se relaciona apenas com um jovem, porque são vizinhos, e frequentam juntos o programa. Paulo manifesta explícita preocupação por não receber a bolsa, porque sua documentação estar incompleta.

Durante todo o período da pesquisa de campo, Paulo esteve no programa duas vezes. A orientadora, em razão das constantes ausências de Paulo, foi até à sua casa para inteirar-se do que estava ocorrendo com o jovem. O irmão de Paulo, afirmou estar surpreso, pois todas as tardes ele saía de sua casa falando que ia para o programa. Seu irmão disse que sua mãe desconhecia o que estava ocorrendo.

A expectativa Paulo em relação ao programa refere-se ao pagamento da bolsa: “se pagasse direitinho, já dava pra quebrar um galho”, e ali permanece até quando “arrumar coisa melhor”. Está esperando sair o pagamento atrasado da bolsa, pois “vai dar uma boa grana”. Com a quantia que irá receber, pretende comprar um celular.

Para Paulo, participar do programa mudou algumas coisas na sua vida, sobretudo, porque ele “ficava sem fazer nada, e o tempo foi ocupado”. Nos momentos em que não está no programa nem na escola, ele anda de bicicleta com seus amigos.e completa: “A noite eu sempre gosto de ir em uma balada ou na feira”.

Em relação à escola, ele não sabe dizer se o programa contribui ou não:

antes não tinha nada para fazer, hoje eu já tenho alguma coisa para fazer que é vim para cá até 4h. Antes, eu ficava só brincando de bicicleta a tarde toda. Agora não. Na escola, não sei, eu acho que mudou, não sei como, mas mudou.

Paulo reproduz um discurso muito presente no programa e que está relacionado com o perigo do ócio juvenil. Em sua fala, o jovem precisa de tutela própria do programa: “Antes de ir pro programa fica na rua andando de bicicleta, sem fazer nada, agora não, eu estou aqui, não fico mais na rua pois é perigoso, não é?”. Novaes (2003) discute em suas pesquisas a disseminação da linguagem dos projetos implantados pelas políticas públicas direcionadas aos jovens. De acordo com a autora, certas expressões provenientes desse discurso são utilizadas pelos próprios jovens:

Os jovens que estão ou que já estiveram nos projetos sabem quando estão falando para uma pesquisa, com uma ONG, com o Instituto Ayrton Senna ou com a Secretaria do Trabalho etc. Os jovens que fazem parte do “público alvo” dos projetos se (re)apropriam de idéias, palavras e expedientes, incluindo-os em suas estratégias de sobrevivência social. (p. 122)

Paulo não espera muito do programa, diz estar lá até arrumar um emprego melhor. Alega, também, ser muito difícil arrumar emprego e que precisa do dinheiro porque a mãe não lhe pode dar nada, mas fica “chateado” porque o programa também não o faz:

Eu fico chateado, porque a gente é obrigado a ficar a aqui tarde inteira e a bolsa, que é bom, nada...Já falei para Juliana, vou ficar até semana que vem, se não resolver eu casco fora daqui. Nem lanche eles mandam pra nós. Ai depois quer que a gente fique aqui

Em relação ao programa, Paulo tem a aspiração de comprar um celular. O vínculo que ele estabelece com o programa é estruturado no aspecto econômico.

Com o dinheiro que recebe da bolsa Paulo quer comprar um aparelho celular porque é um bem que todos seus os amigos possuem.”eu ouvi dizer que os atrasados vai sair. A Juliana me garantiu que dessa vez eu recebo a bolsa. Vamos vê, meu! Tá demorando demais. Com o tanto que vou receber da pra mim comprar um celular igual de uns colega meu”.

A contemporaneidade caracteriza-se por ser uma era em que a produção de bens culturais e a circularidade da informação ocupam um papel de destaque na formação moral, psicológica e cognitiva dos indivíduos. Trata-se de uma nova ordem social regulada por um universo cultural amplo e diversificado, embora fragmentado.

Mercadorias, como o telefone celular, um dos desejos de consumo da maior parte da população brasileira, podem não ser representadas exatamente da mesma maneira por todos. Por outro lado, a tendência é que todos o identifiquem como equipamento básico para a vida contemporânea, por isso, o desejem com avidez. Sinaliza Costa (2004):

Além disso, os objetos continuaram sendo o que sempre foram desde que surgiram no cenário da economia capitalista, ou seja, a marca do sucesso profissional e social. Aparência do sujeito afluyente é determinada pela maneira como se veste; pela qualidade dos objetos de adorno pessoal; pelo tipo de automóvel, de artigos eletroeletrônicos e de objetos de decoração doméstico que possuem; pelos restaurantes que frequenta e tipos de esportes que pratica; pelos lugares onde desfruta o lazer; pelas viagens que faz etc. Os objetos de consumo “agregam” valor social aos seus portadores. Eles são o crachá que identifica “o turista vencedor” em qualquer lugar, situação ou momento de vida. (p. 80)

Dessa forma, o consumo permeia simbolicamente todos os setores da sociedade atual, transversaliza as relações sociais no interior dos campos, fazendo os agentes sociais almejamem adquirir bens próprios distintivos de estilos de vida que não são seus ou da classe social a que objetivamente pertencem.

O telefone celular, atualmente, pode ser considerado um dos mais baratos instrumentos de inclusão sócio-simbólica. Consiste em um dos objetos de desejo fundamental para todas as classes sociais. Para um médico ou para uma empregada doméstica, esse objeto possui praticamente o mesmo valor simbólico, pois sua posse os inclui nesta mesma ordem. A diferença estabelece-se na concretização desse desejo.

Na família, Paulo enfrenta muitas dificuldades com seu pai. Segundo o jovem, o pai é muito “enjoado”, pois não o deixa sair. Paulo queria mudar de turno na escola, e o pai não deixou. Sempre quando chega tarde em casa, tem que ouvir seu “falatório, me chama de

vagabundo, manda eu procurar emprego. Não sei onde. Mas tudo bem”. Sua mãe já é melhor, deixa-os saírem (ele e o irmãos) e “não enche tanto o saco”. Paulo fala que responde muito ao pai e com isso, a sua relação fica fragilizada.

Paulo enfrenta dificuldades com a família relacionadas a seu tempo livre. Abad (2003) assinala que os jovens das classes populares gozam de abundante tempo livre, embora se trate de um tempo de espera, vazio, em virtude da falta de trabalho. Paulo é um desses casos. Sua mãe nutre muitos medos em relação ao seu tempo de ócio, e seu pai sempre o lembra que ele precisa arrumar um trabalho. Portanto, o tempo de que Paulo dispõe não é legitimado e valorizado socialmente pela família e pelos pares, mas constitui um tempo de angústia, tanto para Paulo como para sua família. De acordo com Abad (2003), é um tempo de impotência, um tempo de estigmatização social, um tempo de ficar “marcando bobeira” em uma esquina, exposto a agentes da limpeza social.

Paulo não expressa pretensões de ajudar na economia doméstica, não fala muito do convívio com os pais e irmãos, apenas que seu pai implica com sua vida noturna. Para ele, os pais não deveriam intervir muito na vida dos filhos. Sente-se indignado quando recebe ordens.

Minha mãe até que é legal, o problema dela é que fala demais. Meu pai é um chato. Sabe aquelas pessoas antigas? Pois é, meu pai é assim. Não entende que o tempo mudou. Quer por quer que eu chegue em casa cedo. Chego de jeito nenhum, passo a noite toda na rua. No outro dia a confusão tá pronta. Estou procurando um lugar pra morar com uns colegas meus. Assim vou ter mais liberdade.

Tudo indica que a escola e a família, como agências socializadoras, não possuem um lugar privilegiado e socialmente definido na vida de Paulo. Ele resiste a todo tipo de autoridade instituída. Distancia-se em relação às instituições, demonstra descrença e não lhes confere legitimidade. No caso de Paulo, a escola e a família já não teriam a mesma referência que tiveram para outros jovens entrevistados.

Quanto à religião, Paulo fala que antes participava da Assembléia de Deus, uma igreja que fica perto de sua casa. Ele acompanhava a sua mãe aos cultos. Depois, sua mãe deixou de frequentar a igreja, e ele, também. A igreja, segundo Paulo, é muito importante, pois “lá se fala sobre Deus, e muitas coisas bonitas que servem para a vida”, porém, a sua mãe anda muito ocupada, trabalhando demais, o que dificulta a sua participação e de sua mãe.

Paulo compreende a juventude como uma fase transitória da vida, uma fase que “irá passar”, e, por isso, precisa ser bem aproveitada. De cabelos pintados, corte usual, brincos na orelha e *shorts* largos, Paulo entende que ser jovem “é curtidão, sabe como é? É ir pras festas, conversar, ficar com as meninas, tomar umas ‘biritas’. Depois o tempo passa e a gente não aproveitou nada não é mesmo?”.

Paulo participa de espaços sociais relacionados ao bairro onde mora. Diz gostar da vida noturna, tomar “biritas”, ir para as “baladas” e “ficar com meninas”.

Durand (2000) afirma que a construção da sociabilidade dos jovens ocorre de diferentes formas e graus, dependendo do peso das instituições tradicionais de socialização, isto é, a família, a escola e o trabalho.

Nesse sentido, a autora entende que

parte da socialização dos jovens vem ocorrendo em espaços e tempos variados, com múltiplas e diferenciadas referências culturais, constituindo um conjunto complexo de redes de significados que são articulados em seus grupos de sociabilidade, num jogo entremeadado de interações e relações sociais, cuja especificidade e complexidade chamam a atenção e sugerem novos estudos com formulações teóricas diferenciadas que dependem da ótica de entendimento cultural e social sobre as juventudes contemporâneas (p. 36).

Paulo gosta muito de seus amigos da rua. Para ele, são pessoas legais: “minha mãe não entende, pra ela meus amigos é gente ruim. Eu gosto deles, a gente se diverte pra caramba.” Paulo constrói redes significativas de relacionamentos na rua com seus amigos da balada, com as meninas, com os jovens que participam com ele da noite.

Paulo vivencia sua condição juvenil em espaços que não se circunscrevem às instituições clássicas – família e escola. Portanto, o estilo, hábito e modo de vida e linguagem de Paulo são configurados também por outras redes de sociabilidade. As baladas, as meninas, o lazer, a vida noturna, os amigos são expressões que atravessam a fala de Paulo e fazem parte de seu universo simbólico. As relações familiares e escolares não estão presentes como algo fundamental em sua fala. Em relação à escola, Paulo, diz que “estar na escola é importante para ter um futuro melhor”. Pontua, quase conformado: “Mesmo sendo cansada, o jeito é estudar, né?”

A escola, para Paulo, parece não constituir uma referência simbólica em sua construção de como ser jovem. Sua fala apresenta uma falta de expectativa na escola como espaço de mobilidade social. Segundo Paulo, a escola é ruim e não tem propostas. Ele não vê

muito sentido em estar lá dentro. Pais (2003) compreende as razões pelas quais os jovens podem identificar o espaço escolar como desinteressante, uma vez que eles não se reconhecem numa instituição onde suas culturas não podem se realizar, nem tampouco podem se fazer presentes.

Para Corti e Freitas (2003), a distância entre o mundo escolar e o mundo juvenil tem ocasionado uma perda progressiva da capacidade de a escola gerar referências significativas para a vida dos jovens que a freqüentam.

A rotina escolar para Paulo, parece conflituosa; ele só estuda em casa no período de provas, já foi reprovado algumas vezes e, outras vezes, suspenso. Ele afirma que os “professores têm mania de marcarem ele”.

Em relação ao futuro, Paulo espera ter um bom emprego, “ganhar uns quatrocentos reais para poder comprar tudo o que quer”. Em sua fala evidencia a necessidade de ter um celular igual ao de um amigo. Além de, roupas, tênis, pagar entrada em festas, dentre outros. Deseja também em casar-se ter um casal de filhos e, se der, quem sabe um dia, fazer uma faculdade.

3.4 Carlos: “É preciso de mais leis para que não fique passando a mão na cabeça dos jovens”

Carlos, jovem de 16 anos, entrou para o programa em março de 2004. Sua cor é branca, e sua religião é evangélica (Assembléia de Deus). Atualmente é estudante, cursa a sexta série do ensino fundamental noturno. Mora com sua mãe, o padrasto e mais três irmãos. O padrasto é açougueiro, e sua mãe é diarista durante o dia e estudante à noite; freqüenta a mesma sala que o filho (sexta série). Antes de entrar no programa, Carlos precisava muito de um trabalho para ajudar sua mãe. Ao saber que o programa dava uma bolsa para os jovens que dele participavam, ingressou. Esclarece:

fiquei sabendo do programa por meio de um amigo. Ele disse para mim que o programa era moleza, era só vir para ca todas as tardes ficar ouvindo o que eles dizia fazer alguns teatros e escrever algumas coisas e só.

Com o dinheiro que recebe (sessenta e cinco reais), Carlos, ajuda nas despesas da casa e compra algumas coisas para ele. Carlos sonha em ter um emprego, uma casa, conseguir

entrar em uma faculdade ter uma moto. Quanto ao carro, diz que pode ser mais para adiante quando ele tiver casado.

Carlos estabelece uma boa relação com sua mãe. Os dois estudam juntos na mesma sala: “Tem hora que ela fala que vai parar de estudar, e eu falo se a senhora parar eu também paro. Aí ela não para e eu também não paro”. Ele parou de estudar durante dois anos. Tem muitos problemas com Matemática e diz gostar da escola. Para ele, a escola é um lugar necessário, pois “se está difícil para quem estuda arrumar um emprego, imagina para quem não estuda”.

Segundo Carlos, os conselhos da orientadora do programa ajudaram muito ele melhorar sua relação com a escola:

os meninos aqui do bairro não querem saber de nada. Tem muita gente que cresceu comigo e hoje puxa fumo. Eu agradeço a Deus por estar na igreja. Lá é muito melhor. Agente tem rede de jovens e um ajuda o outro. Tem uma menina lá que está no cidadão 2000, [programa desenvolvido pela prefeitura], que vai me colocar na empresa que ela trabalha assim que eu sair daqui. (grifo meu)

Não fala muito do padrasto. De acordo com ele, seu padrasto é uma pessoa de difícil relacionamento. Por gostar muito da sua mãe, procura manter-se o mais longe possível do padrasto, para não ter conflitos. Gostava muito quando eram apenas ele e sua mãe. Depois que sua mãe se casou, as relações ficaram bem difíceis na casa, porém sabe que sua mãe precisava de um companheiro, pois sozinha estava muito difícil manter a casa.

Percebe-se na fala de Carlos, que sua relação com o padrasto é difícil, no entanto, tem sua mãe como referência ou identificação. O caso de Carlos expressa certas tendências do reordenamento da instituição familiar na atualidade. Rizzini (2001), ao fazer um estudo sobre as tendências globais recentes que refletem transformações significativas no âmbito da família, assinala que as mulheres tendem a assumir grande parte das responsabilidades familiares, particularmente em bairros que abrigam famílias tidas como vulneráveis do ponto de vista econômico, como é o caso da família de Carlos. De acordo com a autora, as famílias matrifocais estão crescendo, pois as mães que trocam de parceiros normalmente ficam com os filhos. Através das gerações, as crianças vêm encontrando nas mães as presenças mais estáveis de suas vidas

Carlos diz que sempre “lutou” muito na vida. Seu pai abandonou a família muito cedo, Carlos, mesmo ainda criança, teve que ajudar a sua mãe. Para ele, a vida é dura e é

preciso vivê-la com muita responsabilidade e honestidade, e sua mãe sempre o ensinou a viver bem.

Acredita que a diferença entre ele e os outros que “não tem nada na cabeça” está na “fé”. Antes de pertencer à igreja, considera que sua vida era muito ruim. De acordo com ele, ao ingressar em sua religião, ele percebeu que a vida melhorou muito. Para ele, a vida religiosa é muito importante, pois ensina o homem a viver com dignidade. A igreja, para Carlos, é o melhor lugar de “se estar”. Nos finais de semana, frequenta assiduamente a igreja. Diz:

na igreja a gente aprende a não usar drogas, a não fazer as coisas erradas. Você sabe como é. Os jovens hoje só se envolve com o que não presta. Eu conheço um monte de neguinho que vive na boca de fumo. Eu chamo alguns amigos meus, amigos não conhecidos, vamos moço pra igreja, eles sempre diz que não, outra hora eu vou. E essa hora nunca chega.

A religião pode ser, para Carlos, a resposta obtida para situações difíceis que ele vivencia e que, aparentemente, escapam ao seu controle individual. Nesse sentido, “a religião reinterpreta o vivido dando-lhe inteligibilidade” (Alves, 1981, p. 25). Segundo o autor, essa inteligibilidade pode assegurar maior liberdade ou maior sujeição. No primeiro caso, a construção de uma compreensão do vivido estaria pautada pela possibilidade de reconhecer uma intencionalidade do agir e reagir diante do que está exteriormente determinado. Isso significa que, nessas circunstâncias, o indivíduo vivencia as determinações da realidade social e atua no sentido de modificá-la, supondo sua concepção religiosa. Já no segundo caso – sujeição – a reinterpretação do vivido dá conformidade às ações do indivíduo, deixando-o à mercê dos acontecimentos, da imprevisibilidade e do fatalismo.

O lugar que Carlos mais gosta de frequentar é a igreja. Para Carlos, esse espaço parece ser lugar o de resignificações do mundo, pois estabelece uma rede de relações em termos de amizade e vida afetiva .

em casa, somente eu e a minha mãe é evangélico. As crianças também vão, mas meu padrasto não quer nem saber de igreja. Lá eu tenho a minha namorada e amigos que são verdadeiros irmãos. O pastor dá muito conselho pra gente viver bem em casa, ter paciência, fugir de brigas, semear a paz e é isso que faço.

De acordo com Novaes (2005) as instituições religiosas continuam produzindo

espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupo. De acordo com a autora, “é nesse cenário que se coloca o desafio de compreender o ‘quanto’ ‘como’ e ‘quando’ o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens desta geração”(p. 265).

No campo ou no terreno da religião pode ocorrer uma naturalização dos fenômenos historicamente produzidos. Talvez seja essa a pretensão dos discursos religiosos: dar sentido aos fatos e os fenômenos do mundo social, transitando entre o espaço sagrado e profano e agregando sentido às experiências individuais.

Percebidos como esperança e como desejo que denunciam a ausência de *algo*, os símbolos presentes na religião, dão significação e explicação à existência. Aqueles que se sentem despojados da *sorte*, da *esperança*, da *saúde*, do *emprego* encontram na experiência religiosa, muitas vezes, sentido ao mundo caótico, desorganizado.

Seitas, religiões, podem mudar sentimentos de injustiça social, por exemplo, em formas relativamente inofensivas para a sociedade. Segundo Berger (1972) “se é necessário que se construam mundos, é muito difícil mantê-los em funcionamento” (p 79). Para isso, é necessário a disseminação de idéias que estimulem o homem a “salvar o mundo”. As concepções religiosas oferecem ao homem o “céu”, transmutando e idealizando as condições objetivas vividas.

No espaço religioso em que há tão vastas possibilidades de transcendência, Alves (1981) sustenta que a religião tem o poder, o amor e a dignidade da imaginação e, nesse nível, o simbólico satisfaz qualquer carência ou desejo. Deus, ou qualquer entidade supraterrana, tem o poder de reduzir conflitos e encaminhar soluções. De um modo ou de outro, essas tentativas, buscas e anseios explicam uma necessidade humana: inteligibilidade do mundo, identificando razões, motivos e intenções da existência. Essas digressões contribuem para compreender o papel da religião na vida de Carlos.

Já havia algum tempo que ele não arrumava emprego e aí teve a oportunidade de ingressar no programa. Ele diz que o valor que recebe do programa é muito pouco, mas dá pra “quebrar um galho enquanto não arruma uma coisa melhor”. E continua:

aí nesse tempo agora eu estava parado, não arrumava serviço de jeito nenhum por que eu só tinha 15 anos, aí quando eu entrei aqui você abre a cabeça e vê o lado bom da vida. Mesmo que quem ajuda mais é a família .

Carlos trabalha desde os oito anos de idade e começou trabalhando em frete. Carlos considera ser natural a vida dura que leva desde essa idade. Para ele, a vida poderia ser diferente, pois há muita gente que não precisou trabalhar ainda pequeno: “tem muitos filhinhos de rico ai que não sabe o que é pegar no pesado. A vida pra eles é boa demais, mais para nós pobres ela vem mais dura, mas não tem jeito a vida é assim mesmo”. Ao ser perguntado se para ele isso era natural, respondeu: “tem pessoas que vêm pra sofrer, outras não, e a gente tem que se acostumar com isso. As pessoas ficam revoltadas muitas vezes porque não entende isso, eu entendo”. A interpretação do vivido expressa-se na fala resignada de Carlos: “eu entendo”. Ela traduz suas tentativas, buscas e anseios de explicar e significar a realidade vivenciada por ele. Há, conforme observa Alves (1981), conformidade perante as situações mais diversas vividas por uma pessoa, graças ao suporte dado pelo espaço religioso em que está situado. Carlos refere-se também ao suporte financeiro e emocional que o programa oferece

aí quando a gente chega aqui a Juliana dá conselhos, pergunta qual é o problema. Eles ajudam demais. Teve uma época que uma menina aqui, o pai batia nela, o pai dela ia preso. Essa menina teve sorte de ter entrado aqui, a Juliana ajudou demais essa menina. A gente fazia uma cesta para ela.

Para ele, o programa o ajuda em vários aspectos da sua vida. Ele considera o programa “ótimo”, “não tem defeito”. Relata de forma positiva o “apoio” que o programa dá aos jovens. Carlos gosta muito do teatro. Ele diz que ele pratica teatro também na igreja. No programa, ele ajuda a orientadora a coordenar o grupo de teatro. Ele marca o horário, convoca os colegas, distribui as falas.

Entretanto, considera que o programa deveria trabalhar aproveitando mais o jovem. De acordo com ele, os jovens ficam muito presos lá dentro. “É preciso sair um pouco mais, pois vai indo cansa”.

Outra questão que ele aponta como negativa é o local. Para ele o local é muito quente, apertado e, na época de calor, ninguém suporta ali permanecer, porém todos são obrigados a fazê-lo. No entanto, acredita que tudo que é discutido no programa é muito importante para os jovens.

eles lá dão muita idéia pra gente. Conversa muito com todo mundo. Quem quiser seguir o que eles diz fica no caminho

bom, agora sempre tem aqueles que não querem nada com nada. Eles lá ajuda a gente. Tem uma menina mesmo que está grávida aqui. Eles estão arrumando tudo pra ela. Parece que ela vai ganhar as roupas do neném. Eles ajudam muito a gente. O programa é bom por isso. Dá pra gente a bolsa e também dá muita idéia de que o jovem hoje tem que ter muita consciência. Todo dia eles dão idéias, mostra as doenças, sempre ajuda muito. Eu procuro seguir o que eles lá dizem porque eles sempre fala pra gente que se a gente quer ser alguém na vida precisa estudar e andar no caminho certo.

As interpretações que Carlos faz do vivido expressam a violência simbólica sofrida por segmentos sociais dominados na sociedade desigual. Ao deparar-se com o caso de Carlos, observa-se como a violência simbólica age de modo dissimulado e imperceptível ao *sensu comum*.

O conceito de violência simbólica foi criado por Pierre Bourdieu e Passeron (1982) para descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Os autores partem do princípio de que a cultura hegemônica é arbitrária, pois se constitui em uma construção social, e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, pela interiorização dessa cultura em todos os membros. A violência simbólica expressa-se na imposição *legítima* e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações sociais. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, considera a situação natural e inevitável.

Na fala de Carlos, percebe-se que em nenhum momento ele se opõe à vida que leva, às dificuldades enfrentadas desde a sua infância, ao trabalho infantil, à dificuldade em permanecer na escola e em relacionar-se com o padrasto. Ele naturaliza as diversas situações da vida e se conforma com elas. Tem a crença de que se a vida é “desse jeito”, o que resta é conformar-se. Adéqua-se à realidade do trabalho infantil e acredita que o trabalho até o ajudou a ser diferente, a ser mais responsável uma vez que se viu “pegando no pesado desde cedo”. Adéqua-se à realidade da casa, permanecendo longe do padrasto, pois “ficando longe eu não me envolvo em brigas, pois ele é muito difícil e sei que minha mãe precisa dele”. Adéqua-se ao programa e acredita que os ensinamentos da orientadora são importantes demais para eles: “eles lá falam pra gente não usar drogas, não aprontar na rua. Eu acho isso bom. Eu nunca fui um menino de ficar na rua. minha mãe sempre me ensinou que rua não é lugar para estar”. A questão da droga para Carlos é uma mera questão de escolha. Para ele,

ou o jovem escolhe ser bom ou ser “ruim”. Para os ruins, é necessário “fechar o cerco com mais leis pois esses jovens andam muito solto”.

O fato de Carlos expressar sua vontade de não estar na “rua” e, desta forma, estar livre do perigo do crime, indica para uma resposta social que revela a incorporação das expectativas da sociedade em relação ao seu comportamento. A vontade de ser reconhecido como “bom moço”, apesar de pobre, demonstra a internalização de valores socialmente aceitos.

O discurso de Carlos expressa as mediações feitas nas diversas instituições socializadoras em sua vida: família, escola, igreja, Programa Agente Jovem. Carlos introjetou determinados parâmetros valorativos que significam o que ele qualifica como “certo ou errado”. Tem a crença de que as escolhas dependem dele, ou seja, se quiser, ele pode ser bem-sucedido, e para isso, é necessário apenas estudar e “andar no caminho certo”. A responsabilidade da situação do jovem é compreendida de forma individualizada. Em nenhum momento ele questiona as condições objetivas da sociedade. Bourdieu e Passeron (1982) explicam o processo de naturalização das relações pela ação pedagógica, que perpetua a violência simbólica por meio de duas dimensões arbitrárias: o conteúdo da mensagem transmitida e o poder que instaura a relação pedagógica exercido por quem é portador da autoridade.

No caso da escola, Carlos não só reconhece seus professores como autoridade, como também legitima a mensagem são transmitidas por eles, recebendo e interiorizando as informações. Dessa forma, garante-se uma reprodução cultural e social da classe dominante, tornando-o alienado quanto à sua presença no cotidiano. Carlos esclarece:

Eu ouço muito o que meus professores falam. Tem colega eu que não tá nem aí. Eu não. Eu acho que se eles estão no lugar que está eles têm autoridade para falar. Tem muitos que é bravo. Mas também não é fácil pegar uma sala que nem a minha. Têm colegas na sala colegas meu que responde, remenda eles, faz piada; eu não eu gosto deles. Eu procuro respeitar pois eles estão acima de nós, sabem bem mais do que nos e a gente aprende muito com eles.

O ensino na escola é *padrão* e ignora, muitas vezes, a origem sócio-cultural dos alunos. Para Carlos, se quiserem ser bem-sucedidos e arrumar um emprego, os jovens precisam assumir o discurso e o conteúdo da escola:

Minha mãe sempre diz que é preciso estudar para ser alguém na vida. Minha mãe fala que as pessoas podem tirar tudo de nós menos o estudo. Lá na escola os professores também dão

muito conselhos para gente e aqui no programa também a Juliana diz que é preciso estudar, se não a gente nunca muda de vida. Por isso que a escola para mim é importante pois os estudos vão me ajudar a subir na vida.

As relações vivenciadas na escola serão reproduzidas no Programa Agente Jovem por se tratar de uma instituição socializadora, que também educa.

Para Carlos o programa é bom, se o jovem não tiver mais nenhuma possibilidade de ganho, pois o valor de sessenta e cinco reais é pequeno e “só serve mesmo pra quem não tem outra coisa pra fazer”:

Minha namorada nem pode pensar em deixar de trabalhar para freqüentar o programa, pois ela precisa ajudar na casa e o dinheiro dela que é de cento e cinquenta reais (trabalha de segunda a sábado o dia todo) faz muita falta na casa dela.

Carlos expressa percepções sobre os desafios de sua geração e classe social em relação às limitadas possibilidades do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo reproduz a visão estereotipada de que há jovens violentos que não merecem complacência da sociedade devendo se interditar e punidos pelas leis. Segundo ele, devem haver

mais leis, para que não ficasse passando a mão na cabeça dos jovens, por que alguns roubam, matam. Os políticos deveriam dar mais oportunidade de emprego para os jovens, porque a gente procura, procura e não acha. Quando acha, precisa de experiência, aí danou tudo. Os jovens precisa trabalhar porque senão fica ai do jeito que está, um monte de ladrão na rua.

Para Carlos o jovem é muito *liberal* e também não tem limites, pois “hoje o jovem pode tudo”. Segundo ele, o jovem faz o que quer, e isso é algo negativo em sua opinião: “Tem muitas coisas que precisam ser mudadas no jovem, principalmente a malandragem”. Além disso, demonstra não ter confiança em seus pares: “Hoje em dia, você não pode confiar em mais ninguém.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta investigar como que jovens participantes do Programa Agente Jovem no pólo Goiânia Viva de Goiânia-GO, vivenciam sua condição juvenil. O trabalho buscou apreendê -los em sua singularidade, analisando e compreendendo o modo de ser jovem, os múltiplos significados que os jovens atribuem a condição juvenil em que vivem e suas relações com as agências socializadoras a que estão referidos, em especial, o Programa Agente Jovem .

A pesquisa fundamenta-se na compreensão da juventude do ponto de vista da diversidade, pois os diferentes grupos de jovens compartilham diferentes condições e significações, a partir da classe social a qual pertencem, a religião, o gênero, etc. Os jovens vivenciam realidades diferenciadas, o que interfere diretamente no modo como atribuem sentidos a essa fase da vida.

A temática da juventude foi retomada recentemente. Como um campo relativamente novo de investigação, enfrenta inúmeros desafios para encontrar instrumentos de análise e caminhos de reflexão. que dêem conta de compreender os jovens e suas experiências para além de classificações e estereótipos sedimentados na sociedade. O avanço das pesquisas e estudo nesse campo pode contribuir até mesmo no âmbito do Estado no qual, de forma incipiente, assistemática e fragmentada, formulam-se políticas públicas para os jovens que fortalecem a tendência de generalizá-los e tratá-los de maneira homogênea, sem levar em conta os diferentes recortes que compõem a diversidade da juventude brasileira..

O presente trabalho tomou como referência um espaço de política pública, o Programa Agente Jovem e procurou investigar os jovens que nele se inserem.

Algumas informações relacionadas ao programa foram constatadas no decorrer da pesquisa. A primeira consideração é que, no período de gestão analisado, ocorreu uma expansão do número de jovens atendidos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo governo federal. Percebe-se que a gestão do período analisado assume em relação ao

Programa Agente jovem uma política de continuidade o que indica uma ruptura com a concepção de políticas fragmentadas em virtude da descontinuidade administrativa. (Rua 1989)

A segunda refere-se a aspectos característicos da concepção e da implementação. O programa nasce equivocado em sua concepção pois, oferece uma bolsa de curta duração que, articulada a uma proposta educativa, visa produzir inclusão social. O formato do programa, na lógica de sua concepção e implementação, no entanto, é pautado por inúmeras debilidades e inconsistências. Uma delas, identificada pela pesquisa, relaciona-se ao próprio tempo de duração e à provisoriedade das bolsas. Mesmo na perspectiva assistencial, qualquer programa que pretenda algum efeito mínimo de inclusão teria que durar, no mínimo, de três a quatro anos. Pode-se citar Sposito (2005b), para quem programas como esse não chegam a ser nem mesmo políticas inclusivas ou compensatórias.

Um outro aspecto observado é a fragilidade orgânica entre programa e a escola. As ações educativas desenvolvidas pelo programa não estabelecem relações sistemáticas em termos de conteúdo com a escola como instituição que realiza a educação formal. A gestora (4) de *ponta* procura atender às exigências de verificar a permanência do jovem na escola, sem questionar em quais circunstâncias ela se dá. Valorizar a escola somente em termos de vínculos formais (estar ou não matriculado nela ou freqüenta-la) indica o caráter de tratamento pontual, focado, do programa pois não realiza articulações como uma instância educativa fundamental na vida do jovem.

Também, foram observadas muitas dificuldades enfrentadas pela gestora do pólo pesquisado para implementar as ações previstas nos documentos nacionais. As atividades relacionadas à metodologia evidenciam que o propósito central do programa – capacitar o jovem para que seja um agente em sua comunidade segundo a concepção do protagonismo juvenil – não se realiza.

De acordo com a gestora (4) do pólo pesquisado, a realidade dos jovens atendidos apresenta outras necessidades não-previstas pelo programa o que a obriga trabalhar de acordo com as demandas oriundas da vida cotidiana dos jovens. A gestora aponta alguns desafios no dia-a-dia do programa: uma delas a de garantir a permanência do jovem no programa. Durante o período de observação, percebeu-se que as questões relativas ao horário de saída e a falta do lanche tomaram centralidade. Também, a gestora enfrenta o desafio de lidar com a realidade individual de cada jovem. Nessas circunstâncias, a gestora de *ponta* assume muito mais o papel de *conselheira* do que as funções de capacitar o jovem com um

fazer específico. O jovem é percebido na perspectiva do estigma de *ser carente* em vários sentidos – afetivo, cultural e econômico – portanto, as intervenções possíveis são as que se orientam para o atendimento individual e na forma de *conselhos*.

A pesquisa revela que um dos aspectos fortes da motivação dos jovens inserirem no programa é a bolsa. Para muitos o mais importante é saber “se a bolsa chegou ou não”. Durante todo o período de observação da rotina do programa, os assuntos mais debatidos entre orientadora e os jovens eram os relativos ao recebimento da bolsa, que geralmente estava em atraso. Também, a falta de lanche era motivo para os jovens reivindicarem sair mais cedo e reduzirem o tempo de permanência diária no programa

A metodologia do Programa Agente Jovem somada às falas das gestoras oferecem pistas para refletir como a sociedade percebe o jovem pobre, que sofre as conseqüências de uma distribuição historicamente injusta de renda, tendo como conseqüência o desemprego, vivenciando uma condição juvenil impactada por todo tipo de privação, tendo muitas vezes somente a rua como espaço de sociabilidade. O programa evidencia como a sociedade os vê e como são concebidas as políticas públicas para os jovens pobres.

As ações do referido programa são estabelecidas, em geral, com a concepção do jovem pobre, desempregado, morador de bairros populares e, conseqüentemente, violento, isto é, aquele que vivencia sua condição juvenil no limiar da marginalidade. Essa representação do jovem pobre e potencialmente marginal marca o discurso das gestoras do Programa Agente Jovem uma vez que, para elas, o programa é feito para o jovem que é *problema* pois os *bonzinhos* não precisam de intervenção.

O programa sustenta-se com base na concepção de que sem uma atividade os jovens em situação de pobreza serão, inevitavelmente, atraídos para o mundo do crime, e, em decorrência a criação de formas de ocupação dos jovens adquire centralidade nas falas das gestoras.

O programa orienta-se na perspectiva das políticas públicas para a juventude que faz em uma relação direta entre jovem pobre e a sua potencial disposição para a criminalidade. As gestoras apoiam-se na crença de que sem um direcionamento *adequado*, os jovens em situação de extrema pobreza terão como destino certo o mundo do crime.

De acordo com Leão (2004), o medo impregna as relações entre a sociedade, o Estado e a juventude de camadas populares. Segundo o autor, as pessoas “tendem a ver os jovens pobres, negros, moradores das favelas e bairros periféricos, como os protagonistas da

violência” (p. 14). O Programa Agente Jovem tem como objetivo ocupar o tempo livre do jovem. O conjunto de suas ações não se direciona na esfera do direito mas para ocupar uma juventude compreendida como ameaçadora e desocupada.

A noção de cidadania presente no programa, usando as palavras de Sposito (2005b), é a cidadania como atividade socializadora. Não se fala sobre direitos. A proposta das ações é tornar o jovem em agente de desenvolvimento local. Propõe-se que o jovem que está na faixa de exclusão social, com baixa renda e defasagem escolar ainda se constitua em um agente de desenvolvimento da sua comunidade, quando o Estado não está presente para promover o desenvolvimento mínimo.

Os relatos dos jovens entrevistados informam a necessidade de perceber os jovens para além de estereótipos que os classificam como problemáticos, violentos e perigosos. conforme as concepções do programa e das gestoras.

As entrevistas analisadas evidenciam certas estratégias utilizadas pelos jovens para sobreviverem nas diversidades de condições em que se localizam, em decorrência das configurações de classe social, território, gênero, etnia, etc.

A pesquisa aponta que adquire centralidade na fala dos jovens como estratégia de sobrevivência, a escola, o Programa Agente Jovem e o trabalho. Eles vivenciam sua condição juvenil incorporando e atribuindo sentidos diversos a essas instituições sociais.

Este estudo, ao buscar a compreensão da situação dos jovens, apreendeu aspectos referentes às suas estratégias de sobrevivência. Pôde-se conhecer alguns aspectos importantes referentes à realidade de vida desses jovens, suas ações e as inter-relações com o programa, a família, a escola e seus pares. Quais seriam, portanto, as suas estratégias para vivenciarem a condição juvenil?

Os jovens entrevistados expressam que estão muitos ligados à família, que esta, como grupo real e diversificado, tem atuado de forma eficaz para a promoção de sentimentos de devotamento, generosidade e solidariedade. Em relação às possibilidades de inserção no mundo do trabalho, revelam uma preocupação extremada com a questão do emprego/desemprego. Cabe ressaltar que a preocupação dos jovens com o trabalho não é pautada apenas pela necessidade de ajudar a família, mas também como um fator que possibilita a vivência da condição juvenil em outras esferas sociais extremamente valorizadas por eles: a sociabilidade e a possibilidade de fruir atividades de lazer e cultura, até mesmo incorporando os bens materiais simbolicamente identificados com o modelo

cultural de jovem, divulgado pela mídia (roupas, aparelhos eletrônicos etc.). Associado a isso, o trabalho tem o sentido de realizar o desejo de maior independência em relação aos pais, até no que diz respeito a critérios e prioridades de gastos. Em outras palavras, trabalho é necessidade, mas também condição para fruir lazer e ganhar autonomia.

Tanto os relatos de Júlia, de Carlos como os de Renata revelam que esses jovens mantêm um vínculo muito forte com as suas famílias, e a precária situação financeira das suas famílias muito os incomoda. Esse estado de privação de direitos geralmente mobiliza todos os membros do agrupamento familiar a elaborarem estratégias de reprodução e de sobrevivência. Os jovens geralmente desempenham um papel muito importante nesse processo.

Cotidianamente, as famílias pobres são obrigadas a repensarem e reformularem suas estratégias de vida, sobretudo no que concerne à obtenção dos rendimentos, adotando, como estratégia para aumentar a baixa ou inexistente renda familiar, o ingresso no mercado de trabalho do maior número possível de membros da família. São estratégias que visam aumentar a renda familiar e também uma forma de assegurar sua inserção social.

O jovem assume, nesse arranjo familiar, papel importante, uma vez que a manutenção da família deixa de ser responsabilidade apenas do pai e passa a ser uma experiência de partilha entre todos os membros. Tanto na fala de Renata como na fala de Júlia percebe-se a preocupação delas relacionada à situação de suas famílias.

Em relação a essa questão, Sposito (2005a) defende que

nas encruzilhadas das instituições socializadoras, a família aparece como importante, particularmente para os mais pobres, pois seus laços asseguram trocas afetivas e simbólicas, alguma estabilidade e mecanismos de sobrevivência mais estáveis em um quadro de ausência da ação pública e do retraimento de direitos. Não se trata, assim de uma família idealizada, pois os conflitos são descritos e os aspectos negativos são omitidos. (p. 125)

Pode-se inferir da digressão feita por Sposito (2005a) de que a família, embora seja um espaço privilegiado de convivência, de partilha, de proteção e de afeto, não está imune a conflitos e tensões na esfera das relações parentais.

A relação de Paulo com a família não apresenta a mesma lógica dos outros três jovens. Ele não demonstra muita preocupação com a família. Percebe-se, por sua fala, que

sua relação com as instituições sociais clássicas de socialização – família, escola e religião – está fragilizada.

Considerando os quatro jovens entrevistados, três manifestam a necessidade do trabalho e justificam a permanência no programa em razão das precárias condições sócio-econômica da organização familiar. Eles têm a percepção das dificuldades de sobrevivência que as famílias atravessam e, nesse sentido, buscam elaborar estratégias para lidar com as circunstâncias do mundo urbano desigual. Apenas um jovem (Paulo) não expressa identificação com a família e está vinculado com os grupos de referência distintos das agências socializadoras clássicas.

Cabe destacar que a necessidade do trabalho não está relacionada apenas à sobrevivência da família, mas também aparece como estratégia para sobreviver à lógica da sociedade de consumo. Evidencia-se um consenso entre os entrevistados no que se refere ao desejo de trabalhar e obter um emprego. Na fala dos jovens entrevistados, isso parece ser um imperativo, uma vez que, de acordo com as exigências da sociedade atual, o acesso a certos bens de consumo acaba funcionando como um mecanismo de inserção no universo juvenil.

A escola é também uma referência e uma estratégia de sobrevivência que o jovem elabora para vivenciar sua condição juvenil. A escola, no conjunto de crenças imaginárias, aparece como um espaço de mobilidade social, logo, espaço de possibilidade de aumento do capital econômico, social e cultural daqueles que nele se inserem. No entanto, a relação entre jovens pesquisados e a escola apresenta diferenças. Tanto para Paulo como para Júlia, a escola constitui um espaço no qual eles necessitam estarem presentes para atender às expectativas dos pais, embora não estejam plenamente satisfeitos com os rígidos controles nela instituídos (horários, corpo, espaço físico).

Carlos estabelece uma relação com a escola de forma amistosa. Foi ensinado pela família e pela igreja a perceber a autoridade do outro, o que ele faz com muita convicção. Para ele, tudo que é proposto pela escola é importante, porque alguém (mãe, professores, orientadora do programa) disse que o era. Em relação à Renata, a escola constitui um espaço para obtenção da ascensão social. Para ela, a escola é uma importante aliada para obter tudo o que deseja, alguns de seus professores conseguiram ter “algo na vida”, vinculando a sua escolaridade à escola pública. Ela também tem expectativas de “ser alguém na vida” frequentando a escola. Júlia, por sua vez, estabelece com a escola uma relação tênue, no entanto, considera-a importante para construção do seu futuro. Paulo, também, e mesmo que

a escola signifique para ele uma realidade imposta, para ele trata-se de uma instituição importante para a construção do seu futuro.

Na fala de dois jovens, Júlia e Paulo, a escola não está alerta para a situação do jovem, que é tratado monoliticamente como aluno, não como jovem portador de especificidades. A escola torna-se um espaço desinteressante, com um caráter obrigatório e não prazeroso. Carrano (2003) afirma que, no Brasil, a escola contribui para o processo de produção desigual de juventudes, por excluir seus jovens-alunos da possibilidade de participar da construção de territórios escolares significativos.

Para Corti e Freitas (2003), um caminho possível para superar este abismo entre os jovens e a escola consiste na aproximação e na compreensão do sujeito jovem e de seus interesses por parte da escola. Também depende de uma articulação entre a educação escolar e o conjunto das experiências, interesses e demandas juvenis, sem esquecer uma reflexão dos educadores sobre a juventude e sobre a relação que mantém com os jovens, isto é, uma aproximação de saberes.

O Programa Agente Jovem, com sua proposta assistencial e educativa no qual os jovens estudantes estão inseridos, também aparece nesse cenário social como um espaço no qual os jovens se obtêm certos benefícios para sobrevivência e inserção no mundo urbano. Esse espaço, é percebido pelos jovens como estratégia de sobrevivência, porém cada um atribui-lhe um sentido ou significado.

Nas falas de Júlia, Paulo e Carlos o Programa Agente Jovem aparece como estratégia de sobrevivência temporária, uma vez que são motivados pelo recebimento da bolsa e pela preocupação das mães em relação ao tempo *livre* que pode lhes propiciar a frequência a espaços de aprendizados indesejáveis como a rua.

O Programa Agente Jovem, nas vidas de Paulo e de Julia, parece não ter significado de formação. Eles o procuraram por causa da remuneração da bolsa. Eles discutem sobre família, religião, redes de relacionamentos, sobretudo, dificuldades de emprego, mas não falam do programa como algo que afeta diretamente seu modo de ser. A relação estabelecida com o programa é estritamente do ponto dos benefícios imediatos.

Renata atribui sentido positivo ao programa, como um espaço de oportunidade no qual poderá apreender a superar as suas dificuldades pessoais. Ela consegue falar bastante sobre o programa. A escola e o programa, para Renata, fazem parte das estratégias que ela elabora para realizar seu projeto de vida. O programa irá ajudá-la a superar a timidez que,

segundo ela, a atrapalha muito. Nessa perspectiva, o programa tem um significado para a vida de Renata.

A pesquisa revela também que a religião está bem presente na vida de um dos jovens entrevistados e se expressa como estratégia elaborada por ele para sobreviver a uma lógica injusta de sociedade. De acordo com Alves (1981), o homem, ao buscar na religião o instrumento para suas respostas encontra, via de regra, todas as alternativas prontas. No campo ou no terreno da religião, pode ocorrer uma naturalização dos fenômenos historicamente produzidos. Talvez seja essa a pretensão dos discursos religiosos: transportar os fatos e fenômenos do mundo social para o espaço do sagrado. Carlos tem a crença de que as determinações sociais é algo natural, compreendendo que a vida é naturalmente injusta. O sentido que Carlos atribui ao modo como vive a sua condição juvenil, permeado pela visão religiosa, tem explicações que Berger (1972) formula sobre a religião, afirma o autor:

a religião foi historicamente o instrumento mais amplo e efetivo de legitimação. Toda legitimação mantém a realidade socialmente definida. A religião legitima de modo tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguida pelas sociedades. (p. 56)

Os elementos empíricos que a presente pesquisa apresenta sinalizam para o que parece ser um dos grandes desafios da atualidade que se impõe à sociedade e ao Estado: romper com o pressuposto de que ser jovem e pobre é indicativo de problema social. Como declara Carrano (2000), é preciso sair da armadilha cultural e política dos que só enxergam delinquência e violência nos agrupamentos juvenis. Há expressivos segmentos de jovens das camadas populares que buscam estratégias de sobrevivência para eles e suas famílias, trabalham temporariamente e em condições difíceis, lutam para superar a diversidade e as desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, a questão da vulnerabilidade juvenil, tão postulada pelo programa Agente Jovem deve ser desconstruída. As entrevistas com Carlos, Júlia e Renata revelam que eles estão muito preocupados com a família real, com as dificuldades financeiras enfrentadas pelos seus pais, mostram-se solidários e se sentem responsáveis. Embora não encontrem, procuram emprego para amenizar a falta de condições sócio-econômicas de suas famílias e, nesse sentido, o Programa Agente Jovem, apesar dos atrasos dos benefícios da bolsa constitui, na perspectiva das jovens, uma maneira de “colaborar com a família”.

Reconhecer o jovem, não como problema, é fundamental para a formulação de políticas que garantam a inserção social. Por isso, é necessário e urgente abrir espaços e facilitar processos que permitam a participação efetiva de jovens na construção de modelos de políticas públicas mais contextualizadas. Pela ótica do paradigma que reconhece a importância dos jovens como atores estratégicos do desenvolvimento, torna-se necessário a formulação de programas que possam contribuir para os processos de integração social para os jovens marcados por exclusão aguda. De acordo com Souto e Almeida (2000), o debate em curso impõe a necessidade de elaborar uma política para a juventude com o esforço de desconstruir os estereótipos que são construídos sobre as novas gerações, ao mesmo tempo em que se lhe ofereçam modelos para que possam não só conservar e reproduzir a sociedade e as instituições, mas também transformá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Anped. Juventude e contemporaneidade. Organização: Marília Pontes Sposito e Angelina Teixeira Peralva. São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, maio/dez. 1997. Número especial.

_____. Crítica política das políticas da juventude. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas públicas*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2003. p. 13-55.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. Instituto de Cidadania. São Paulo: Instituto de Cidadania, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

_____. *et al.* Projeto de juventude. 2004.<http://www.projetojuventude.org.br/>. Acesso em 12/02/2005.

ALVES, R. *O que é religião*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Juventude, exclusão e educação. *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFFF*, Niterói, n. 1, p. 88-105, maio 2000.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BANGO, Júlio. Políticas de juventude na América Latina: identificação e desafios. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 33-75.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BERGER, P. *Perspectivas sociológicas*. Uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1972.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *A investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a Sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. (Coleção Saraiva de Legislação)

_____. _____. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. *Diário Oficial da União*. Brasília, 16 dez. 1998.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)/Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas). *Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Guia para gestores*. Brasília, [1999?].

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões da Sociologia*. Trad. de Jeni Vaistsn. Rio de Janeiro: Marco Zero; 1980.

_____.; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39)

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. de Sérgio Micelli et al. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: _____. *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 145-183.

_____. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227. (Ciências Sociais da Educação)

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. *Educ Pesq*, jan./jun. 2001, vol. 27, no.1, p.123-140. ISSN 1517-9702.

CAMARANO, Ana Amélia et al. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? *Mercado de trabalho. Conjuntura e Análise*. Brasília, n. 2, p. 53-66, 2003.

CANESIN, M. T. O conceito de *habitus* na “teoria da prática” de Bourdieu com o pensamento sociológico durkheimiano. *Fragments de Cultura*. Goiânia, v. 10, n. 2. p. 425-441, mar./abr. 2000.

_____. Contribuições conceituais sobre juventude, família e escola. *Educativa*. Goiânia, v. 5, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2002.

_____. QUEIROZ, Edna Mendonça O. de; ANDRADE, Maria Dalva Pereira. *Juventude e educação: concepções que permeiam o poder municipal da Região Metropolitana de Goiânia (RMG)*. Goiânia, 2005. Não-publicado.

CARRANO, P. Identidades juvenis e escola. Alfabetização e cidadania. Juventude, educação e sociedade. *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFFF*, Niterói, n. 1, p. 12-17, maio 2000.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CASTRO, Mary Garcia. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventude no Brasil: leituras singulares. *In: NOVAES, Regina R.; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo. (org). Juventude, Cultura e Cidadania*. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, Ano 21, n. 116, p. 143-177. 2002, edição especial.

CORTI, Ana Paula, FREITAS, Maria Virgínia de, SPOSITO, Marília Pontes. O Encontro das culturas juvenis com a escola. São Paulo : Ação Educativa, 2001. 42 p.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. Educação para o empreendedorismo: uma visão brasileira. *In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e sociedade, trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 242-259

CUNHA, Luiz Antônio. Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. *Educação & Sociedade*. São Paulo, n. 4, p.55-57 , set. 1979.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito cultural. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED, 25. 2002, Caxambu. Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro: Anped, 2002. Disponível em: <www.amped.org.br>. Acesso em 12/12/2004.

DRAIBE, Sônia. Políticas sociais e neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latinas americanas. Dossiê liberalismo/neoliberalismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./maio, 1993.

DURAND, Olga Celestina. *Formas associativas juvenis: o caso dos jovens da ilha de Santa Catarina*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREITAS, Maria Virginia de, PAPA, Fernanda de Carvalho (org). *Políticas Públicas*. Cortez. São Paulo.2003.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec). Departamento de Programas e Renda. Departamento de Programas Especiais. Convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)/Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas). Projeto Agente Jovem. Goiânia, nov. 2001.

_____. Prefeitura Municipal. Departamento de Programas Especiais. Relatório de gestão 2001/2004. *Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*. Goiânia, nov. 2004.

GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres. *Revista Brasileira de Educação*. Anped. Juventude e contemporaneidade. Organização: Marília Pontes Sposito e Angelina Teixeira Peralva. São Paulo, n. 5/6, p. 53-61, maio/dez. 1997. Número especial.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. Juventude, educação e sociedade. *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFFF*, Niterói, n. 1, p. 89-113, maio 2000.

KOHLER, Cristiane Marx Flor; CERON, Maria Tereza. A Sociedade dos Poetas Mortos: uma análise das relações de poder veiculadas através da indústria cultural e da escola. In: _____. *Relações de poder na escola e na sociedade, interpessoais, de trabalho, família-escola, escola-comunidade, escola e diferentes organizações da sociedade*. Porto Alegre: Secretaria da Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, maio 2000. Caderno temático.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. *Pedagogia e cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes*. Uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres. 2004. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

LEON Alessandro Ponce. Olhares sobre juventude. In: NOVAES, Regina R.; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo. (org). *Juventude, Cultura e Cidadania*. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, Ano 21, n. 116, p. 32-36. 2002, edição especial.

LEVI, Giovanni ; SCHMITT ; Jean-Claude (orgs.). *História dos jovens. Da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, v. 1.

LIBÂNEO, J.C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998.

MADEIRA, Felícia Reicher; RODRIGUES, Eliana Monteiro. Recado dos jovens: mais qualificação. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO-CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. p. 427-496, v. 2.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: FORACCINI, M. M.; PEREIRA, L. *Educação e sociedade – leituras de Sociologia da Educação*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978, p. 1-97.

_____. Funções das gerações novas. In: FORACCINI, M. M.; PEREIRA, L. *Educação e sociedade – Leituras de Sociologia da Educação*. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1982, p. 1-97.

MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. *Educação & Sociedade*. São Paulo, ed. Cortez, ano IX, n. 27, p.33-46, set. 1987.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada*. Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. Anped. Juventude e contemporaneidade. Organização: Marília Pontes Sposito e Angelina Teixeira Peralva. São Paulo, n. 5/6, p. 5-14, maio/dez. 1997. Número especial.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio, *Escritos de Educação*. Petrópolis, Rj: Vozes, 1998.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas públicas*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2003. p. 13-55.

_____. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. Instituto de Cidadania. São Paulo: Instituto de Cidadania, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 263-290.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). *Mapa da violência III: os jovens do Brasil – juventude, violência e cidadania*. Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça. Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Sedh). Brasília, 2002.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

PAIS, José Machado. Correntes teóricas da sociologia da juventude. In: _____. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993. (Coleção Análise Social)

_____. *Culturas jovens e novas sensibilidades*. Disponível em: <<http://www.uff.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2005.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. São Paulo: Ed. da FGV, 2000.

POCHMANN, Márcio. A inserção ocupacional e o emprego dos jovens. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), 1998. (Coleção Abet – Mercado de Trabalho, 6)

_____. Emprego e desemprego juvenil no Brasil. As transformações nos anos 1990. Juventude, Educação e Sociedade. *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFFF*, Niterói, n. 1, p. 52-72, maio 2000.

_____. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade, trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241

RESENDE, V. R. Avaliação da interação parental no desenvolvimento emocional. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE.

AVANÇOS RECENTES EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE. *Anais...* Londrina: UEL, Apicsa, 2001, p. 297.

RIZZINI, Irene. Crianças adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: SOUZA, Sônia M. Gomes; RIZZINI, Irene. *Desenhos de família*. Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001. p. 24 -44.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998, v. 2, p. 731-749.

SADER, Éder. Poder local e participação popular. In: TREVAS, Sérgio Avancini Vicente (org.). *Poder local e constituinte*. São Paulo: PUC, 1987. p. 13-24.

SANTOS, Rosilene Alvin dos. Olhares sobre juventude. *Comunicações do ISER*. ano 21 ed. Especial 2002. Revista Juventude, cultura e cidadania. Instituto de cidadania. ps 44-56

SANTOS, Sidney F. Reis dos. *A justiça da infância e da juventude frente aos dilemas da cidadania: uma percepção sociológica a partir de algumas organizações da sociedade civil de Florianópolis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUSA, Janice T. Ponte de. *Reinvenções da utopia – a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Haecker, 1999.

_____. Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 26, p. 51-79, out. 1999.

SOUTO, Anna Luiza Salles, ALMEIDA, Elmir de. *Jovens : políticas públicas, mercado de trabalho*. São Paulo, Polis, 2000. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/revista>. Acesso em 23/05/2005.

SOUZA, Sônia M. Gomes; RIZZINI, Irene. *Desenhos de família*. Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone Editorial. 2001

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação: anotações preliminares. *Revista Brasileira de Educação*. Anped. Juventude e contemporaneidade. Organização: Marília Pontes Sposito e Angelina Teixeira Peralva. São Paulo, p. 37-52, maio/dez. 1997. Número especial.

_____. A instituição escolar e a violência. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 104, p. 58-75, 1998.

_____.; CARRANO, P C. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Anped. São Paulo, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

_____. Juventud y políticas públicas em Brasil. In: LEON, Oscar Dávila. *Políticas públicas de juventud en América Latina*. Políticas Nacionales. Achupallas. Viña Del Mar Chile: CIDPA, 2003. p. 265- 303.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). *Políticas públicas*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa 2003. p. 57-96.

_____. Algumas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. Instituto de Cidadania. São Paulo: Instituto de Cidadania, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005a. p. 87-128.

_____. *et al.* Um balanço preliminar das iniciativas públicas voltadas para os jovens em municípios de regiões metropolitanas. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/>> [on-line]. Acesso em: 18 ago. 2005b.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade (v. 1). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RETRATO da realidade das mulheres negras brasileiras. In: *Declaração das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*. Disponível em: <<http://www.acmun.com.br/art1.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2005.

SETTON, Maria da Graça J., (2002). Família escola e mídia: um campo com novas configurações. *Educação e Pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 28, no 1, jan.-jun. 2002, p. 107-116.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.